organização: **Marcelo Guerra Santos**

O RURAL EM REGIÕES METROPOLITANAS

a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo

O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo

Organização
Marcelo Guerra Santos

O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo

Rio de Janeiro
2020

EdUERJ
Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã
CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax.: (21) 2334-0720 / 2334-0721
www.eduerj.uerj.br
eduerj@uerj.br

Créditos das imagens de capa:
Capa: Vista geral da Bacia do Rio da Aldeia, na região do Assentamento Fazenda Engenho Novo. Ao fundo, Serra de Itaitindiba. Fonte: Benito Igreja Junior, 2013.
Casarão erguido em 1870 para abrigar o imperador Pedro II. Fonte: Acervo Fundação Barão de São Gonçalo, meados dos anos 1990.
Cultivo de alface no Sítio Girassol, do assentado Sr. Onofre de Souza Pereira. Fonte: Marcelo Guerra Santos, 2020.
Quarta capa: Lado direito: primeira sede da Fazenda Engenho Novo, construída entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Lado esquerdo: reconstrução do casarão erguido em 1870 para abrigar o imperador Pedro II. Fonte: Anderson dos Santos Portugal, 2013.

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

R948 O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo [recurso eletrônico] / Marcelo Guerra Santos (Organizador). - 1. ed. - Rio de Janeiro : EdUERJ, 2020.
1 recurso online (182 p) : ePub.

ISBN 978-6500-03030-3

1. Recursos naturais – Conservação – São Gonçalo (RJ). 2. Proteção ambiental – São Gonçalo (RJ). I. Santo, Marcelo Guerra.

CDU 502/504

Bibliotecária: Thais Ferreira Vieira CRB-7/5302

Sumário

Apresentação

São Gonçalo, que se destaca em número populacional (mais de 1 milhão de habitantes), ainda é um município desconhecido (ou ignorado) pelos próprios gonçalenses. Cenário de mazelas graves, os seus patrimônios ambientais (naturais, históricos e culturais) são deslocados na lista de prioridades emergenciais, tais como, saneamento básico, pavimentação e segurança pública.

É tempo de repensar e planejar a cidade de São Gonçalo em uma escala maior para o futuro, e não somente para o hoje. Foi com esse sentimento que o grupo de pesquisa Estudos Ambientais no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro vem promovendo o Simpósio Ambiental do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, que tem como principal objetivo discutir e divulgar as questões socioambientais na região. Entre os seus resultados, está a publicação de três livros: *Estudos Ambientais em regiões metropolitanas: o município de São Gonçalo* (EdUERJ, 2012); *Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro: Conservação e Educação Ambiental* (FFP/UERJ, 2014) e *Biodiversidade e Sociedade no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro* (EdUERJ, 2016). A quinta edição do evento, realizada no ano de 2014, teve como tema a agricultura em São Gonçalo, especificamente aquela realizada pelos assentados da Fazenda Engenho Novo e arredores. O ano de 2014 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para ser o ano Internacional da Agricultura Familiar. Em dezembro de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução A/RES/72/239, pela qual

proclamava a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028).

A agricultura familiar, como o próprio nome diz, é realizada no âmbito da família, com mão de obra predominantemente familiar, em pequena escala, valorizando práticas e conhecimentos tradicionais ou locais; tem o potencial de movimentar economias locais e descentralizar a produção agrícola. Em muitas dessas propriedades, são implantados sistemas agroecológicos, o que pode contribuir para a proteção da agrobiodiversidade local. Desse modo, a agricultura familiar tem um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural.

Localizada em Monjolos, município de São Gonçalo, a Fazenda Engenho Novo teve como proprietário mais ilustre o Sr. Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo, por isso também é conhecida como Fazenda do Barão de São Gonçalo. Em 1998, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC) decretou a fazenda como patrimônio histórico. Na década de 1990, foi desapropriada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) para uso por produtores rurais da região. Atualmente, existem cerca de 140 famílias assentadas nessa área. A Fazenda do Engenho Novo vive um franco processo de recuperação estrutural, ambiental e de sua memória.

É necessário um mínimo de esforço individual para que essas memórias não se transformem em ruínas, como aconteceu (e vem acontecendo) com diversos patrimônios ambientais da cidade.

Marcelo Guerra Santos
Organizador

Prefácio

Patrimônio, solo, cultura, turismo, plantas medicinais, educação ambiental, meio ambiente...

A junção de todos esses elementos em um só livro não é usual na produção acadêmica contemporânea, e talvez esta seja uma das grandes virtudes deste livro, *O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo*. Outra qualidade, sem dúvida, é lançar luz sobre a realidade obscurecida da luta das populações rurais imersas na metrópole que teimam em se afirmar e reafirmar como trabalhadoras rurais.

A Fazenda Engenho Novo (FEN), localizada no distrito de Monjolos, no município de São Gonçalo, é um dos exemplos, entre tantos outros na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de áreas rurais que persistem em meio à metrópole, graças à resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras aos avassaladores processos de urbanização – via de regra impulsionados pelos capitais ligados à especulação imobiliária – que se abatem sobre essas áreas.

A longa trajetória de luta dos atuais assentados da FEN remonta à condição original de colonos explorados por fazendeiros. Passa pela resistência à ameaça de expulsão e pela luta por políticas públicas que viabilizem a vida e a produção no assentamento, seja nos enfrentamentos com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), responsável oficial pelo assentamento, seja nos embates com a Prefeitura de São Gonçalo, a exemplo das disputas em torno da categorização da área como

rural ou urbana, nos sucessivos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor do Município.

Todas essas adversidades que marcam a história da FEN e de seus moradores estão retratadas neste livro, organizado por Marcelo Guerra Santos, com diferentes contribuições, de caráter interdisciplinar, que destacam o histórico de constituição da FEN e a luta de seus atuais moradores para permanecer na área, os percalços relacionados à política agrária, urbana e de preservação do patrimônio histórico, as práticas agrícolas voltadas para a preservação do solo e as tradições e costumes relacionados ao uso e manejo de plantas medicinais.

Trata-se, sem dúvida, de mais uma importante colaboração da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para a preservação da memória dos processos históricos, do ambiente e das lutas dos trabalhadores deste município tão importante, mas tão negligenciado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Paulo Alentejano

Capítulo I
A comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ

Luiz Henrique Marinho Lages
Marcelo Guerra Santos

Características ambientais de São Gonçalo

O assentamento rural Fazenda Engenho Novo está localizado em São Gonçalo, município que pertence à região do leste metropolitano do Rio de Janeiro (figura 1), e apresenta uma população de cerca de 1 milhão de habitantes, de acordo com o censo demográfico de 2010. Segundo O IBGE (2009), o munícipio tem uma área de 248,160 km² e uma densida de demográfica de 4.035,90 hab/km².. Apresenta um relevo caracterizado por planícies litorâneas, com ocorrência de morros ondulados e serras (Calaboca, Cassorotiba e Itaitindiba). O município ainda possui fragmentos de Mata Atlântica em diferentes estágios de sucessão, os mais importantes são os da Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro; Ilha de Itaoca/Boa Vista/Morro de Itaúna/APA de Guapimirim; Serra de Itaitindiba/Calaboca/Rio do Ouro/Ipiíba (Santos et al., 2012; Almeida et al., 2016). No assentamento da Fazenda Engenho Novo, segundo Passos et al. (2010), mais de 50% dos lotes não possuem fragmentos florestais e, estes, quando presentes, estão localizados em áreas de encosta, topo de morros, beira de rios e ao redor de nascentes. Esses

autores alertam que há uma forte pressão negativa na conservação desses fragmentos florestais.

Segundo Andrade e Ribeiro (2012), o município de São Gonçalo possui dez bacias hidrográficas, sendo que o assentamento em questão é banhado pela Bacia do Rio Aldeia. Inventários ictiológicos realizados nessa bacia hidrográfica revelaram a presença de dezessete espécies de peixes, apesar da notória poluição desses rios (Souza-Lima et al. 2012).

De acordo com Bertolino et al. (2016), no município de São Gonçalo são encontrados diferentes tipos de solo, entre eles, o Latossolo Vermelho-Amarelo, Latossolo Vermelho Distroférrico, Argissolos Vermelho-Amarelo, solo Hidromórfico, solo Halomórfico, Neossolo, Cambisolo Háplico e Área de intervenção antrópica (aterro, terraplanagem, mineração etc.).

O clima da região é do tipo AW, e o período mais seco ocorre nos meses de maio à outubro. A estação chuvosa acontece no período de novembro à abril. Cerca de 22% do total acumulado está concentrado no mês de janeiro, onde, em geral, registra-se um total de chuva superior a 170 mm. A temperatura média anual é de cerca de 26°C. Em geral, a região apresenta temperaturas quentes e alta umidade relativa do ar, em média 74,0% na maior parte do ano (Bertolino et al., 2016).

O assentamento rural Fazenda Engenho Novo

O assentamento recebe essa denominação local por conta da histórica Fazenda Engenho Novo (figura 2). Era um dos latifúndios que compunha o município de São Gonçalo e que, em 1830, foi adquirida pela família de Belarmino Ricardo Siqueira, Barão de São Gonçalo e amigo de D. Pedro II (Igreja Junior, 2009; Godoy, 2011). A fazenda foi inicialmente uma grande produtora de cana-de-açúcar, laranja e abacaxi, desde o século XVIII. Igreja Junior (2009) relata que o barão era simpatizante da causa abo-

licionista, alforriando muitos trabalhadores negros escravizados e deixando em sua herança uma razoável quantia para eles. Após a sua morte, entra em cena o coronel Joaquim Serrado, amigo do barão, que havia arrendado a fazenda e se declarou seu dono. Em 1943, a fazenda foi vendida para o filho dele, José Baltazar Serrado, que reiniciou o processo de produção agropecuário na região, com expressiva participação de meeiros e arrendatários.

Posteriormente, a localidade entrou em declínio econômico. Igreja Junior (2009) relata que em 1989 a fazenda foi vendida novamente, desta vez para o empresário Deusdirito Belmont, que iniciou um processo de remoção dos meeiros e arrendatários, impulsionando o conflito agrário na região. Essas disputas se deram de maneira violenta, com intensa mobilização dos agricultores da região. Em 1991, pelo Decreto Estadual n. 16.492, a área é considerada de utilidade pública para fins de desapropriação. Em 1993, o então governador do Estado, Leonel Brizola, assinou o Decreto n. 19.456, garantindo a posse provisória do imóvel, e, assim, a fazenda, considerada patrimônio histórico, acabou por ser entregue ao poder público, pondo fim ao período de disputa pela terra. No entanto, poucas políticas foram direcionadas à região até a primeira década do século XXI. Atualmente, de acordo com o levantamento feito por Passos et al. (2010), existem 143 famílias assentadas nesta área, muitas das quais já apresentando a maior parte de sua renda vinda de trabalho externo. A área da fazenda, localizada em plena região metropolitana do Rio de Janeiro, no município com a segunda maior população do estado, enfrenta diversos conflitos para se manter economicamente e também para ser reconhecida como área rural.

Figura 1. Localização do assentamento da Fazenda Engenho Novo, município de São Gonçalo, RJ

Fonte: ITERJ e Google Earth.

Figura 2. Sede da Fazenda Engenho Novo nos anos de 1960

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os camponeses que atualmente habitam a área do assentamento compõem uma população de origem bastante heterogênea, contando com diversos descendentes dos antigos trabalhadores da fazenda, da época do coronel Serrado, ou até mesmo da época do Barão de São Gonçalo, bem como lavradores de outras regiões, trabalhadores urbanos aposentados, moradores pobres de áreas periféricas, pequenos comerciantes e pessoas que escolheram viver em uma área rural. Aquilo que lhes confere um caráter de unidade é a luta pela terra e pelo trabalho rural. De acordo com seus relatos, fica claro como o movimento organizado dos agricultores a partir do final dos anos 1970 conseguiu barrar a grilagem da área e ganhou força até a desapropriação em 1992, passando por diversas etapas até a fase atual, onde possibilitou firmar parcerias com diversas instituições públicas, como o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMA-

TER-RJ), além da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG), fomentando a produção agrícola local. Ainda persistem conflitos e contradições entre os agricultores, a comunidade externa e as instituições públicas, e a relação de forças pode ser percebida pelos resultados de cada negociação feita pelo sindicato.

Passos et al. (2010) realizaram um diagnóstico participativo socioambiental na região, que demonstrou um processo de esvaziamento rural, com êxodo dos jovens para a área urbana, principalmente devido a dificuldades econômicas para produção e ao intenso processo de empobrecimento do solo, decorrente do uso intensivo nas décadas anteriores. No entanto, o mesmo trabalho aponta a existência de pequenos remanescentes florestais, bem como a existência de uma comunidade de plantas e animais habitando a área do entorno de alguns sítios. Azevedo e Godoy (2012) ressaltam o valor do patrimônio imaterial existente na memória dos moradores mais antigos, de costumes e tradições mantidos até hoje pela conservação do meio de vida rural-agrícola.

O casarão da Fazenda Engenho Novo encontra-se hoje em um estado de reconstrução parcial, com as fundações e algumas paredes originais, feitas de pedra e adobe, ainda de pé, mas com dezenas de modernos blocos de concreto industriais se erguendo por cima e ao redor, formando um imenso galpão (figura 3). Nada semelhante à esplendorosa sede que ainda se erguia nos anos 90 do século XX (figura 2) que é fruto de uma tentativa desastrada de reconstrução ocorrida na primeira década do século XXI. É nesse espaço, meio ruína, meio canteiro de obras, que se reúne o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo. É este o principal ponto de encontro dos atuais moradores da Fazenda Engenho Novo, os camponeses assentados a partir da década de 1990. Frequentam essas reuniões cerca de 40 a 100 pessoas, de uma população estimada em pouco mais de 500 habitantes.

A história dessas pessoas é bastante variada. Alguns estão na região desde que nasceram e se lembram da época do "Coronel" Serrado, que ocupou a fazenda até os anos 1960. Segundo eles, o processo de grilagem das terras começou após a morte do coronel que, sem herdeiros, possibilitou que o seu administrador assumisse o controle da fazenda. Enquanto antes trabalhavam em um sistema de arrendamento considerado favorável, a partir daquele momento passaram a sofrer intervenção ativa na produção, "sendo proibidas" culturas de longa duração, "pois as terras podiam ser vendidas a qualquer momento", o que dificultou a cultura da laranja, uma das mais lucrativas da época. Também é neste período, segundo os relatos, que começa a exploração irregular de areia e areola dos rios da região (figura 4).

No entanto, a comunidade não aceitou passiva essa mudança na ordem. Um dos informantes assentados narrou como a associação de Moradores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo se formou em um momento de intensificação dos conflitos pela terra:

> [...] nessa época, veio um capataz do Sr. Bt. e pediu para que só plantássemos cultivos anuais, pois a qualquer momento seríamos mandados embora, pois a fazenda toda iria virar pasto. Era assim, enquanto ele não começasse com o gado, poderíamos ficar, mas depois teríamos que sair. Aí tinha um aposentado do exército, o Sr. S., ele era um homem mais durão, ele falou que não ia ser assim. Aí um dia ele chegou e viu a sua casa pegando fogo. Foi quando ele começou com isso de Associação de moradores. E aí teve muita briga [...] (Lages, 2015, p. 26).

Outro assentado, além de confirmar a intervenção dos capatazes na produção local, narrou eventos de coerção dos agricultores:

> [...] a gente não podia passar para a pista a qualquer hora. A gente tinha que passar na hora que eles [os capatazes] não estavam lá. Se eles vissem a gente passando para lá, eles já perguntavam logo o que a gente ia fazer e mandavam a gente voltar. A gente não tinha liberdade [...] (Lages, 2015, p. 26).

Figura 3. Sede da Fazenda Engenho Novo em três momentos: 1 - destruição após incêndio; 2 - reconstrução; 3 - reconstrução parcial, com as fundações e algumas paredes originais, feitas de pedra e adobe, ainda de pé, mas com dezenas de modernos blocos de concreto industriais se erguendo por cima e ao redor, formando um imenso galpão

1.

2.

3.

Fonte: Acervo pessoal de Sérgio Ricardo Fonseca.

Um agricultor que participou diretamente da criação dessa primeira associação narrou como era a organização na época do Cel. Serrado e como as mudanças ocorreram:

> [...] havia o encarregado, o Sr. Ê., que cobrava dos agricultores um valor determinado, pelo uso da terra. Depois dele veio o Sr. M. que começou a vender as terras. Ele vendeu muito terreno para muita gente, mas quando chegou o Sr. Bt. ele disse que nada daquilo era válido, que a terra era dele, que ele tinha comprado do Serrado, e que ele ia usar a fazenda para criar gado, e que todas aquelas lavouras iam ter que acabar. Aí já começou o problema. Ele pressionou alguns, chegou a pagar mesmo uma quantia pequena para que eles deixassem a terra. Os homens dele vieram aqui me intimar. Falaram que era melhor eu aceitar aquele valor, porque quando fosse para justiça eu ia ser mandado embora sem nada. Mas aí já estávamos organizando a Associação, com o Sr. S., e já vimos que isso não ia acontecer. Mas muita gente deixou a fazenda nessa época [...] (Lages, 2015, p. 26).

Figura 4. Extração de areola em frente ao casarão da Fazenda Engenho Novo

Fonte: Rosana Souza-Lima.

Na década de 1980, a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo lutou pela desapropriação das terras da Fazenda Engenho Novo e, após muita pressão e uma longa batalha judicial, o governo estadual as desapropriou. Os camponeses relatam que nessa época a agricultura local já havia entrado em declínio e muitos dos antigos moradores já haviam deixado a região. Após a desapropriação, veio a luta pelo assentamento, ocorrido em 1992, e pela obtenção do título de assentado, que alguns ainda não receberam.

Em 1992, foram assentadas 143 famílias. Desde a morte do "Coronel" Serrado, a política do município deu as costas aos trabalhadores rurais, chegando inclusive a inclui-los na área urbana, em uma tentativa de aumentar a arrecadação do município. Estas e outras dificuldades foram levando ao êxodo de diversas famílias,

assim como a venda de diversos lotes para outros grupos oriundos de outras regiões.

Junto com esse processo, houve a reestruturação da Associação de Moradores e Trabalhadores Rurais da Fazenda Engenho Novo (APRAFEN) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo (STR-SG), e a partir daí o início de um diálogo institucional com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG), o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ) e a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ).

Em uma reunião do STR-SG, pode-se observar pelo menos quatro diferentes segmentos sociais que compõem a base do sindicato: os moradores da região, com a origem relacionada à Fazenda Engenho Novo; os agricultores de outras áreas rurais, com uma carga cultural própria, mas dialogando com a realidade local; pessoas oriundas do meio urbano, muitos inclusive aposentados, que chegam com uma certa capacidade de investimento e estabelecem um processo de recampesinação; por fim, trabalhadores assalariados sem propriedades dentro da Fazenda, como operadores do maquinário cedido ao STR-SG por projetos públicos. Além destes, frequentam as reuniões do STR-SG representantes das diversas instituições públicas envolvidas com a Fazenda Engenho Novo: técnicos do ITERJ e da EMATER-RIO; funcionários da PMSG, do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); professores e estudantes das universidades públicas da região (UERJ e UFF). Dessa forma, as reuniões acabam também se tornando a principal tribuna dos debates que ocorrem na Fazenda Engenho Novo.

Atualmente, as terras dessa fazenda pertencem ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e são administradas pelo ITERJ. Aos camponeses é dada uma carta de assentado e lhes é permitido

permanecer e usufruir da terra enquanto dão o seu uso social, ou seja, a produção agrícola. Em contrapartida, eles não podem vender, alugar ou arrendar o seu terreno. Se um deles não utiliza a terra para produção, perde o direito de assentado e outra pessoa é remanejada para o local. Técnicos do ITERJ são responsáveis por fiscalizar se os assentados estão utilizando a terra de acordo com os propósitos estabelecidos ao assentamento, enquanto a EMATER-RIO presta o serviço de assistência técnica e extensão rural. A infraestrutura de maquinário do assentamento, por exemplo, é fruto de projeto técnico elaborado e apresentado pela EMATER-RIO, assim como os resultados de introdução e diversificação de culturas. Os conflitos eclodem quando algum morador é retirado, seja por ser considerado improdutivo, ou por ter adquirido as terras de maneira irregular. Uma contradição marcante desse processo é que os critérios para serem considerados improdutivos são definidos pelas instituições do poder público, sem participação democrática da comunidade.

A produção no assentamento é árdua, principalmente porque, após anos de manejo inadequado, o solo se encontra empobrecido e, pela pouca oferta de água. A maioria dos rios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Aldeia está poluído, sendo aqueles então denominados pela população local de "valões" (Souza-Lima et al., 2012), um precioso recurso que não pode ser utilizado pelos agricultores da região.

Esses agricultores dependem tanto de insumos, que precisam ser fornecidos regularmente, como de maquinário. Esse último precisa ser operado por profissionais qualificados e ter o devido suporte para a manutenção, fornecido pelas instituições públicas para não inviabilizar financeiramente a produção. No entanto, após eleição municipal de 2012, a prefeitura de São Gonçalo cortou subitamente a verba para os tratoristas e também para a manutenção das máquinas. Os agricultores passaram, então, a usar recursos próprios, mas a prefeitura foi além e tomou os trato-

res da sede do sindicato, com a alegação de que eles "não estavam recebendo a manutenção adequada". Um dos tratores ficou meses desaparecido, recebendo por isso a alcunha de "Amarildo", em referência ao caso de repercussão nacional do pedreiro que desapareceu na comunidade da Rocinha (posteriormente, 4 policiais militares foram condenados pela tortura e morte dele), no município do Rio de Janeiro, no ano de 2013. Após alguns meses, certas máquinas passaram a ser usadas, mas sob administração direta da prefeitura, com pouco ou nenhum controle da comunidade.

Diversos projetos chegam aos agricultores da Fazenda Engenho Novo e o mais importante deles é o Programa Rio Rural, gerido pelo governo do estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e operado pela EMATER-RIO e pelo Comitê Gestor da Microbacia do Rio da Aldeia (COGEM), entidade eleita pelos assentados a cada dois anos (Benito Gonzaga Igreja Junior, informação pessoal). Esses projetos têm viabilizado diversas atividades, como a produção de ovos, de pupunha, do reflorestamento, no entanto também apresentam contradições, uma vez que só beneficiam uma parcela pequena de trabalhadores. A escolha dos contemplados é feita com base em diversos critérios, como a participação em reuniões, rendimento em outros projetos, se o produtor está devidamente legalizado etc. Alguns agricultores se mostram ressentidos tanto com a direção do sindicato quanto com o ITERJ, quando não preenchem os requisitos e acabam por se afastar, impulsionando um fracionamento dentro do sindicato.

Diversos moradores relatam que esta é a primeira vez que recebem algum apoio do Estado. Segundo eles, ao longo dos anos a relação com o poder público sempre foi muito negativa, chegando ao ponto de a prefeitura negar a existência deles e cobrar imposto urbano dentro da área do assentamento da Fazenda Engenho Novo. No início do século XXI, houve a tentativa de se implantar uma unidade de detenção de menores infratores dentro

da área do assentamento, fato esse que uniu não só os camponeses, mas também os moradores das comunidades próximas em uma luta com a prefeitura. Foi a partir dessa mobilização e dos impactos negativos políticos para a prefeitura, que passou a haver o diálogo com o sindicato.

Outro ponto relatado nas reuniões do sindicato é o aumento da violência no local: com a absoluta falta de policiamento, grupos criminosos utilizam o assentamento como "área de desova" e ocasionalmente cadáveres humanos são encontrados, inclusive dentro das ruínas da sede; carros incendiados são abandonados; e a taxa de criminalidade tem aumentado na região. Os moradores narram também a ação da "máfia da areola" (figura 4), que degrada as margens do rio Aldeia e seus tributários. Muitos relatos dão conta até mesmo de mortes de agricultores atribuídas a esses grupos. Essa prática de extração predatória chegou a reduzir muito com o renascimento da agricultura nas últimas décadas, mas nunca cessou de fato.

A maioria dos agricultores é composta por pessoas de meia idade e idosos, o que é um flagrante do envelhecimento da população rural brasileira. Com exceção de algumas crianças menores, poucos jovens em idade ativa são observados. O impacto das reformas da previdência e trabalhista sobre essa comunidade, reduzindo a capacidade de financiamento da produção rural pelos próprios agricultores e tornando-a mais dependente do cada vez mais escasso subsídio estatal, abre caminho para uma forte desagregação da comunidade e para a expansão da atuação de facções do crime organizado que ocupam os bairros ao redor.

Referências

ALMEIDA, M. M. et al. "Bromélias: diversidade e conservação nos remanescentes de Mata Atlântica do município de São Gonçalo". In SANTOS, M.

G. (org.). *Biodiversidade e Sociedade no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016, pp. 151-77.

ANDRADE, T. A. G. e RIBEIRO, J. C. F. "Gestão de bacias hidrográficas urbanas: estudo das bacias hidrográficas no município de São Gonçalo – região hidrográfica da Baía de Guanabara". In Santos, M. G. (org.). *Estudos Ambientais em regiões metropolitanas: São Gonçalo.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp. 167-90.

AZEVEDO, C. V. e GODOY, K. E. "Fazenda Engenho Novo: as relações de pertencimento entre a comunidade e seu patrimônio". *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Atlas Brasil.* Teresina: UFPI, Teresina, 2012.

BERTOLINO, A. V. F. A. et al. "Movimentos de Massa no município de São Gonçalo". In SANTOS, M. G. (org.). *Biodiversidade e Sociedade no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016, pp. 243-63.

GODOY, K. E. "Circuito turístico da Fazenda Engenho Novo: possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e profissionalização de atividades geradoras de renda". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.

IGREJA JUNIOR, B. G. *Assentamento Fazenda Engenho Novo - remanescente de espaço rural de São Gonçalo: situação atual e perspectivas* (anteprojeto de pesquisa). UERJ, 2009.

______ et al. *Características climáticas de São Gonçalo–RJ*. Rio de Janeiro: Emater-Rio, 2009. Disponível em: http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/Default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=4409&state=FD. Acesso em 12/06, as 11:00.

LAGES, L. H. M. *Plantas medicinais: os saberes locais entre os camponeses da comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ* (dissertação). UERJ, 2015.

PASSOS, A. S. et al. "Diagnóstico socioeconômico e ambiental da comunidade residente em área da antiga Fazenda Engenho Novo – São Gonçalo – RJ". *Qualit@s Revista Eletrônica*, 2010, n. 10, v. 4, pp. 1-19.

SANTOS, M. G. et al. "A biodiversidade da APA do Engenho Pequeno e Morro do Castro". In ______ (org.). *Estudos ambientais em regiões metropolitanas do Rio de Janeiro: o município de São Gonçalo.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp. 59-97.

SOUZA-LIMA, R. et al. "Ictiofauna do Rio Aldeia, São Gonçalo". In SANTOS, M. G. (org.). *Estudos ambientais em regiões metropolitanas do Rio de Janeiro: o município de São Gonçalo.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp.115-34.

Capítulo II
Fazenda do Engenho Novo: história e patrimônio em São Gonçalo

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

A Fazenda do Engenho Novo foi e é conhecida por vários nomes: Engenho Novo do Retiro, Engenho Novo do Bom Retiro, Fazenda do Barão e Fazenda do Serrado. Por um longo período, esse sítio histórico foi relegado à ação do tempo, de caçadores de tesouros e de vândalos que promoveram o arruinamento dos prédios seculares. Nos últimos tempos, a partir da ação do Estado, as atenções da sociedade local se voltaram para aquele espaço. Na verdade, a Fazenda sempre foi considerada um bem importante entre aqueles que se esforçaram por constituir uma identidade positivada para o gonçalense. Ao longo do tempo, a historiografia local tornou-a relevante por ter sido propriedade de Belarmino Ricardo de Siqueira, o barão de São Gonçalo, e, com isso, ter incluído o município entre a nobiliarquia e a Casa Imperial brasileira, pela proximidade que esse titular do império tinha com D. Pedro II. Esse era um elemento de dignificação local que mostrava que São Gonçalo foi importante no passado por ter sido o espaço que abrigou o imperador Pedro II, algumas vezes em visitas ao barão. Este texto, por outro lado, segue uma direção diferente. Serão apresentados levantamentos e questionamentos iniciais de uma pesquisa em curso, que objetiva problematizar as experiências históricas vivenciadas naquele espaço e como estas o constituíram como um patrimônio cultural local.

A Fazenda do Engenho Novo como um lugar de histórias

O que transforma um prédio antigo em prédio histórico? A antiguidade da construção não é por si só um requisito para lhe dar significação social que justifique sua preservação e o transforme em patrimônio. As construções arquitetônicas devem ser compreendidas como partes de cenários em constante transformação ao longo do tempo. Como tais, elas são testemunhas silenciosas de fatos ocorridos ao seu redor. Igrejas, prédios públicos, sedes de fazendas, fábricas, entre outras construções, ajudam a compor os espaços rurais e urbanos, constituindo-se em registros de cultura material. Logo, o estudo dessas construções no tempo, levando em consideração seus diversos usos e funções, permite compreender melhor as mudanças e as permanências ocorridas em uma localidade. Além disso, conhecer como os homens de diferentes tempos representaram os lugares nos oferece elementos preciosos sobre as formas peculiares de ver esses lugares em cada tempo (Conduru et al., 2013, pp. 7-35).

A Fazenda do Engenho Novo é considerada elemento relevante e dignificador da localidade na produção historiográfica sobre São Gonçalo. Ela é mencionada em grande parte dos estudos sobre a cidade que foram produzidos ao longo do século XX como um importante sítio histórico (Palmier, 1940; Guião Filho, 1968; Braga, 1997). Produzida por pesquisadores locais, essa historiografia está comprometida com a formação de uma identidade positivada para a cidade. Esses estudiosos, em geral, seguem modelos historiográficos propugnados por associações culturais como Institutos Históricos e Academias de Letras, onde se valoriza uma história epopeica, heroica, biográfica dos feitos e fastos gloriosos. Os vestígios materiais do passado são elementos supervalorizados como forma de concretizar os feitos daqueles que viveram nos espaços que hoje compõem a localidade e que sinalizam sua importância em outros tempos (Reznik, 2002; Fernandes, 2009).

É uma historiografia preocupada com os processos de crescimento urbano-populacional pelo qual o município passou desde a década de 1950 e que o transformou em uma cidade de mais de um milhão de habitantes, com sérios problemas de infraestrutura e ambientais (Freire, 2002).

Nesse universo, destacam-se dois livros que se detêm mais amiúde sobre nosso objeto. O primeiro, datado de 2000, é o trabalho de Nilda Ferreira Mendes Filha e Marcos Vinicius Macedo Varella: S*ão Gonçalo, sua história e seus monumentos* (Mendes Filha & Varella, 2000). Não se trata de um estudo específico sobre a Fazenda do Engenho Novo, como seu próprio título indica, mas foca no registro dos monumentos históricos de São Gonçalo. Para cada monumento há um capítulo específico e, entre eles, há um dedicado à Fazenda do Engenho Novo. Os autores arrolam uma série de informações sobre o Barão de São Gonçalo – especialmente coletados de seu testamento –, uma descrição das construções e sobre os sucessivos proprietários. Incorporam ainda uma série de imagens das construções que pertenciam à propriedade.

O único trabalho exclusivamente dedicado à Fazenda do Engenho Novo também foi escrito por uma dupla, Evadyr Molina e Salvador Mata e Silva: *A Fazenda do Engenho do Retiro* (Molina e Silva, 2001). Em grande parte baseado no testamento do Barão de São Gonçalo, o estudo busca historiar os proprietários – destacando o barão e o Coronel Joaquim Serrado – e dá grande relevo ao inventário de objetos que constituiu o acervo da sede e da capela de Nossa Senhora da Conceição. Um outro tema caro aos historiadores era a vinculação do barão à maçonaria. Para tal, transcreveram dois textos de Vieira Fazenda sobre o tema. Por fim, há um conjunto de imagens sobre as construções e da família do Coronel Serrado.

Ambos os trabalhos tomam como ponto de partida a relevância histórica das construções como patrimônio local. Não há um questionamento ou análise do processo de patrimonialização pelo qual o bem passou no Instituto Estadual do Patrimônio Cul-

tural (INEPAC) do Rio de Janeiro, por exemplo. Ou, para fugirmos dos princípios de oficialização do patrimônio, como aquela comunidade se relacionaria com tal bem.

Em geral, essa produção destaca a importância do bem não pelas experiências históricas ali vivenciadas, mas por ele ter pertencido a dois potentados locais: o Barão de São Gonçalo e o Coronel Serrado. Mais do que destacar as características estilísticas do conjunto arquitetônico, o seu papel na estrutura econômica local ao longo do século XIX e XX, as disputas pela posse da terra; essas análises consideram que a Fazenda é um patrimônio e deve ser preservada por ser uma das mais antigas ainda em pé, à época de suas redações, e por ter acolhido o imperador Pedro II e a família imperial ao menos uma vez. É o fetiche antiquário do passado pelo passado (Momigliano, 2004; Guimarães, 2000).

Há uma pequena, mas relevante, produção acadêmica abordando diferentes temáticas que envolvem as experiências históricas ali vivenciadas. A monografia de especialização *lato sensu*, de Alessandra Furtado de Oliveira Novais, analisa a figura do Barão de São Gonçalo no cenário da nobreza fluminense do século XIX e destaca o imaginário vinculado à morte analisando os ritos funerários de Belarmino Ricardo de Siqueira (Novais, 2000).

Os trabalhos de pesquisa de Karla Estelita Godoy e Cristiane Valladares de Azevedo analisam como a Fazenda constituiu-se elemento relevante no processo de constituição da identidade local investigando a relação entre história e memória nos depoimentos dos moradores da área. Por outro lado, fixam perspectivas de como a consolidação e preservação das ruínas dos prédios podem integrar um circuito turístico que se associe às práticas de um "turismo improvisado" que já é realizado entre os sitiantes da área da antiga fazenda (Azevedo e Godoy, 2009 e 2012; Godoy, 2011).

Raiane Almeida de Oliveira tem como principal fonte de pesquisa, em sua dissertação de mestrado, o inventário do Barão de São Gonçalo. Com esse volumoso documento – são mais de

500 páginas –, seu recorte de estudos é a questão da família escrava no século XIX (Oliveira, 2012).

A monografia de graduação de Klícia Alves Pereira Motta insere o processo de tombamento do conjunto arquitetônico nas concepções e políticas públicas de patrimonialização no Brasil. Em sua análise, destaca similitudes e especificidades da ação do INEPAC frente à política nacional gestada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Motta, 2013).

O levantamento historiográfico realizado indica um potencial de pesquisa ainda pouco explorado. Uma das questões que poderiam limitá-lo seria a das fontes primárias. A princípio poderíamos supor uma impossibilidade de trabalho por não haver um acervo documental organizado sobre a Fazenda. No entanto, bem já apendemos com toda a tradição da crítica documental que o trabalho do historiador não parte do documento (Le Goff, 2003). O estudioso inicia a partir de questões/problemáticas e, assim, ele fixa o conjunto documental com o qual trabalhará. Nesse sentido, a ausência de documentação direta não inviabiliza certos trabalhos, pois é possível acessar informações por meio de outras fontes. É dessa forma que os historiadores sociais vêm trabalhando com a cultura popular dos trabalhadores ingleses e franceses nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, acessando relatos e documentos dos grupos hegemônicos (Thompson, 1998a; Michelet, 1989). Nesses termos, é necessário que elenquemos analiticamente períodos e temas possíveis para abordarmos as histórias vivenciadas naquele espaço rural.

A produção já existente se fundamenta especialmente no inventário do Barão de São Gonçalo, na bibliografia mencionada e em informações prestadas por pessoas que viveram ou tiveram alguma ligação com o local.

Nesse sentido, revisitar o inventário é uma tarefa importante. Mas não apenas no sentido de conhecer os bens que pertenceram ao nobre barão. Seu testamento deve ser problematizado

por questões como a escravidão, a estrutura produtiva agrícola no século XIX, o sistema financiador e comercial, as relações de dependência e familiares, a religiosidade etc. Essa pesquisa poderá cotejar outras fontes similares – testamentos e inventários de outros proprietários – assim como a imprensa local/regional do século XIX – atualmente facilitado pela hermeroteca digital da Biblioteca Nacional.[1] A imprensa também é um importante veículo de informações para o século XX por registrar não só dados sobre as questões econômicas – produção, estrutura fundiária, formas de trabalho –, mas também sociais – festividades, celebrações religiosas etc. As disputas pela posse da terra, na segunda metade do século XX, abrem uma nova vereda de pesquisa, por exemplo, com a consulta à documentação do sindicato rural. Para esse período, também é fundamental a história oral (Thompson, 1998b; Meihy, 2002). Por meio dos depoimentos é possível acessar memórias para além desse período, pois os guardiões da memória local podem ser herdeiros dos remanescentes de escravos do século XIX e detentores de saberes tradicionais no campo da produção de subsistência e do uso de ervas em sua medicina popular.[2] A iconografia, que já aparece nos trabalhos citados, em geral, é utilizada como ilustração. Há de se problematizá-la pensando em seus contextos de produção e circulação (Kossoy, 1980; Mauad, 1996). Há também um conjunto de imagens do interior do casarão na Coleção MEMOR, registradas na década de 1990, que nos permite pensar sobre os modos de viver da nobreza no século XIX. O processo de tombamento oficial, realizado pelo INEPAC, apesar

---

[1] Nos últimos anos, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, tem seguido uma politica internacional de acessibilidade ao seu acervo por meio da digitalização e da construção de uma base digital via *web*. Nesse sentido o acervo de periódicos – jornais, boletins, anuários, relatórios etc – vem sistematicamente sido digitalizado e disponibilizado em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso em 26 de agosto de 2015.

[2] Essa temática vem sendo estudada por Luiz Henrique Marinho Lages como tema de sua dissertação de mestrado em desenvolvimento no mestrado profissional em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade/UERJ.

de já consultado, merece um estudo mais aprofundado inserindo-o nas concepções de patrimônio em voga no Brasil dos anos 1990 e na política de patrimonialização do Estado do Rio de Janeiro, pós-fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

É possível, então, propor que a pesquisa sobre as experiências históricas vivenciadas no território da Fazenda do Engenho Novo seja norteada por três eixos/períodos.

Um primeiro momento poderia ser denominado de *A ocupação do sertão gonçalense (séculos XVII e XVIII)*. O território gonçalense passou a ser conquistado pela colonização lusa ainda no século XVI, após o episódio da França Antártica (1555-67). Após a vitória lusa, para consolidar o seu domínio na região guanabarina, a Coroa portuguesa projetou a ocupação desse território com a doação de sesmarias ao redor da Baía. A presença lusa no litoral estava consolidada no século seguinte quando os engenhos estavam formados, os homens bons – título dado à elite da época –, atuando politicamente, obtiveram a criação da freguesia de São Gonçalo em 1644 e lideraram motim contra o governador do Rio de Janeiro, entre 1660-61, a chamada Revolta da Cachaça (Fernandes, 2006; Molina e Silva, 1995, 1997; Caetano, 2009).

A partir de meados do século XVII, inicia-se o processo de interiorização da colonização do território gonçalense com o avanço sobre o sertão. Região de fronteira fluida, o sertão era a área ainda não ocupada (Lima, 1999). Entre 1673 e 1772, uma série de sesmarias foram doadas na região que hoje corresponde aos atuais 2.º e 3.º distrito do município, Ipiíba e Monjolos (Molina e Silva, 1997 e 1998; Araújo, 1900). Essa é uma temática praticamente inexplorada. Os autores que se dedicaram ao período preocuparam-se com o inventário de fazendas/engenhos formados e com o levantamento de dados biográficos e genealógicos dos seus proprietários; não investiram num estudo sobre os processos de ocupação do sertão.

O segundo período poderia ser definido como dos séculos XVIII e XIX e denominado de "a integração à sociedade mercantil escravista". A partir da concessão de sesmarias, os engenhos são formados; passam a produzir não apenas a cana de açúcar, mas também víveres para o abastecimento interno e do mercado do Rio de Janeiro; importam escravos, constroem-se capelas. É nesse período que o sertão gonçalense se integra à sociedade mercantil escravista.

A Fazenda do Engenho Novo teria sido criada antes de 1794 quando era propriedade de Ana e Luiza Bustamente. Em 12 de setembro de 1818, foi vendida ao coronel Carlos José Siqueira Quintanilha, pai de Belarmino Ricardo de Siqueira, futuro Barão de São Gonçalo. A partir de então, pai e filho passaram a adquirir fazendas do entorno incorporando-as à Fazenda do Engenho Novo. Esse processo ocorreu entre 1821 e 1871 e totalizou 14.739.912 metros quadrados. Herdada pelo Barão, era composta originalmente de um casarão com capela central. Esta foi a sede provisória da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros, desmembrando a região dos atuais 2.º e 3.º distritos da freguesia de São Gonçalo, em 1844. O segundo casarão foi erguido em 1870 para acomodar o imperador Pedro II (Casadei, 1988; Molina e Silva, 1998, 2001, 2010).

Figura 1. Primeira sede da Fazenda do Engenho Novo, construída entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Ao centro, localizava-se a capela de Nossa Senhora da Conceição, São Gonçalo

Fonte: Flávia Saleme, jul. 2012. Dispoível em: http://www.rj.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=1018524. Acesso em: 26 ago. 2015.

Figura 2. Casarão construído em 1870 para abrigar o imperador Pedro II, São Gonçalo

Fonte: Autor desconhecido, [década de 1990]. Disponível em: http://saogoncario.blogspot.com.br/2011/09/pontos-da-cidade-de-sao-goncalo-feliz.html. Acesso em: 26 ago. 2015.

Figura 3. Ruínas do casarão erguido em 1870

Fonte: Autor desconhecido, 2011. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=634001. Acesso em: 26 ago. 2015.

Falecido o barão, em 1873, a fazenda passou para sua irmã que morreu pouco tempo depois. Em data incerta, foi arrendada pela família de Henrique Bessa, proprietário de madeireira local. Em data também desconhecida, Joaquim Serrado Pereira da Silva, o coronel Serrado, adquiriu a fazenda após ter-se casado com Cecília, sobrinha do Barão de São Gonçalo. Contraiu segundas núpcias, após o falecimento da primeira esposa, com Eponina de Abreu da Silva, com quem teve quatro filhos, entre eles José Baltazar Serrado. Durante o período em que esteve sob custódia da família Serrado, a fazenda passou a produzir laranjas. Na década de 1940, São Gonçalo disputou com Nova Iguaçu o mercado produtor de laranjas (Palmier, 1940; Pereira, 1977). Na década de 1980, a fazenda foi vendida para Deusdérito Belmont, negociação embargada pelo governo fluminense.

O terceiro período seria o "tempos de conflitos pela posse da Terra", incorporando o século XX e XXI. Após o falecimento do Barão de São Gonçalo, muitos dos antigos escravos e agrega-

dos continuaram vivendo na Fazenda. Seus descendentes e outros passaram a ocupar as terras, gerando inúmeros conflitos de terras na região. Assim, como forma de luta pelos sitiantes, fundaram, em 11 de junho de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo. Esses conflitos perpassaram toda a segunda metade do século XX e chegaram ao século XXI. Na década de 1990, mais um agente se incorpora nesse litígio: o professor Homero Guião Filho, que criou a Fundação Barão de São Gonçalo e passou a pleitear na justiça a curadoria dos bens do patrono, incluindo aí a Fazenda do Engenho Novo.[3] A partir de 2007, o Instituto de Terra do Estado do Rio de Janeiro regularizou a posse da terra da área da antiga fazenda. Esse é um tema pouco explorado e de suma importância, pois ocorreu em um período de expansão urbana/populacional da cidade que transformou o seu perfil de um município agrário para um dos principais centros da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1950 e 1980.

A Fazenda do Engenho Novo como um patrimônio cultural local

A discussão sobre o patrimônio cultural brasileiro está na pauta de gestores e atores sociais desde o século XIX quando se buscava definir a identidade brasileira. Na década de 1920, foram pensados projetos de órgãos públicos destinados à proteção do patrimônio cultural brasileiro que inspiraram a organização do SPHAN, em 13 de janeiro de 1937, tendo como presidente Rodrigo de Melo Franco, o Dr. Rodrigo. Por cerca de trinta anos, imprimiu-se uma marca à discussão sobre o patrimônio: o período colonial foi eleito como o verdadeiro estilo histórico brasileiro (Chuva, 2009; Fonseca, 2009). Privilegiou-se o patrimônio material em detrimento do imaterial

[3] Sobre a Fundação Barão de São Gonçalo, consultar: http://www.authorstream.com/Presentation/Maristela2009-222713-Funda-o-Bar-de-SG-Entertainment-ppt-powerpoint/. Acesso em: 26 ago. 2015.

– tratado como folclore (Vilhena, 1997) e deixado à margem da política de patrimonialização do IPHAN.

Atualmente a noção de patrimônio cultural vem englobar os aspectos materiais e imateriais.[4] O IPHAN vem se preocupando com a preservação de valores, práticas e saberes, tidos como tradicionais em suas comunidades, como o ofício das baianas de acarajé da Bahia, o ofício dos mestres de capoeira, a festa do Divino de Paraty, o frevo, entre outros. Mesmo em relação ao patrimônio material foram ampliadas as concepções estilísticas para julgamento dos bens, incorporando, por exemplo, as obras de Oscar Niemeyer.

Nesse sentido, seguindo as novas perspectivas, podemos definir o patrimônio cultural como:

> Por patrimônio cultural, compreende-se um conjunto de bens materiais – a saber, prédios, conjuntos urbanos, paisagens e sítios arqueológicos entre outros – e imateriais – classificados como saberes, modos de fazer, formas de expressão e celebrações – considerados relevantes para a constituição dos valores de um grupo social. Estes valores embasam os códigos com os quais se aprende a viver e se relacionar com o mundo que nos cerca. [...]
> A simples sobrevivência ao tempo não assegura, por si só a condição de transformar em patrimônio cultural um objeto, um vestígio material, um acervo arquitetônico ou uma manifestação artística. Esses elementos só ganham a condição de patrimônio porque foram construídos sentidos contemporâneos para eles e assim sendo, foram incorporados como elementos importantes para a coletividade no tempo presente (Conduru et al., 2013, pp. 13-4).

[4] A definição de patrimônio cultural proposta pelo IPHAN pode ser consultada em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218. Acesso em: 26 ago. 2015.

Essa definição de patrimônio coloca em xeque algumas ideias consolidadas. O senso comum geralmente identifica como elementos importantes da localidade, ou seja, seus patrimônios, as construções antigas geralmente ligadas ao poder público – sedes das prefeituras, câmaras de vereadores e fóruns –, às instituições – templos, sedes associações e de clubes –, ou que tenham abrigado personagens de relevo local, regional ou nacional. O critério da antiguidade também é importante. Outro dado agregado a essa perspectiva é de que cabe ao poder público identificar e proteger um bem patrimonial. Se assim o fosse, deveríamos nos perguntar por que tantas construções antigas encontram-se abandonadas e em estado de arruinamento em toda parte?

No que concerne à Fazenda do Engenho Novo, a oficialização enquanto patrimônio já ocorreu a nível local e estadual.

A produção historiográfica reconhecida e mais amplamente divulgada sobre a cidade – como os livros de Luiz Palmier, Homero Guião Filho, Salvador Mata e Silva e Evadyr Molina e Maria Nelma de Carvalho Braga – referendam a Fazenda com patrimônio local e historiam-lhe as origens e o esplendor. É essa produção que municia o parco material didático que circula pela cidade[5] assim como os sites e materiais de divulgação produzidos pelos órgãos públicos e associações locais. São essas as fontes que embasam a ficha técnica desse bem presente no *Inventário de oferta turística do município de São Gonçalo*, realizado em 2004 pela então Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.[6]

O reconhecimento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro ocorreu em 1998. Naquele momento,

---

[5] Uma perspectiva diferente foi produzida em 2006 pelos Grupos de Pesquisa *História de São Gonçalo: Memória e Identidade* e *Oficinas da História*, que elaboraram a *Caixa de história: São Gonçalo* (Fernandes, 2006).

[6] Disponível em: http://www.semeltur.com.br/inventarioturistico/html/. Acesso em: 26 ago. 2015.

o conjunto arquitetônico da Fazenda do Engenho Novo do Retiro foi tombado, reconhecendo seu valor histórico e estilístico.

O reconhecimento oficial, referendado pelo INEPAC e pela administração municipal, representam uma das facetas da patrimonialização da Fazenda do Engenho Novo. No entanto, apenas o reconhecimento oficial não foi suficiente para torná-lo um bem patrimonial. A chancela governamental não impediu que as dependências da sede da Fazenda fossem invadidas, o mobiliário e demais utensílios – alguns do século XIX – saqueados e as construções abandonadas, nas décadas de 1990 e 2000. A deterioração dos prédios foi acompanhada de uma caça ao tesouro. Naquele momento, surgiu a lenda que o barão havia enterrado ouro na propriedade. Exploradores esburacaram o primeiro nível do casarão, erguido em 1870, à busca de tal tesouro, e, com isso, abalaram-se as estruturas do casarão centenário. O terreno próximo também foi alvo de escavações. Não encontraram ouro, mas sim areola que passou a ser extraída e comercializada na construção civil local. O abandono foi tanto que o prédio construído na segunda metade do século XIX praticamente ruiu restando apenas a escadaria de acesso e partes da fachada.

Nos últimos tempos, a comunidade local vem se organizando e mobilizando uma série de agentes, como departamentos governamentais estaduais e municipais, sindicatos, associações de moradores e de produtores, universidades, entre outros, buscando a valorização das ruínas, a preservação e recuperação dos remanescentes das construções da sede da fazenda. Essa busca representa o reconhecimento local de que aquelas construções são significativas no processo de reconhecimento de si, nos processos de construção identitária local.

Para não concluir

A Fazenda do Engenho Novo vem se configurando como um instigante objeto de pesquisas. A produção bibliográfica e a história local levantada indicam uma série de temáticas que tornam o objeto um manancial de estudos para uma equipe interdisciplinar: geógrafos, geólogos, biólogos, sociólogos, antropólogos, historiadores, turismólogos etc. Um potencial ainda pouco explorado, mas que vem instigando a atenção de alguns estudiosos. Essa atenção não se dá exclusivamente por ser este um objeto de estudos científicos, mas sim por ter um papel social. A luta de mais de meio século levou aquela comunidade, fixada nas terras do barão de São Gonçalo, à obtenção da regularização fundiária e, com isso, ao reconhecimento de seus direitos de construção de uma vida estável e melhor. A riqueza histórica desse sítio está para além dos remanescentes das construções que abrigaram a família imperial e das instalações produtoras de gêneros agrícolas. Os bens de pedra e cal são ícones, símbolos da luta histórica daqueles homens e mulheres que tiraram da terra o seu sustento e deram seu suor para que aquele espaço se tornasse o seu lar. Se por um lado temos o reconhecimento oficial – a proteção do INEPAC e a inclusão da Fazenda entre os bens locais pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo – de que aquelas construções compõem um marco histórico para a localidade, pelas experiências ali vivenciadas, especialmente como exemplar das vivendas da nobreza imperial em terras gonçalenses, os movimentos pela posse da terra e pela preservação dos prédios, levados a cabo pela comunidade local, por outro lado, demonstram que aquele espaço foi ressignificado e apropriado pelos lavradores e sitiantes que o tornaram emblemático na construção de suas identidades.

Referências

ARAÚJO, J. S. A. P. "Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros das sesmarias e registros do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 63, parte 1, Rio de Janeiro, 1900, pp. 93-153.

AZEVEDO, C. V. e GODOY, K. E. "Turismo, memória e patrimônio no circuito turístico digital da Fazenda Engenho Novo". *Anais do 6.º Foro Latinoamericano "Memoria e Identidade"*. Montevideo: Signo Centro Interdisciplinario, 2009.

______ e ______. "Hacienda Engenho Novo: el destino de un bien patrimonial delante de las intervenciones y cambios producidos en su territorio, a partir de politicas de preservación y de incentivo". In OLIMPIA, N. (org.). *Paisaje cultural urbano e identitad territorial*. Roma: Aracne editrice S.r.l., 2012, pp. 486-98.

BRAGA, M. N. C. *O município de São Gonçalo e suas histórias*. S.l.: Edição Independente, 1997.

CAETANO, A. F. P. *Entre a sombra e o sol. A Revolta da Cachaça e a crise política fluminense. Rio de Janeiro, 1640-1667*. Maceió: Q-Gráfica, 2009.

CASADEI, T. "Barão de São Gonçalo". In ______ (org.). *A Imperial Cidade de Nictheroy*. Niterói: Serviço Gráfico Impar, 1988.

CONDURU, R. L. T. et al. *Patrimônio cultural no leste fluminense. História e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Tanguá*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

FERNANDES, R. A. N. "São Gonçalo, uma história". In ______ et al. (orgs.). *Caixa de história: São Gonçalo*. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2006, pp. 61-8.

______. *Historiografia e identidade fluminense*: *a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950* (tese). Pontifícia Universidade Católica, 2009.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo*. *Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

FREIRE, R. C. B. L. *Poder e sociedade na [trans]formação da cidade* (monografia). UERJ/FFP, 2002.

GODOY, K. E. "Circuito turístico na Fazenda Engenho Novo. Possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e a profissionalização de atividades geradoras de renda". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.

GUIÃO FILHO, H. T. *História de São Gonçalo*. São Gonçalo: s.n., 1968.

GUIMARÃES, M. L. S. "Reinventando a tradição: sobre antiquarido e escrita da história". *Humanas*, 23 (1/2), 2000, pp. 111-43.

LE GOFF, J. "Documento/monumento". In ______ (org.). *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil.* Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

KOSSOY, B. *A fotografia como fonte histórica*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980.

MAUAD, A. M. "Através da imagem. Fotografia e história, interfaces". *Tempo*, v. 1, n. 2, 1996, pp. 73-98.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral.* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENDES FILHA, N. F. e VARELLA, M. V. M. *São Gonçalo, sua história e seus monumentos*. Niterói: Disk Cópia – Gráfica Rápida, 2000.

MICHELET, J. *História da Revolução Francesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOLINA, E. e SILVA, S. M. *São Gonçalo no século XVI*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

______ e ______. *São Gonçalo no século XVII*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997.

______ e ______. *São Gonçalo no século XVIII.* Niterói: Muiraquitã, 1998.

______ e ______. *A fazenda do Engenho Novo do Retiro*. Niterói: Edições Silveiro J. C. Moreira, 2001.

______ e ______. *São Gonçalo no século XIX*. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2010.

MOMIGLIANO, A. *Raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

MOTTA, K. A. P. *Fazenda do Engenho Novo, um patrimônio histórico em São Gonçalo* (monografia). UERJ/FFP, 2013.

NOVAIS, A. F. O. *Retrato da Boa Sociedade* (monografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, R. A. 2012. "Um estudo sobre família escrava em São Gonçalo (RJ) 1820-1870". *Anais do 1.º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História.* Rio de Janeiro, 2012.

PALMIER, L. *São Gonçalo, cinquentenário: história, geografia, estatística*. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940.

PEREIRA, W. *Cana, café e laranja. História econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, 1977.

REZNIK, L. "Qual o lugar da história local?". *Anais do V Taller Internacional de Historia Regional y Local.* Havana/Cuba, Mimeo, 2002.

THOMPSON, E. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

THOMPSON, P. *A voz do passado. História oral.* São Paulo: Paz e Terra, 1998b.

VILHENA, L. R. *Projeto e missão*: *o movimento folclórico brasileiro (1947-1964).* Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

Capítulo III
Manejo conservacionista: uma alternativa para a revitalização do solo e da agricultura familiar no assentamento Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Benito Gonzaga Igreja Junior
Lorhan Souza Portela
Ana Valéria Freire Allemão Bertolino
José Ronaldo Macedo

Introdução

Desde o período colonial da história do Brasil, os processos de exploração agropecuária da área onde atualmente se encontra a Fazenda Engenho Novo se preocuparam mais em extrair-lhe as riquezas dos solos e do ambiente do que sua conservação, permitindo que fossem exauridos e desgastados ao máximo, o que hoje resulta em um quadro de baixa produtividade, poluição e pobreza. O desgaste sofrido por seus solos foi ainda agravado por especificidades pedológicas próprias, pois predominam, na sua paisagem, solos da classe dos Argissolos, que apresentam camadas de impedimento em seu perfil e limitam a infiltração da água, restringindo ainda mais o estoque hídrico.

Vezzani e Mielniczuk (2011), estudando o solo como sistema, asseguraram que, para que o solo cumpra com as suas funções regularmente, trocando energia, matéria e informação, é fundamental a entrada de água nesse sistema em níveis adequados.

Anjos e Pereira (2013) destacam a vulnerabilidade dos solos da classe dos Argissolos à erosão superficial hídrica, decorrente da diferença entre a textura e a permeabilidade à água do horizonte A para o B, o que faz com que o processo de conservação de solo e água exija cuidados diferenciais em sua concepção e manejo.

Em trabalho sobre perda de solo e água por erosão hídrica em Argissolos sob diferentes densidades de cobertura vegetal, Tartari et al. (2012) chegaram à conclusão de que o uso de cobertura vegetal reduziu em até 75% as perdas de solo por erosão hídrica durante os eventos de precipitação, quando comparado ao comportamento em solo descoberto.

Os processos antrópicos que aceleram a erosão hídrica e a degradação dos solos, ocorridos ao longo dos anos nas terras onde hoje se encontra a Fazenda Engenho Novo, contribuíram para que, na atualidade, os agricultores assentados pratiquem uma agricultura de baixa produtividade, poluição e pobreza. Brady e Weil (2013) descreveram de forma geral essa evolução sob a forma de um diagrama denominado espiral descendente de degradação da terra, sendo algo resultante das interações negativas entre o solo e a vegetação. Ao alterar a vegetação que cobre e protege sua superfície, a terra fica exposta aos fenômenos do tempo, podendo levar à erosão hídrica do solo, o que dificulta progressivamente o restabelecimento da vegetação natural e o desenvolvimento das culturas agrícolas.

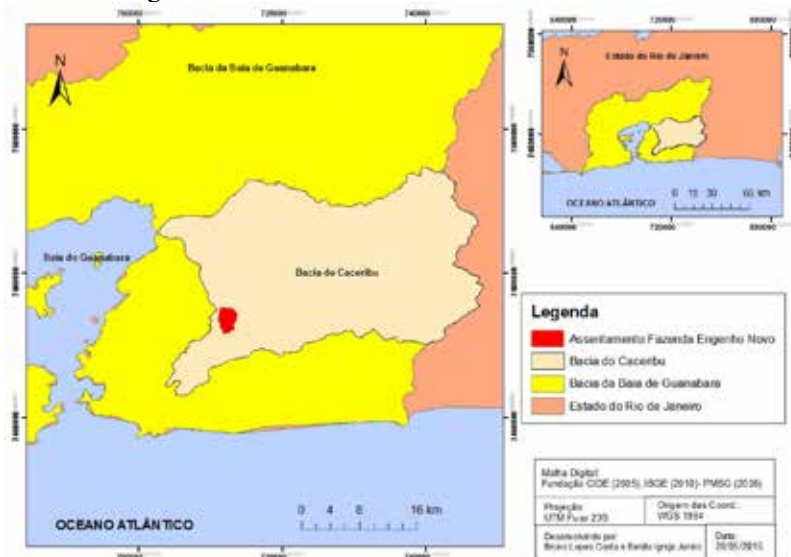
Atualmente, romper com um sistema de manejo historicamente degradante, migrando paulatinamente para uma nova forma de pensar, lidar e gerir os seus sítios de produção representa a possibilidade de quebra de paradigma para os agricultores familiares assentados na Fazenda Engenho Novo. Essa possibilidade começa a ser construída cotidianamente por meio do conhecimento e da prática agroecológica de produção e do manejo conservacionista.

Área de estudo

A área de estudo situa-se no município de São Gonçalo/RJ e localiza-se na Bacia da Baía de Guanabara. Na sub-bacia do rio Caceribu, em sua porção a sudoeste, está situada a região de abrangência do rio da Aldeia, onde, próximo à divisa com o município de Itaboraí, se encontra o Assentamento Fazenda Engenho Novo.

Caracterização geral

Inserida no litoral das escarpas cristalinas, no Estado do Rio de Janeiro, onde engloba praticamente toda a sua Região Metropolitana, encontra-se a Bacia da Baía de Guanabara (figura 1), com uma superfície aproximada de 4.600 km^2 e drenada por 55 rios, sendo os principais Macacu, Guapiaçu, Guapimirim, Caceribu, Guaxindiba, Guaraí, Imboassica, Magé, Estrela, Saracuruna, Meriti, Iguaçu e Pavuna (Amador, 2012).

Figura 1. Mapa de localização da Bacia da Baía de Guanabara, com destaques para a Bacia do Caceribu e o Assentamento Fazenda Engenho Novo

Fonte: Bruno Lopes Costa e Benito Igreja Junior.

O rio Caceribu é considerado um dos maiores contribuintes para a Baía de Guanabara. Com quase 60 km de extensão, é a segunda maior área de drenagem, tendo 846 km^2. Tem suas nascentes nas serras florestadas nos municípios de Rio Bonito e Tanguá – atravessando este último –, Itaboraí e parte de São Gonçalo, desaguando na vertente leste da Baía de Guanabara, através do manguezal de Guapimirim. Os rios da Aldeia, dos Duques, Bonito e Tanguá são os principais afluentes do rio Caceribu (Amador, 2012; Negreiros et al., 2012).

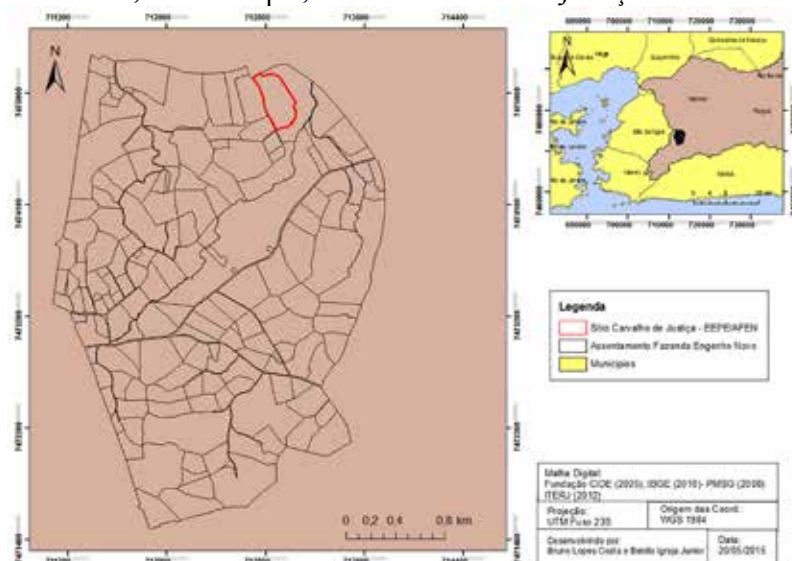
No passado, o território banhado pelo rio Caceribu e seus afluentes foi uma área agrícola rica, com uma importante população rural. Ainda é possível ver ao longo das estradas que cortam a região algumas marcas desse passado distante e de um

passado mais próximo. Ao passado distante, pertencem as ruínas das senzalas, das grandes casas de antigas fazendas, das capelas, testemunhos mudos da época do Brasil colonial e do Brasil-Império – quando o vale do Caceribu se destacava como uma das mais importantes regiões agrícolas da Baixada da Guanabara; pertencem, ao passado mais próximo, grandes e pequenas olarias e indústrias de cerâmicas abandonadas, os restos de laranjais e dos bananais, que trouxeram muita riqueza à região no século XX (Machado, 1997).

Segundo consta no Plano Municipal de Redução de Riscos de São Gonçalo (2006), a região da bacia do rio da Aldeia conta com uma superfície de 69,27 km^2. A leste, é margeada pelas serras do Cala Boca, Cassorotiba e Itaitindiba, das quais sofre grande influência. Antes de passar ao município de Itaboraí e desaguar no rio Caceribu, o rio da Aldeia percorre cerca de 8,5 km em São Gonçalo, recebendo também as águas dos rios Itaitindiba e Frio, que nascem na Serra de Cassorotiba.

Próximo à divisa com Itaboraí, localiza-se o distrito de Monjolos, 3.º distrito de São Gonçalo, que comporta sua principal área rural.

É na bacia do rio da Aldeia, na altura de Monjolos, que se situa o Assentamento Fazenda Engenho Novo, um dos últimos remanescentes de área rural, sobrevivente ao processo de urbanização desordenada do município de São Gonçalo.

Figura 2. Mapa de localização do Assentamento Fazenda Engenho Novo; em destaque, o sítio Carvalho de Justiça

Fonte: Bruno Lopes Costa e Benito Igreja Junior.

De acordo com informações do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), o assentamento possui uma área aproximada de 700 ha, abrigando 137 famílias de agricultores. As coordenadas 22º49'S e 42º55'W dão no sítio Carvalho da Justiça, onde está assentada a agricultora Luciá Teixeira Brasileiro, que participa do presente estudo, disponibilizando parte de sua área (figura 2).

Características do meio físico e biótico

Clima

O trabalho de Bertolino et al. (2007), utilizando os dados da Estação Climatológica da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),

no período 2004 a 2007, define o clima predominante na região como Tropical com Estações Úmida e Seca (Aw), segundo a classificação de Köppen-Geiger, onde todos os meses do ano apresentam temperatura média mensal superior a 18ºC e, em pelo menos um dos meses do ano, apresenta precipitação média mensal inferior a 60 mm. A estação está localizada entre as coordenadas 22º49'55,97"S e 43º4'25,52"W e distancia-se a 20 km do Assentamento Fazenda Engenho Novo.

Quanto à caracterização pluviométrica, utilizando-se das informações preliminares disponibilizadas, geradas pela Estação Climatológica da FFP da UERJ, que permitiram considerar um período de dez anos de monitoramento, observou-se que, em São Gonçalo, pelo intervalo de 2005 a 2014, a pluviosidade média anual foi de 1.006 mm. Segundo essas informações, o período do ano mais seco ocorre entre os meses de maio e outubro, onde os totais pluviométricos mensais são inferiores a 100 mm. A estação chuvosa ocorre entre os meses de novembro e abril, com totais pluviométricos mensais superiores a 100 mm, à exceção de fevereiro, quando é comum a ocorrência de veranicos. O mês de janeiro é o mais chuvoso, registrando, em geral, um total de chuva próximo a 200 mm. Cerca de 70% das chuvas concentram-se na estação chuvosa, enquanto 28% ocorrem na estação seca. Mesmo considerando maior amplitude de tempo, os dados seguem a tendência de comportamento demonstrada no trabalho de Bertolino et al. (2007), para o período de 2004 a 2007.

Geomorfologia

Pelos estudos do CPRM (Serviço Geológico do Brasil, 2001), a Unidade Geomorfológica da Bacia do Macacu engloba a bacia do rio da Aldeia, sendo que, na região de abrangência do Assentamento Fazenda Engenho Novo, observam-se formas erosivas e deposicionais. As formas erosivas mais comuns são as colinas

isoladas ou agrupadas em pequenos aglomerados, entremeadas por fundos planos. Essas colinas representam formas de feições convexas, assumindo forma de meias-laranjas. Quanto às formas deposicionais, predominam os depósitos aluviais e colúvios.

Colina é o termo usado na descrição da paisagem física pelos geomorfólogos para indicar pequenas elevações do terreno com declives suaves e inferiores aos outeiros. A altitude das colinas não excede a 50 metros, e são comumente aparentadas às montanhas, diferindo apenas no fato de estarem isoladas umas das outras e com baixas altitudes (Guerra,1993).

A figura 3 oferece uma visão geral da bacia do Rio da Aldeia, tendo ao fundo a Serra de Itaitindiba, com destaque para as formas de relevo predominantes.

Figura 3. Vista geral da Bacia do Rio da Aldeia, na região do Assentamento Fazenda Engenho Novo. Ao fundo, a Serra de Itaitindiba e os relevos de colinas e colúvios à frente

Fonte: Benito Igreja Junior, 2013.

Pedologia

As cartas de solo disponíveis e com maiores níveis de detalhamento para a área de estudo correspondem àquelas do Projeto Radam Brasil, de 1982, cuja escala é de 1:80.000, que impossibilitam o detalhamento mínimo necessário para identificação das classes de solo presentes na área de estudo. Portanto, é necessário recorrer a trabalhos de campo, selecionando locais para proceder a abertura de trincheiras e objetivando conhecer, estudar, descrever e classificar perfis de solo que tenham representação significativa elevada na Bacia do Rio Aldeia, sobretudo na região onde se localiza o Assentamento Fazenda Engenho Novo.

Exames preliminares de perfis de solos em cortes de terreno e de estradas, formas erosivas e condições de drenagem ao longo da paisagem em estudo possibilitaram identificar relativa predominância de solos das classes dos Argissolos (presentes nas colinas) e dos Gleissolos (presentes nos colúvios). A figura 4 mostra corte de terreno no sítio Carvalho de Justiça, onde pode ser observado o solo da classe dos Argissolos.

Figura 4. Corte de terreno, expondo perfil de Argissolo, no sítio Carvalho de Justiça, na área do Assentamento Fazenda Engenho Novo

Fonte: Benito Igreja Junior, 2013.

Questões referenciais

Argissolos

Do latim, *argilla* (argila); conotativo de solos com processo de acumulação de argila (EMBRAPA/SiBCS, 2013). Presentes em cerca de 24% da superfície do país, os Argissolos são uma das classes de solos mais comuns no território brasileiro, podendo ser encontrados em praticamente todas as regiões brasileiras, em diversas condições de clima e relevo. As características marcantes dos Argissolos são o desenvolvimento de cores diferenciadas, estrutura e diferenciação textural da superfície para baixo; formam uma classe bastante heterogênea que, em geral, tem em comum o aumento substancial no teor de argila, variando, a partir da superfície, de arenosa a argilosa e de média a muito argilosa; são bem estruturados, apresentando profundidade variável e cores predominantemente avermelhadas ou amareladas, e sua fertilidade natural é variável, com predomínio de solos de relativa pobreza de nutrientes, embora ocorram áreas de ótima fertilidade natural. Em síntese, são solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B textural imediatamente abaixo dos horizontes A ou E (Santos et al., 2014).

Lepsch (2011) assinala que o gradiente textural, onde os horizontes mais superficiais (A ou E) apresentam menores teores de argila em relação aos subsuperficiais (B textural), decorre da mobilização e perda de argila da parte mais superficial do solo. Assim, à medida que as águas das chuvas infiltram na matriz do solo, elas encontram grandes poros e pouca argila nos horizontes mais arenosos da superfície, penetrando com facilidade. Porém, ao atingir o horizonte B, o teor de argila se eleva significativamente e a macroporosidade diminui. Nesse sentido, é criado um gradiente de velocidade de infiltração. Conforme a água da chuva cai sobre o solo, satura o horizonte superficial, dificultando a

infiltração de água e favorecendo a formação de enxurradas, que agravam o processo erosivo, caso em que os Argissolos são especialmente vulneráveis à erosão hídrica, necessitando de cuidados especiais em seu manejo conservacionista.

Princípios do manejo conservacionista do solo

Para Abboud et al. (2013), a conservação do solo e da água preconiza um conjunto de medidas que objetivam a manutenção ou recuperação de suas condições físicas, químicas e biológicas, estabelecendo critérios para o uso e manejo das terras, de forma a não comprometer a sua capacidade produtiva. Tais medidas visam a proteger o solo, resguardando-o dos efeitos danosos da erosão, o que aumenta a disponibilidade de água e nutrientes e estimula sua atividade biológica, criando, assim, condições adequadas para o desenvolvimento das plantas. Para tanto, esses autores advogam em favor do que é denominado planejamento conservacionista, que se fundamenta no princípio de que os problemas relacionados à erosão não dependem de ação de um agricultor, isoladamente, pois a erosão produz efeitos negativos para o conjunto dos produtores rurais e também para as comunidades urbanas.

Com o intuito de colocar em prática um adequado plano de conservação de solo e água, torna-se necessária a adoção de conjunto de práticas agronômicas, categorizadas, por Bertoni e Lombardi Neto (2012), como vegetativas, edáficas e mecânicas. As suas definições estão listadas a seguir:

1. Edáficas – são aquelas onde a forma de se cultivar o solo é modificada, promovendo, além do controle da erosão, a manutenção ou a melhoria da fertilidade do solo. Exemplo: calagem, adubação verde, controle do uso do fogo, cultivo em acordo com a capacidade de uso da terra etc.

2. Vegetativas – são aquelas onde se protege o solo usando a própria vegetação para defendê-lo contra a erosão. Exemplo: cobertura morta, rotação de culturas, culturas em faixas, manejo da flora acompanhante, roçada e alternância de capinas etc.
3. Mecânicas – são estruturas artificiais, construídas pelo homem, pelo movimento direcionado de porções de terra, dispostos de maneira adequada, para favorecer a infiltração da água. Exemplo: preparo do solo em nível, enleiramento do mato em contorno, subsolagem, terraceamento, cordões em contorno etc.

Adubação verde e o potencial das leguminosas

Considerada como o uso de plantas condicionadoras de solo em sucessão, rotação ou em consórcio com as culturas, seja pela incorporação, seja pela deposição de resíduos vegetais na superfície do solo, a adubação verde tem por finalidade buscar a proteção da superfície, assim como a manutenção e a melhoria das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo em todo o perfil (Calegari et al., 1992).

Plantas de adubação verde especialmente cultivadas para cobertura do solo e para proteção contra erosão são também denominadas plantas de cobertura verde, pois exercem papel importante ao impedir o impacto direto das gotas de chuva sobre o solo, o que diminui a desagregação de partículas e o selamento da superfície do solo e favorece o aumento da infiltração da água, diminuindo a erosão (Derpsch et al., 1991).

Capeche et al. (2008), ao relacionar os diversos benefícios da adubação verde, destacam a promoção do grande e contínuo aporte de massa vegetal ao solo, mantendo e elevando o seu teor de matéria orgânica. Os autores salientam também que a adubação verde proporciona proteção da camada superficial do solo contra

o impacto direto das chuvas de alta intensidade. Tal condição acaba por favorecer a manutenção das elevadas taxas de infiltração de água pelo efeito combinado do sistema radicular e da cobertura vegetal. As raízes, após sua decomposição, deixam canais no solo, ao passo que a cobertura evita a desagregação e o selamento superficial e reduz também a velocidade do escoamento superficial.

Diversas plantas podem ser utilizadas na adubação verde, e muitos autores, dentre os quais, Primavesi (1999) e Altieri (2012), justificam que aquelas pertencentes à família botânica das leguminosas são as mais indicadas devido à possibilidade do aproveitamento do nitrogênio do ar atmosférico que é fixado pelas bactérias do gênero *Rhizobium*, que vivem em simbiose no sistema radicular desses vegetais. Além disso, para esses autores, as leguminosas normalmente apresentam grande rendimento de massa verde por unidade de área e possuem sistema radicular bastante ramificado e profundo, o que lhes faculta a possibilidade de extrair nutrientes minerais nas camadas subsuperficiais do solo.

O sistema radicular das leguminosas é geralmente profundo e apresenta capacidade de romper camadas de compactação subsuperficiais do solo. Souza et al. (2012) detalham esse fenômeno e explicam que a ação das raízes das leguminosas contribuem para a melhoria da estrutura, uma vez que deixam espaços vazios na matriz do solo após a sua decomposição, pois elevam a aeração, a infiltração e a condutividade hidráulica, resultando em redução da resistência mecânica ao crescimento das raízes das culturas, que passam a ocupar esses espaços.

Terraceamento

Entre as práticas mecânicas conservacionistas, o terraceamento é uma das mais eficazes para controlar a erosão nas terras cultivadas. A palavra terraço significa a combinação de um camalhão e um canal, em nível, construído em corte da linha de maior

declive do terreno. A principal função de um terraço é diminuir o comprimento dos lançantes, reduzindo, assim, a formação de sulcos erosivos em regiões de alta precipitação e retendo mais água em zonas mais secas (Bertoni e Lombardi Neto, 2012). Considerando os tipos de terraços, os autores afirmam que, quanto à largura da faixa de movimentação de terra, os terraços podem ser de base estreita (até 3 m), base média (de 3 a 6 m) e base larga (de 6 a 12 m). No que se refere aos terraços de base estreita, eles afirmam que são mais indicados para pequenas propriedades (lavouras pequenas), áreas com culturas perenes e áreas com declives mais acentuados (12% a 18%).

Objetivo Geral

Avaliar a dinâmica das perdas de água e solo, mediante o emprego do manejo conservacionista, como alternativa possível para os agricultores do Assentamento Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ.

Objetivos Específicos

1. Avaliar a influência das propriedades físicas nas perdas de água e solo nos diferentes sistemas de manejo: a) solo sem cobertura vegetal; b) solo coberto com a Leguminosa Cudzu Tropical; c) solo coberto com a Leguminosa Cudzu Tropical e terraços de base estreita, com cristas vegetadas com a Leguminosa Guandu.
2. Verificar o comportamento hidrológico do solo sob diferentes sistemas de manejo, por intermédio do monitoramento diário de instrumentos de campo.
3. Comparar as respostas erosivas, por meio das perdas de água e solo, nos diferentes tratamentos, avaliados por intermédio das parcelas de erosão instaladas.

Materiais e métodos

Do sítio Carvalho da Justiça, da agricultora Luciá Teixeira Brasileiro, selecionou-se para o presente estudo uma área representativa das condições predominantes no assentamento, em relevo ondulado, colinoso, com declividade de 15% e elevação de 38 m, em condições pedológicas próprias da classe dos Argissolos. Nessa área, denominada Estação Experimental de Pesquisa Participativa Assentamento Fazenda Engenho Novo (EEPPE-AFEN), localizada nas coordenadas 22º49'S e 42º55'O, foram instaladas três parcelas de erosão. Os detalhes da EEPPE-AFEN, com suas parcelas de erosão, seus instrumentais e os respectivos tratamentos encontram-se esquematizados no croqui da figura 5.

Instalação de parcelas de erosão

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram instaladas estruturas experimentais denominadas parcelas de erosão Wischmeyer (Meyer e Wischmeyer, 1969), para serem implantados os tratamentos. Em 26 de outubro de 2013, após a demarcação da área, iniciou-se a instalação de três parcelas. Delimitadas por chapa galvanizada de 0,50 m de altura, fincadas ao solo a 20 cm de profundidade, com dimensões de 22 m de comprimento por 4 m de largura, cada parcela cobriu uma superfície de solo de 88 m^2. Para mensurar as perdas de água e solo decorrentes da erosão superficial individualmente, cada parcela foi diretamente ligada a uma caixa coletora, com capacidade para mil litros de água (figura 5).

Instrumental instalado nas de parcelas de erosão

Para monitorar diariamente as chuvas naturais e possibilitar a verificação das respostas erosivas e as respectivas variações de po-

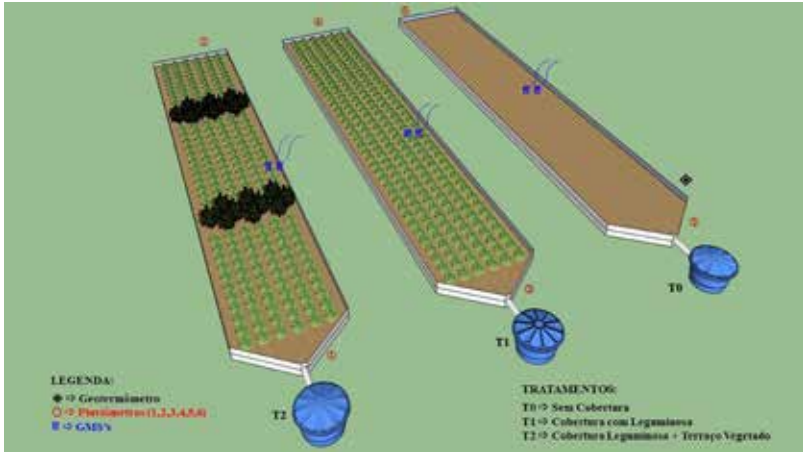
tencial matricial, foi instalado, em cada parcela de erosão, um par de pluviômetros, situados nas extremidades superior e inferior.

Para o monitoramento diário do comportamento hidrológico frente aos tratamentos utilizados, cada parcela de erosão também recebeu, em sua porção mediana – a cerca de 80 cm da parede lateral –, um par de Blocos de Matriz Granular (GMS), conforme descrevem Shock (1998) e Bertolino et al (2002), em duas profundidades distintas: a 20 cm, no interior da camada mais superficial, localizada no horizonte Ap; e a 30 cm, já na camada com mudança textural abrupta, localizada no horizonte Bt. Para a calibragem diária e adequada do aparelho leitor de potencial matricial de cada GMS, foi instalado geotermômetro de haste rígida, com bulbos a 21 cm e 31 cm, respectivamente.

Tratamentos utilizados nas parcelas de erosão

A EEPPE-AFEN é constituída de três parcelas de erosão, que compreendem três tratamentos distintos:

- Parcela T0 – parcela sem qualquer cobertura, onde o solo é diretamente exposto às intempéries climáticas.
- Parcela T1 – parcela coberta, vegetada exclusivamente com espécie de leguminosa perene e de hábito de crescimento indeterminado (Cudzu Tropical – *Pueraria phaseoloides*).
- Parcela T2 - parcela coberta, vegetada com espécie de leguminosa perene e de hábito de crescimento indeterminado (Cudzu Tropical – *Pueraria phaseoloides*), segmentada por dois terraços de base estreita, em nível e com cristas vegetadas por leguminosa semiperene e de hábito de crescimento arbustivo (Guandu – *Cajanus cajan*).

Figura 5. Croqui da EEPPE/AFEN, mostrando a disposição das parcelas de erosão, com respectivos tratamentos T0, T1 e T2, localização de Pluviômetros, GMSs, Geotermômetro

Fonte: Benito Igreja Junior, 2013.

Quantificação das perdas de água e solo

O experimento de campo do presente estudo faz uso de sistemas de parcelas coletoras para a determinação das perdas de solo e água pela erosão, sob chuva natural, nas condições ambientais predominantes na área do Assentamento Fazenda Engenho Novo.

Considerando os métodos utilizados na determinação da quantificação das perdas por erosão, descritos por Bertoni e Lombardi Neto (2012), empregou-se o método direto, por meio da coleta de material retido nas caixas coletoras de cada parcela, que estavam equipadas com recipientes individuais calibrados para a aquisição das alíquotas (balde graduado). O critério de monitoramento das parcelas de erosão prevê coletas, realizadas diariamente, todas as manhãs, às 9 horas, devidamente assinaladas em planilha de campo, por membro da associação de produtores local, adequadamente treinado e acompanhado.

As amostras coletadas no campo são levadas ao Laboratório de Geociências (LabGeo) da FFP/UERJ, agitadas, uma a uma, e acondicionadas em *beckers* com capacidade de 1 litro, previamente pesados e identificados (parcela, data, volume de água na caixa coletora e volume de água no balde medidor). Em seguida, cada amostra deve ser posta a secar em estufa, a 110ºC. Assim, com o sedimento seco, o *becker* é levado para pesagem em balança com precisão de duas casas decimais. Subtraindo do valor encontrado o peso do recipiente (g), obtém-se por fim o peso líquido do sedimento (g) nas 24 horas de chuvas que incidiram sobre a parcela de 88 m^2, conforme expressão n.º 5.1:

Perda de Solo (g/litro) = Peso Becker com Sedimento (g) - Peso Becker (g) (5.1)

Sabendo-se o montante da massa de solo perdida na superfície da parcela, é possível correlacionar as perdas de solo em kg/ha ou t/ha. Da mesma forma, conhecendo o volume de água medida nas caixas coletoras, é possível saber o volume de água que não infiltra na matriz do solo, pois escorreu sobre a superfície das parcelas.

Estudo e caracterização de solos

Nos estudos preliminares da paisagem, a representação do domínio Suave Colinoso foi identificada com a classe dos Argissolos, enquanto a representação do domínio de Agradação Continental foi identificada com a classe dos Gleissolos. A confirmação desses estudos se dará por meio da abertura de trincheiras, onde é detalhada a descrição, identificação e diferenciação de cada um de seus respectivos horizontes, seguindo a metodologia do Manual de Descrição e Coleta de Solos no Campo e anotação em ficha de classificação pedológica, ambos preconizados pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (2013). A classificação do solo, então,

será feita utilizando-se o que é preconizado pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2013). Para informações complementares relacionadas à granulometria, classe textural, fertilidade, porosidade e densidade aparente, foram coletadas amostras de solo deformadas e indeformadas e remetidas para laboratório, tanto nos horizontes das parcelas de erosão como no perfil de referência.

Resultados

Recém-implantada, a presente pesquisa encontra-se em andamento e os resultados do trabalho são iniciais. Assim, pode-se assinalar como mais relevantes os seguintes resultados:

Estudos pedológicos

Foram efetuados estudos de solo, com a abertura de trincheiras para descrição detalhada e classificação dos dois perfis representativos da paisagem local. Para tanto, contou-se com o apoio direto de pesquisadores da Embrapa Solos, tendo ainda a colaboração do experiente pedólogo Osório Oscar Marques da Fonseca, assim como de alunos de graduação em Geografia, bolsistas do LabGeo da FFP da UERJ.

As dimensões de cada trincheira foram: 3 m de comprimento, 1,5 m de largura e 2 m de profundidade. Procederam-se, então, os estudos e levantamentos de campo de cada um dos dois tipos de solo, anotando-se em ficha de classificação pedológica preconizada pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (2013), em conformidade com o Manual de Descrição e Coleta de Solo no Campo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.

Com as informações levantadas, foi feita a classificação completa dos perfis de solo, segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2013) (figura 6).

Nas coordenadas 22°49'18"S e 42°55'44.1"W, o perfil identificado com o relevo de agradação continental foi classificado como Gleissolo Háplico Tb Distrófico típico. Relacionado ao domínio de relevo suave colinoso e intimamente correlacionado às condições pedológicas da EEPPE-AFEN, situando-se em suas proximidades, nas coordenadas 22°49'085"S e 42°55'310"W, foi aberto o perfil 1- Luciá, que foi definido como perfil de referência e que assumiu maior relevância no estudo, sendo classificado como Argissolo Vermelho Distrófico Abrúptico.

As análises granulométricas a que foram submetidas as amostras deformadas de terra, coletadas nos diferentes horizontes do perfil de iluviação do solo de representação da área da EEPPE/AFEN, encontram-se apresentadas na tabela 1. Ao se atentar para os valores médios das frações granulométricas encontrados em cada um dos horizontes do perfil 1, separadamente, constatam-se variações substanciais, capazes de imprimir comportamentos definidamente diferenciados. A diferença de texturas do horizonte A para os horizontes subsuperficiais Bt_1, Bt_2 e C influenciam outros parâmetros físicos importantes, como a estabilidade dos agregados, a porosidade e a densidade do solo. Esse conjunto de atributos físicos acabam por definir a permeabilidade do solo à água, influenciando a suscetibilidade à erosão hídrica (figura 7).

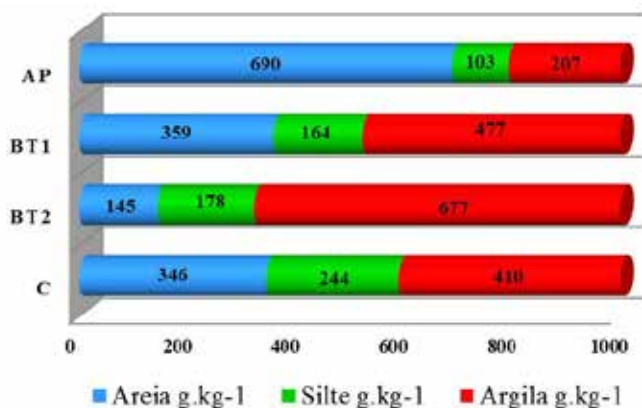
Figura 6. Perfis de solo e respectivas classificações, representativos da área do Assentamento Fazenda Engenho Novo

Fonte: Benito Igreja Junior, 2013.

Tabela 1. Granulometria e classes texturais encontradas nas amostras de solo dos horizontes do Argissolo do perfil 1

AMOSTRAS	Profundidade cm	Areia $g.kg^{-1}$	Silte $g.kg^{-1}$	Argila $g.kg^{-1}$	Classe Textural, segundo USDA e SBCS
Horizonte Ap	0 – 30	690	103	207	Franco-argilo--arenosa
Horizonte Bt_1	30 – 40	359	164	477	Argila
Horizonte Bt_2	40 – 80	145	178	677	Muito argilosa
Horizonte C	80 – 200⁺	346	244	410	Argila

Fonte: UERJ/FFP-LabGeo, 2014.

Figura 7. Representação gráfica da granulometria encontrada nas amostras de solo dos horizontes do Argissolo do perfil 1

Fonte: Os autores.

Implantação da EEPPE-AFEN

As parcelas de erosão T1 e T2 foram recentemente semeadas com as leguminosas e ainda não se encontram plenamente vegetadas, impossibilitando a diferenciação capaz de permitir o início das comparações. Até que esteja em plena condição de operação, os agricultores participantes estão sendo treinados para monitoramento e coleta diária de informações.

Figura 8. Mosaico fotográfico das parcelas de T2, T1 e T0

Parcela T2 Parcela T1 Parcela T0

Fonte: Benito Igreja Junior, 2014.

Treinamento de agricultores para monitoramento de chuvas, de perdas de solo e água e da variação do potencial matricial do solo

Para possibilitar a participação efetiva e o envolvimento direto, os agricultores assentados Luciá Teixeira Brasileiro e Onofre de Souza Pereira foram treinados para monitorar diariamente o potencial matricial do solo, o volume e a intensidade de chuvas e as perdas de solo e de água (figura 9).

Figura 9. Mosaico fotográfico com agricultor assentado e estudante de Geografia da UERJ/FFP na EEPPE-AFEN, exercitando os trabalhos de monitoramento

Leitura da pluviosidade

Registros das perdas – solo e água

Leitura de GMS

Fonte: Benito Igreja Junior, 2014.

Conclusão

Como pesquisa em andamento, a implantação da Estação Experimental de Pesquisa Participativa em Erosão do Assentamento Fazenda Engenho Novo (EEPPE-AFEN) representa um importante avanço na vida do assentamento e de seus moradores. Os resultados iniciais apontam dificuldades de natureza pedológica com potencial para influenciar a capacidade de absorção hídrica, podendo resultar em processos erosivos significativos e impactando a agricultura local. O aprofundamento dos estudos permitirá conhecer com profundidade a dinâmica dos processos erosivos frente às condições de clima e solo ali predominantes, o que possibilitará estabelecer formas de manejo do solo que favoreçam a sustentabilidade da agricultura no assentamento.

Referências

ABBOUD, A. C. S. *Introdução à agronomia.* Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.* São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

AMADOR, E. S. *Bacia da Baía de Guanabara: características geoambientais, formação e ecossistemas.* Rio de Janeiro: Interciência, 2012.

______. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental.* Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

ANJOS, L. H. C. e PEREIRA, M. G. "Principais classes de solos do Estado do Rio de Janeiro". In Freire, L. (ed.). *Manual de calagem e adubação do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2013, pp. 37-68.

BERTOLINO, A. et al. "Monitoring the field soil matrix potential using mercury tensiometer and granular matrix sensor". *Proc. 3rd Int. Conf. On Unsaturated Soils, Balkema.* Recife, 2002.

______ et al. "Análise da dinâmica climatológica no município de São Gonçalo/RJ, triênio 2004-2007". *Revista Tamoios*, v. 3, n. 2, 2007.

BERTONI, J. e LOMBARDI NETO, F. *Conservação do solo.* São Paulo: Ícone Editora, 2012.

BRADY, N. C. e WEIL, R. R. *Elementos da natureza e propriedades dos solos.* Porto Alegre: Bookman, 2013.

CALEGARI, A. *Adubação verde no sul do Brasil.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992.

CAPECHE, C. L. et al. "Estratégias de recuperação de áreas degradadas". In TAVARES, S. R. L. et al. (orgs.). *Curso de recuperação de áreas degradadas: a visão da Ciência do Solo no contexto do diagnóstico, manejo, indicadores de monitoramento e estratégias de recuperação.* Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2008, pp. 164-7. Disponível em: http://www.cnps.embrapa.br/solosbr/publicacao.html. Acesso em: 18 abr. 2014.

DERPSCH, R. et al. *Controle da erosão no Paraná, Brasil: Sistemas de cobertura do solo, plantio direto e preparo conservacionista do solo.* Eschborn: GTZ, 1991.

EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – SiBCS*. Brasília: Embrapa, 2013.

GUERRA, A. J. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23450.pdf. Acesso em: 20 jan. 2013.

LEPSCH, I. F. *19 lições de pedologia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MACHADO, L. O. *Gente do Caceribu: sua geografia, sua história.* Niterói: Instituto Baía de Guanabara, 1997.

MEYER, L. D. e WISCHMEYER, W. H. "Mathematical simulation of the process of soil erosion by water". *Transactions of the American Society of Agricultural Engineers*, v. 12, n. 6, 1969, pp. 754-8.

PMSG – Prefeitura São Gonçalo e UFF – Universidade Federal Fluminense. *Plano Municipal de Redução de Risco do Município de S. Gonçalo, 2006. Relatório parcial.* Disponível em: http://www.pmsg.rj.gov.br/compur/documentos/pmrr_sg_07_2010/produto_1_e_2/produto_02.pdf. Acesso em: 10 set. 2013.

PRIMAVESI, A. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais.* São Paulo: Nobel, 1999.

SANTOS, R. D. et al. *Manual de descrição e coleta de solo no campo.* Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2013.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. *Projeto Rio de Janeiro*. Brasília, 2001. Disponível em CD-ROM.

SHOCK, C. C. "Instrumentos para determinação da umidade do solo". *Anais do 27.º Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola*. Poços de Caldas: Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola/Universidade Federal de Lavras, 1998.

SOUZA, C. M. et al. *Adubação verde e rotação de culturas*. Viçosa: Ed. UFV, 2012.

TARTARI, D .T. et al. "Perda de solo e água por erosão hídrica em Argissolo sob diferentes densidades de cobertura vegetal". *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 7, n. 3, 2012, pp. 85-93.

VEZZANI, F. M. e MIELNICZUK, J**.** *O solo como sistema*. Curitiba: Ed. dos autores, 2011.

Capítulo IV
Plantas medicinais: os saberes locais entre os camponeses da comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Luiz Henrique Marinho Lages
Juliana Riane Chagas
Marcelo Guerra Santos

Humanidade, cultura e natureza

> O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza.
>
> (Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*)

As populações humanas precisam relacionar-se com o seu ambiente, realizando trocas materiais para sobreviverem, em um processo tão intenso que foi descrito por Marx como um "metabolismo" entre natureza e sociedade. Essa relação se dá, sobretudo a partir do trabalho, mas esse metabolismo é prejudicado quando o modo de produção separa o trabalhador dos recursos ambientais resultando na alienação da natureza, juntamente com a alienação do trabalho. É a partir daí que irá surgir uma falha metabólica en-

tre a sociedade e o meio ambiente, que está na raiz dos problemas socioambientais que a sociedade enfrenta hoje (Foster, 2014).

E em condições onde essa alienação da natureza não se encontra tão engessada, como nas populações camponesas que realizam trocas mais intensas com o seu meio local, como no caso do assentamento da Fazenda Engenho Novo em São Gonçalo, como se dão as inter-relações entre uma população humana e o seu meio ambiente? A Etnobiologia, ciência que estuda, entre outros aspectos, a construção do conhecimento biológico de grupos humanos acerca de seus ambientes pode responder a essa pergunta, partindo de um conjunto de premissas (Albuquerque e Medeiros, 2013):

a) Uma parte do comportamento humano, relacionado ao uso de recursos naturais, evolui por meio da seleção de traços que conferem vantagens adaptativas ao ambiente.
b) Uma parte considerável da variabilidade comportamental é herdada por uma base cultural.

A cultura pode ser entendida como uma forma de intermediar as relações entre sociedade e ambiente, afetando os processos ecológicos do ambiente ("transformação da natureza"), como também as relações sociais de organização da produção ("transformação da sociedade"), ela própria também sendo modificada pela interação entre esses processos. Soldati (2013, p. 41), no âmbito da etnobotânica, iguala cultura ao aprendizado social, cuja definição é "o processo pelo qual as informações são transmitidas em um grupo social a partir de interação entre seus pares, ou destes com os produtos da interação" (Boyd e Richardson, 2005; Mesoudi e Whiten, 2008; Soldati, 2013). Dessa forma, para entender como é construída a inter-relação entre um grupo humano e o seu ambiente, torna-se imprescindível saber como é realizado o processo de aprendizado social, logo, se faz necessário compreender a

organização social do referido grupo, o que implica entender sua constituição histórica e suas relações materiais com o ambiente.

Tendo em vista esses pressupostos, para responder à pergunta do presente trabalho – qual é e como é construído o conhecimento local sobre as plantas medicinais pelos agricultores da Fazenda Engenho Novo? –, faz-se necessário detalhar o processo de formação dessa comunidade, bem como seus processos de aprendizado social e o histórico de suas relações com o ambiente físico da região (veja no capítulo 1 deste livro).

Ciência, sociedade e plantas medicinais

Do ponto de vista institucional, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos tem por finalidade "garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional", reconhecendo o uso e o manejo desses recursos pelas populações tradicionais, conforme explicitado nos seguintes objetivos (Brasil, 2009, p. 11):

> Promover e reconhecer as práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros.
> Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos de plantas medicinais e ao conhecimento tradicional associado.

Ainda segundo o referido documento, em sua décima diretriz, "promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros", cabe aos Ministérios da Cultura, do Meio Ambiente e da Saúde, como gestores de ação, "apoiar as iniciativas comunitárias para a organização e o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e populares". Entende-

-se, assim, que este estudo pode embasar a comunidade para esse reconhecimento. Albuquerque e Hanazaki (2006, p. 684) destacam que:

> Apesar da grande necessidade de estudos etnodirigidos para permitir a recuperação e a conservação de conhecimentos sobre plantas medicinais nativas no Brasil, [...], existe quase que uma completa ausência do uso ou desenvolvimento de teorias para abarcar os fenômenos observados e fazer avançar ainda mais rápido uma teoria da relação entre pessoas e os recursos naturais usados em sua medicina.

Entendendo que uma abordagem científica necessita de um corpo teórico para ser capaz tanto de responder questões pertinentes ao estudo como de prever fenômenos e também apresentar algum grau de replicabilidade (Albuquerque e Hanazaki, 2006), faz-se necessário que, além de uma simples listagem de plantas medicinais, também sejam testadas hipóteses, a fim de se constituir teorias capazes de melhorar o poder explicativo da etnobiologia. Dentro desse contexto, Albuquerque e Medeiros (2013) ressaltam que os estudos etnobotânicos não devem se apartar de estudar as diferentes interações entre o ser humano e o ecossistema no espaço e no tempo, indo além da abordagem utilitária classicamente adotada. Outro aspecto a ser levado em conta é a pressão por urbanização, da qual as comunidades acabam sendo alvo constante. Quanto a isso, Medeiros et al. (2013, p. 30) dizem que:

> Os estudos atuais da dinâmica socioecológicos em contexto de urbanização ou de migrações podem fornecer informações relevantes para entendermos determinados processos, uma vez que tais contextos remetem a mudanças muito mais rápidas e, portanto, mais facilmente capturáveis do que sistemas ecológicos mais estáveis.

Soldati (2013) destaca que existem poucos estudos sobre como o conhecimento tradicional é transmitido, mas estes apontam para a prática das atividades diárias em comunidades rurais, de forma geral. Além disso, o mesmo autor ressalta que os estudos etnobotânicos, por tratarem dos conhecimentos locais, têm alto potencial para auxiliar no entendimento de como ocorre a socialização de informações, ou seja, a evolução cultural. Ele propõe uma abordagem metodológica baseada no conceito de memória episódica, fundamentada na abordagem sistêmica da memória proposta por Tulving (1985), devido ao fato de esse tipo de memória estar associado às singularidades de um evento vivenciado por um indivíduo, o que aumentaria a especificidade dessa abordagem.

Este é um estudo de natureza quantitativa e qualitativa sobre os processos de aprendizado de saberes locais dentro da categoria específica plantas medicinais, a partir de um olhar etnográfico, utilizando a hipótese da memória sistêmica para aumentar sua efetividade e levando também em conta aspectos sociais e históricos dos camponeses da comunidade da Fazenda Engenho Novo. Busca alcançar, inclusive, a valorização da identidade e dos aspectos culturais da população estudada, reforçando práticas ecologicamente equilibradas de utilização dos recursos, a partir da reapropriação do conjunto de práticas e saberes especificados dessa localidade, para que haja fortalecimento da coesão social, dos laços de solidariedade interna, de sua ressignificação social, a fim de fortalecer a autogestão produtiva da comunidade.

O assentamento da Fazenda Engenho Novo

O assentamento está localizado na histórica Fazenda Engenho Novo, um importante patrimônio histórico da cidade de São Gonçalo – estado do Rio de Janeiro – que data do século XVIII. Os camponeses que atualmente habitam a área do assentamento compõem uma população de origem bastante heterogênea, con-

tando com diversos descendentes dos antigos trabalhadores da fazenda, bem como lavradores de outras regiões, trabalhadores urbanos aposentados, moradores pobres de áreas periféricas, pequenos comerciantes e pessoas que escolheram viver em uma área rural. A região tem um intenso histórico de conflitos pelo uso da terra, e aquilo que os confere um caráter de unidade é a luta pela terra e pelo trabalho rural (veja os capítulos 1 e 2 deste livro).

Como foi realizada a pesquisa

O primeiro passo do trabalho foi a observação participante plena, que consiste numa análise de dentro da comunidade, e onde foram obtidos os primeiros dados qualitativos, conforme descrito por Albuquerque et al. (2010). Essa observação focou-se em aspectos relacionados à organização social, modo de produção, relação com o ambiente, e histórico de vida dos agricultores. A partir dessa observação, pôde ser estabelecida a problematização do estudo e a proposição de modelos explicativos. Também é com base na observação participante que foi estabelecida uma relação de confiança com os agricultores, denominada "raport" (Bernard, 2006). A amostragem do estudo seguiu um padrão específico, intencional e não probabilístico. O momento e local escolhidos para observação foi a reunião mensal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo, na área comum do assentamento, que são as ruínas do antigo casarão do Barão de São Gonçalo.

Durante o período de observação, foi feita a seleção dos "informantes", termo utilizado para designar as pessoas que serão alvo do estudo e que terão uma relação mais duradoura com a pesquisa, alguns sendo destacados como informantes chave ou especialistas locais. Albuquerque et al. (2010) colocam três pontos principais para a escolha do informante chave:

1. A escolha não deve se basear na quantidade de informações fornecidas, mas na "sutileza dessas informações".
2. Uma única informação, porém peculiar, pode justificar a escolha de um informante chave.
3. Além das informações coletadas formalmente, detalhes informais ("nas entrelinhas"), porém significativos, justificam a escolha de um informante chave, contanto que sejam também relatados pelo pesquisador.

No caso do presente trabalho, os informantes chaves foram as pessoas que reconhecidamente dentro de sua comunidade são excelentes coletoras e/ou conhecedoras de plantas medicinais, e doravante serão chamadas "especialistas locais". Estes foram encontrados primeiro pela observação participante e em seguida por meio da técnica conhecida na literatura como "Bola de neve" (Bailey, 1994), que é uma forma de seleção intencional da amostragem, onde é pedido a cada especialista local que indique outro que ele conheça. O tamanho da amostra foi limitado pela quantidade de especialistas locais indicados dessa forma.

Os especialistas passaram por uma entrevista semiestruturada, onde foram relatados dados sobre sua origem, a maneira como aprendeu a utilizar as plantas e outras características socioeconômicas (se mora com a família, se vive da terra). Também foi perguntado a cada informante uma "lista-livre" das plantas que conhece/utiliza medicinalmente. Essa metodologia é utilizada nas ciências sociais e se baseia nos seguintes pressupostos: (1) as pessoas que são entrevistadas tendem a listar os termos por ordem de familiaridade; (2) pessoas que sabem mais sobre um domínio tendem a citar mais que pessoas que sabem menos; (3) termos mais citados indicam itens mais proeminentes ou salientes localmente (Albuquerque et al. 2010, p 53).

Segundo Quinlan (2005), essa metodologia pode ajudar tanto a encontrar os especialistas locais quanto a investigar

as variações dentro de um dado domínio cultural. Um de seus problemas é a falta de memória do informante, que pode omitir informações valiosas. Nesse caso, Brewer (2002) sugere técnicas complementares como a indução não específica, que consiste em indagar o informante após ele completar a lista, ou a sugestão semântica, onde é perguntado ao informante se ele conhece plantas similares às que ele citou na lista.

A partir das listas de plantas medicinais produzidas pelas informações dos especialistas locais, foi realizada uma análise de similaridade entre o conhecimento dos informantes. Essa ferramenta é útil para relacionar a história de vida e as observações com o conhecimento botânico construído. Para isso, foi calculado o Índice de Sørensen e a construção de dendrogramas, com o auxílio do programa Fitopac 2.1 (Sheperd, 2009).

Coletas botânicas foram realizadas, e o material testemunho, depositado no herbário da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (RFFP). Esse passo é muito importante, pois estabelece uma ligação central entre o conhecimento científico e o conhecimento local, além de permitir que outros pesquisadores possam acessar o material coletado (Santos et al., 2012).

O trabalho foi submetido ao comitê de ética da UERJ, por meio da Plataforma Brasil, sendo autorizado com o CAAE: 43704215.6.0000.5282. Os informantes, relacionados aqui de forma anônima, serão indicados por letras maiúsculas, em ordem alfabética. A todos foi pedido o preenchimento de um termo de consentimento livre e esclarecido na participação da pesquisa, e assinou como testemunha um representante do sindicato ou outro agricultor que não tenha participado da pesquisa. Em certos casos, os entrevistados solicitaram que algumas informações fornecidas ficassem em sigilo, devido a diversas razões, e esse desejo foi respeitado.

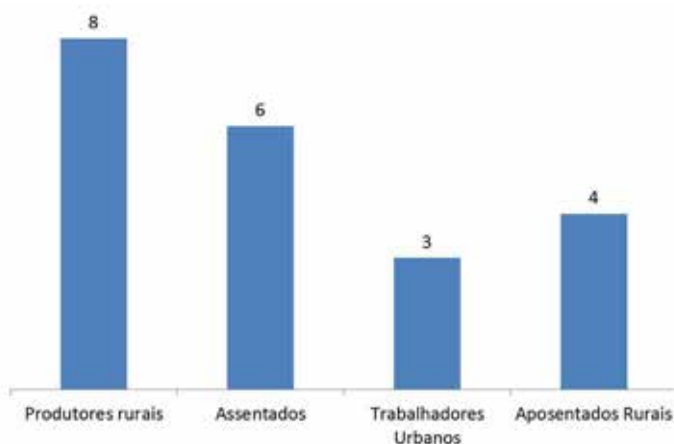
Os especialistas locais

Foram localizados e entrevistados dez informantes que moram no assentamento da Fazenda Engenho Novo e arredores. Apesar de todos serem oriundos do estado do Rio de Janeiro, os dez informantes apresentaram origens em comunidades, todas no estado do Rio de Janeiro: apenas três informantes declararam serem nascidos e criados na região onde hoje é o assentamento. Dois informantes são da área rural de Silva Jardim, dois são de Santo Antônio de Pádua, no norte fluminense, dois são de outras áreas de São Gonçalo e um declarou ser de Nova Friburgo.

Quanto ao gênero, houve certo equilíbrio, sendo seis homens e quatro mulheres. Esse dado se opõe ao que Albuquerque e Lucena (2004) propõem, ao referirem que o quintal e os arredores da casa são considerados espaços femininos. Esse dado pode estar associado ao processo de masculinização do meio rural, que é explicado pelo êxodo seletivo das mulheres para o meio urbano, e, de acordo com Camorano e Abramovay (1999), pode ser explicado pela expansão do setor de serviços urbanos, o trabalho desvalorizado pela família rural e a relação com a formação educacional.

Quanto à participação na produção agrícola, oito informantes são produtores rurais, sendo que as duas exceções são uma informante que mora nos arredores do assentamento e é uma aposentada rural, mas não possui nem terra, nem participa mais de qualquer atividade agrícola, e uma outra informante que chegou há pouco tempo na região, trabalha na cidade, deixando a cargo do marido todas as atividades relacionadas ao sítio. No entanto, considera-se que mesmo não participando dessas atividades, elas ainda podem ser consideradas camponesas, dado seu histórico e modo de vida (Marques, 2008). Além disso, apenas seis informantes são de fato assentados rurais, o que reflete a questão da precarização do acesso à terra pelos trabalhadores rurais (Alentejano, 2002). Três informantes complementam a renda familiar no

meio urbano e quatro já são aposentados rurais, ocorrendo, assim, sete casos de combinação de renda (figura 1).

Figura 1. Quantidade de informantes por atividade econômica do assentamento da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

Apenas um informante tem idade inferior a 40 anos, sendo sete com idade superior a 50 anos e seis com idade superior a 60 (figura 2). Em geral, essa é uma tendência apontada nos levantamentos etnobotânicos, ou seja, os membros mais velhos são os detentores do conhecimento sobre o uso das plantas medicinais (Ceolin et al. 2011). É importante também destacar o processo de envelhecimento da população rural brasileira, que ocorre desde a década de 1950, e pode ser correlacionado com o acesso a serviços básicos da cidadania, que são ainda "menos ruins" no meio urbano do que no meio rural (Camarano e Abramovay, 1999). Ademais, existe a questão da perda de interesse das gerações mais jovens com a vida rural, associada a uma desvalorização do campo, que se correlaciona a um modo de vida "atrasado", a péssimas condições de trabalho e de vida (Godoy et al., 2011).

A maioria dos informantes também apresenta baixa escolaridade: duas informantes nunca frequentaram escola; outros cinco tiveram experiência escolar no ensino fundamental; apenas três fizeram o ensino médio (figura 3). Esse fato também está de acordo com os indicadores de educação no campo no Brasil, que estão entre os mais baixos da América Latina (Camarano e Abramovay, 1999).

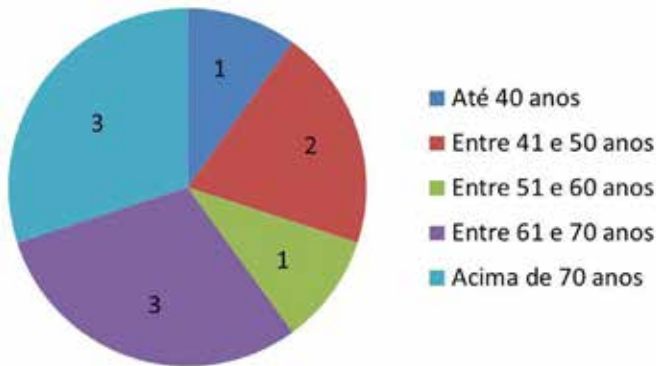
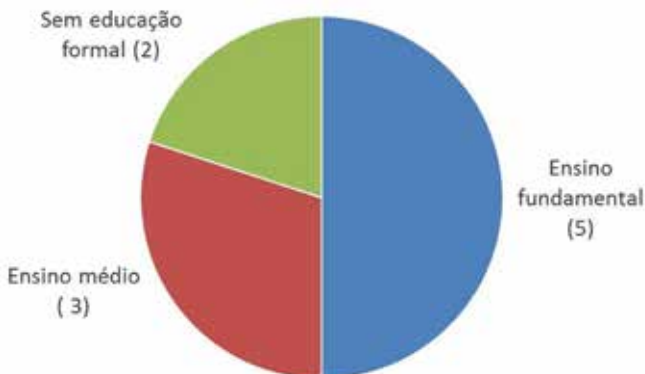
Figura 2. Faixa etária dos informantes da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

Figura 3. Grau de escolaridade dos informantes da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

As plantas medicinais citadas pelos agricultores

Plantas medicinais

Das 111 espécies registradas, 76 foram identificadas cientificamente. Estas pertencem a 71 gêneros e 40 famílias botânicas, sendo um gênero (*Lygodium*) e uma família (Lygodiaceae) de samambaia e as demais de angiospermas. As famílias com maior representatividade em número de espécies foram Asteraceae (com sete espécies), seguida de Fabaceae e Lamiaceae (ambas com cinco espécies cada) (apêndice 1).

Do total de espécies citadas pelos informantes, 48 não foram coletadas (apêndice 1), por serem obtidas mediante a compra em mercados ou porque não estavam disponíveis durante o período das entrevistas. Em outros casos, a forma de obtenção não foi especificada, levando a sugerir que o indivíduo tem o conhecimento, mas não utiliza a planta.

Quanto às etnoespécies, o quantitativo citado por cada informante foi o seguinte: "A" (16 etnoespécies), "B" (13), "C" (26), "D" (21), "E, F, G" (26), "H" (46), "I" (17) e o "J" (34) (apêndice 1). Vale ressaltar que os informantes E, F, G moram juntos e não foi possível separá-los durante as entrevistas, desse modo, todos os três citaram as mesmas espécies.

As espécies mais citadas pelos informantes foram saião (9 citações), seguidas por erva-de-Santa Maria (8 citações), arnica e trançagem (ambas com 7 citações) e aroeira, babosa, boldo, cana-do-brejo, erva-cidreira, picão (6 citações cada) (apêndice 1).

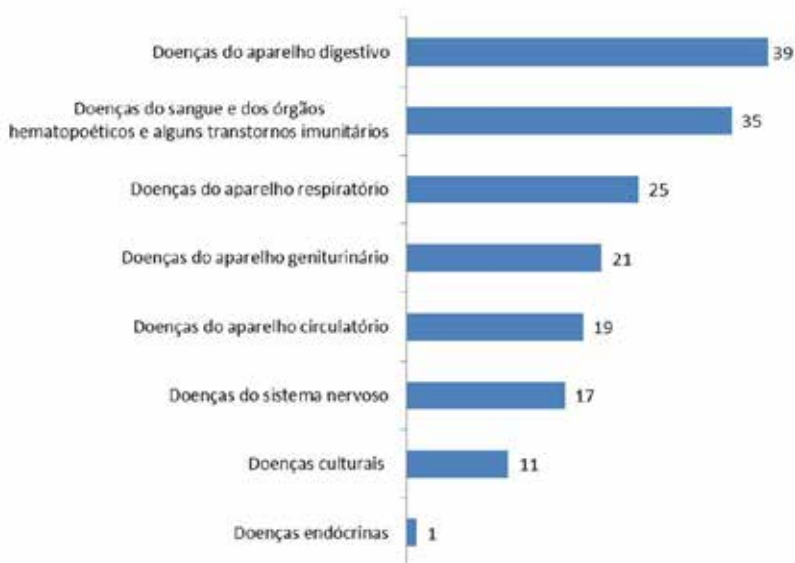
Indicação de uso medicinal e sistemas abordados

A indicação corresponde ao sintoma físico ou ao órgão do corpo no qual a planta tem ação (pode ser encontrado no apêndice 1). Algumas citações usavam nomes diferentes para o mes-

mo sintoma ou doença, como "gripe", "resfriado" e "antiviral". Em outros momentos, os termos indicavam situações próximas, mas bem diferentes em termos práticos, como no caso de "cicatrizante" e "contusão". O primeiro termo pareceu indicar feridas mais recentes, causadas por instrumentos cortantes, enquanto o segundo foi utilizado no sentido de pancadas, ou de feridas mais antigas (também chamadas "sangue pisado"). O termo "barriga de mulher" apareceu como um eufemismo para designar cólicas de menstruação, ou outros problemas relacionados ao aparelho reprodutor feminino, e foi colocado como sendo uma categoria de uso distinta.

Para simplificar a análise das indicações, elas foram relacionadas aos diferentes sistemas corporais de acordo com as categorias da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10), publicada pela Organização Mundial de Saúde (2000). A maioria das indicações foi para distúrbios do sistema digestório (figura 4). Esse resultado é similar ao alcançado por Pinto et al. (2004), assim como por Amorozo (2002) e Almeida e Albuquerque (2002). Medeiros e Albuquerque (2013) destacam que esse fato se deve a duas características: (1) estas são as doenças mais recorrentes na comunidade, o que é justificado, já que inexiste saneamento básico na localidade; (2) o sistema digestório permite uma maior possibilidade de tratamento com compostos bioativos.

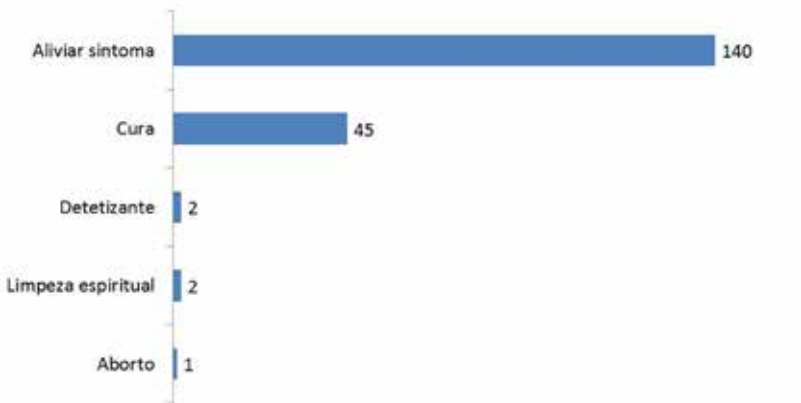
O conceito "doenças culturais" refere-se às manifestações interpretadas como doenças e que não apresentam uma causa fundamentada cientificamente (Pinto et al., 2006), também denominadas de "doenças espirituais". Foram categorizadas, assim, dentro das doenças culturais as "Limpeza do corpo", "Corpo carregado", "Limpeza" e "Corpo ruim".

Figura 4. Indicações de uso das plantas medicinais, de acordo com os sistemas corporais relacionados (segundo a Organização Mundial da Saúde, 2000), no Assentamento da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

Objetivo do uso medicinal

As plantas foram categorizadas por serem utilizadas para aliviar um sintoma ou para curar uma determinada moléstia. No entanto, no decorrer das entrevistas apareceram usos que não se enquadravam em nenhuma das duas categorias, como "abortivo" e "detetizante", mas que estavam sem dúvida relacionados a aspectos da saúde local. Aproximadamente 74% das indicações tinham como objetivo aliviar um sintoma, enquanto cerca de 24% tinham como propósito a cura completa de um determinado problema (figura 5). Em pelo menos duas entrevistas, os informantes

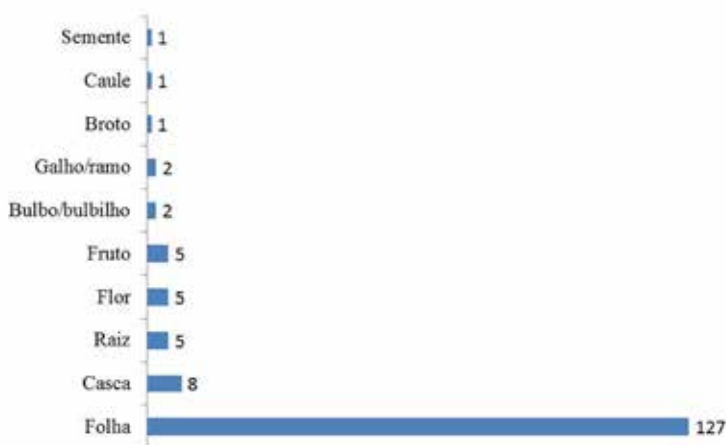
também relataram o uso de algumas plantas medicinais como parte regular da alimentação para prevenir o aparecimento de alguns problemas.

Figura 5. O objetivo do uso das plantas medicinais, segundo as citações dos informantes do Assentamento da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

Parte da planta utilizada

São utilizados folha, flor, fruto, raiz, a casca do caule ou uma combinação entre mais de um órgão (folha e flor, por exemplo) para uso das plantas medicinais (apêndice 1). Destas, o órgão mais importante foi a folha, com 80% das citações, seguida da casca com 5% (figura 6). Para o maior uso da folha existem duas explicações. A primeira, de acordo com Pilla et al. (2006), o uso da folha apresenta um caráter de conservação do recurso vegetal, pois não impede o desenvolvimento e a reprodução da planta, se a retirada da parte aérea não for excessiva. A outra explicação, de acordo com Franco e Barros (2006), tem a ver com o fato de que

as folhas têm maior disponibilidade e é onde se concentram grande parte dos princípios ativos.

Figura 6. Partes vegetais utilizadas no preparo, de acordo com as citações dos informantes do Assentamento da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

Formas de preparo e de uso das plantas medicinais

A forma de preparo mais utilizada foi o chá, com 55% do total de citações. Do restante, emplastro teve 10%, banho 9,6%, maceração 6,8% e xarope 5,1% das citações, e todas as outras tiveram menos de 3% (figura 7). Esses resultados estão próximos aos de Azevedo et al. (2004), com uma maior incidência do uso de folhas e da decocção para o preparo das plantas.

Neste caso, a tabela do apêndice 1 representam uma simplificação muito grande da variedade de dados obtidos. A maioria dos informantes realiza os procedimentos de uma maneira muito espe-

cifica, diferenciando-se em muitos detalhes, o que torna os procedimentos quase que únicos para cada informante. Por exemplo, ao pedir para que fosse explicado como era preparado um chá, um informante relatou que "a folha tem que ser colocada na água quente, mas sem ferver", enquanto outro relatou que "a folha tem que ser colocada na água fervente, mas em seguida deve-se desligar o fogo e deixar o recipiente abafado". Houve ainda relatos de que o chá deve ser tomado frio, ou que a água quente deve ser despejada direto no copo com as plantas. Muitos informantes diferenciaram que em algumas plantas o chá pode destruir o efeito, sendo necessário beber o "sumo" (no caso de folhas carnosas principalmente). Nesse caso, é necessário apertar ou espremer a folha ou fruto. No entanto, outros informantes relataram que o sumo pode ser obtido no liquidificador, ou ainda deixando a folha emersa num pote de água de um dia para o outro. O termo xarope refere-se a uma mistura, às vezes de várias plantas, ou a um tipo de conserva, feita com mel e açúcar, ou apenas açúcar. Também foi utilizada a categoria garrafada, para indicar que a planta deveria estar em conserva junto com alguma bebida alcóolica (licor ou conhaque). Em alguns casos a composição completa da garrafada não foi informada, por envolver aspectos de natureza mística ou religiosa. Alguns detalhes envolvidos foram citados, como "cortar em forma de cruz", ou "colocar embaixo do travesseiro", por demonstrar aspectos simbólicos envolvidos nos procedimentos. O preparo do banho, um dos únicos que houve concordância entre os informantes, foi descrito como sendo preparado numa bacia ou balde, com água quente, onde são deixadas as folhas por um tempo até a água esfriar a uma temperatura agradável, para somente então tomar o banho.

As formas de uso correspondem a maneira como os preparados foram utilizados pelo informante. A maioria das plantas (154) é ingerida, enquanto 22 servem para uso tópico, principalmente sobre feridas, e apenas 17 são utilizadas para banho. Azevedo e Fonseca-Kruel (2004) associam a forma de uso do banho

a plantas de uso ritualístico, e essa correlação também apareceu forte nos relatos dos informantes que citaram essa forma de uso.

Podemos sintetizar o modo de preparo das plantas medicinais pelos informantes da FEN do seguinte modo:

Chá: cozinhar (decocção) ou verter água fervente sobre a planta (infusão).

Maceração: colocar a planta, amassada ou picada mergulhada em água fria por um tempo.

Banho: banhar o corpo utilizando o chá.

Salada: ingerir a planta crua.

Xarope: preparar de forma espessa o açúcar e o chá da planta.

Emplastro: amassar as plantas (algumas vezes com água, óleo ou azeite) e aplicá-las diretamente sobre a parte afetada.

Compressa: embeber panos limpos no chá ainda morno e aplicar no local afetado.

Inalação: colocar as plantas (geralmente aromáticas) dentro de água quente e o inalar o vapor.

Loção: macerar a planta em óleo ou azeite.

Aroma: colocar a planta no ambiente ou dentro de um recipiente (geralmente de pano) para inalar os seus aromas.

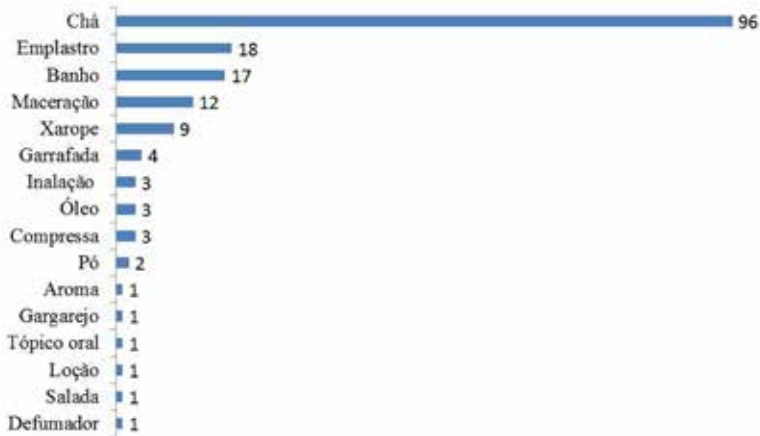
Óleo: extrair o óleo da planta.

Garrafada: preparar fórmula medicinal com componentes de origem vegetal, mineral e animal, e complementar com elementos religiosos.

Gargarejo: fazer com o chá da planta.

Tópico oral: colocar a planta ou o sumo diretamente sobre a mucosa oral ou dentes.

Defumador: jogar sobre brasas as plantas para queimar, o que libera uma fumaça aromática.

Figura 7. As diferentes formas de preparo das plantas medicinais, de acordo com as citações dos informantes do Assentamento da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

Uso da planta pelos informantes

A coluna "faz uso" na tabela do apêndice 1 indica se o informante faz ou se já fez uso daquela planta. Em alguns casos, os informantes não especificaram, enquanto em outros eles afirmaram que conhecidos ou parentes fazem uso, mas que eles mesmos nunca precisaram fazer. No entanto, indiferente ao fato de terem usado pessoalmente ou por pessoas próximas, os informantes deixaram claro que indicam as plantas para outras pessoas. O elemento materno pareceu ser muito importante nessa questão, pois muitos responderam: "nunca usei, mas minha mãe usava". Nesse caso, em 74% das citações, os informantes afirmaram que sim, fazem uso das plantas citadas, enquanto em 29% das citações a mãe deles fazia uso, e 7% eram conhecidos, ao passo que em apenas 4% das citações eles afirmaram somente terem ouvido falar do uso da planta.

Forma de obtenção das plantas medicinais

Em relação ao lugar onde os informantes conseguem as plantas citadas, são coletadas 49% delas, enquanto 22% são cultivadas, e apenas um total de 6% são compradas, seja em mercados ou casas de ervas.

Com relação à coleta, o quintal representou a principal unidade da paisagem de onde as plantas são retiradas. Na maioria das vezes, foi observado que os informantes coletam a planta quando ela se encontra próxima a sua casa ou em algum lugar dentro do seu lote, mas não se preocupam em cultivá-la, utilizando aquelas que crescem espontaneamente. Os informantes relataram que costumam selecionar as plantas que irão ser arrancadas com base na sua utilidade, e, em alguns casos, eles podem mesmo facilitar a sua propagação e realizar um certo manejo. De maneira diferente, cultivo significa que há um trabalho intencional de produção da planta, que de outra forma talvez não estaria na casa deles. De todos os informantes, apenas o sr. "J" realmente consegue remuneração a partir dessa produção, uma vez que ele trabalha vendendo mudas de plantas medicinais, enquanto o sr. "H" mantém uma produção para consumo próprio e também de familiares e vizinhos. Em alguns casos, não há nem produção, nem coleta, e a planta simplesmente é comprada. O que transpareceu nas entrevistas é que, nesse caso, a dificuldade de plantio pode ser elevada e sua importância grande o suficiente para justificar a compra. Alguns informantes não especificaram a forma de obtenção das plantas, seja porque estavam relembrando informações muito antigas, que obtiveram em outras regiões, como o sr. "B", seja porque estão muito recentes na região e desenvolveram pouco vínculo com o local, embora lembrem do que aprenderam com os pais, como o caso da sra. "C".

Plantas tóxicas

Entre as plantas utilizadas como medicinais pelos assentados da Fazenda Engenho Novo, duas espécies possuem registro de toxicidade na literatura, de acordo com Lorenzi e Matos (2008) e Kissmann e Groth (2000): guiné ou guiné-pipiu (*Petiveria alliacea* L.) e mamona (*Ricinus communis* L.) (apêndice 1).

As folhas da guiné-pipiu são utilizadas na forma de banho para "limpeza do corpo", enquanto as folhas da mamona são usadas na forma de compressa/banho para curar ou aliviar os sintomas de inchaço (apêndice 1). Ambas as espécies possuem substâncias tóxicas que podem ser letais se ingeridas (Matos et al., 2011). Entretanto, os assentados da Fazenda Engenho Novo se restringem ao uso externo dessas plantas, na forma de compressa ou banho, o que, a princípio, não parece oferecer risco a saúde.

Não são raros os casos em que se emprega somente uma parte da planta com fins medicinais, enquanto as outras partes podem ser consideradas tóxicas ou apenas ser indicado o uso externo da planta. Nesse último caso, um exemplo clássico é o confrei (*Symphytum officinale* L. – Boraginaceae), planta medicinal com substâncias tóxicas que teve o seu uso oral proibido por órgãos governamentais de vários países. Entretanto, o seu uso externo como cicatrizante é permitido (Lorenzi e Matos, 2008). Dessa forma, o usuário deve utilizar apenas a parte da planta recomendada, seguindo a forma de preparo e o uso indicado sugeridos por um médico ou um conhecedor popular da comunidade. Marques et al. (1995) acredita que os principais motivos dos envenenamentos por espécies de plantas sejam a falta de conhecimento da população sobre o potencial tóxico das plantas e o manuseamento incorreto.

Os assentados da Fazenda Engenho Novo reportam que duas plantas têm propriedades tóxicas, o chá das folhas da erva-de-São-João (*Ageratum conyzoides* L.), usado como abortivo, e o

pião-roxo (*Jatropha gossypiifolia* L.), em que a seiva (látex) do caule é gotejada no dente para matar o seu nervo (apêndice 1).

Ageratum conyzoides é uma planta medicinal com atividades analgésica, anti-inflamatória e antirreumática comprovadas. Entretanto, as flores dessa espécie produzem os alcaloides pirrolizidínicos, licopsamina e equinatina, que possuem ação hepatotóxica, sendo então recomendável o uso de plantas sem flores para fins medicinais (Lorenzi e Matos, 2008). Os assentados da Fazenda Engenho Novo utilizam as folhas para o preparo do chá abortivo (apêndice 1), ou seja, a parte da planta que não possui as substâncias tóxicas.

O uso oral de preparações caseiras de *Jatropha gossypiifolia* deve ser desaconselhado por conta da presença de substâncias tóxicas, principalmente nas sementes (Lorenzi e Matos, 2008).

Entre as espécies utilizadas pelos assentados da FEN, quinze possuem alguma contraindicação registrada na literatura (tabela 1). A maioria delas (nove espécies) é contraindicada para mulheres grávidas ou lactantes; são elas: arruda, boldo, café, capim-limão, espinheira-santa, macaé, mamão, quebra-pedra e romã.

Duas espécies são contraindicadas para o uso oral: babosa e o pião-roxo (tabela 1). Na FEN, alguns assentados indicam o uso oral da babosa (macera com água, garrafada com mel e bate no liquidificador) e do pião-roxo (pingar seiva no dente) – veja apêndice 1. Santos e Carvalho (2018) destacam a necessidade de um diálogo de mão dupla entre os saberes tradicionais e os saberes científicos. Segundo esses autores, a experiência que determinadas comunidades possuem em utilizar, cultivar, coletar e preparar as plantas medicinais pode ser esclarecedora para a ciência, do mesmo modo que o conhecimento científico pode ser importante, principalmente na detecção de substâncias tóxicas ou na validação do uso de certas plantas medicinais. Desse modo, devem ser planejadas estratégias futuras para o intercâmbio de informações

entre os resultados dessa pesquisa e os assentados da Fazenda Engenho Novo.

Tabela 1. Plantas citadas pelos especialistas da Fazenda Engenho Novo com alguma contraindicação na literatura

Nome popular	**Nome científico**	**Contraindicação**
Aroeira	*Schinus terebinthifolia*	Pode provocar fenômenos alérgicos na pele e mucosas.
Arruda	*Ruta gaveolens*	Não é indicado para mulheres grávidas e evitar exposição ao sol.
Babosa	*Aloe vera*	Não deve ser ingerida, pois possui substâncias (antraquinonas) que podem causar grave crise de nefrite aguda, entereocolites e hemorroidas.
Boldo	*Plectranthus barbatus*	Não é indicado para mulheres grávidas e crianças até 12 anos.
Café	*Coffea arabica*	Não é indicado para mulheres grávidas ou que estejam amamentando.
Capim-limão	*Cymbopogon citratus*	Não deve ser utilizado por mulheres grávidas. Evitar a presença de microfilamentos da folha no chá, que podem provocar lesões nas mucosas que revestem o aparelho digestivo.
Erva-cidreira	*Lippia alba*	Não é recomendado para pessoas com pressão baixa e por crianças entre 0 e 5 anos de idade.
Espinheira-santa	*Maytenus sp.*	Não é indicado para mulheres grávidas ou em fase de amamentação.
Macaé	*Leonurus sibiiricus*	Nõ é indicado para mulheres grávidas.
Mamão	*Carica papaya*	Seu fruto verde é considerado abortivo.
Milho	*Zea mays*	Pessoas com inflamação na próstrata.

Pinhão-roxo	*Jatropha gossypiifolia*	Desaconselhável administração oral desta planta.
Quebra-pedra	*Phyllanthus tenellus*	Não se deve fazer uso prolongado (superior a 3 semanas) do chá de quebra-pedra. Seu uso é contraindicado em mulheres grávidas e que amamentam, pois pode provocar cólicas e diarreias no lactente.
Romã	*Punica granatum*	Não é indicado para mulheres grávidas.
Sete-sangrias	*Cuphea carthagenenis*	Crianças.

Fonte: Lorenzi e Matos, 2008.

Similaridade de saberes entre os informantes

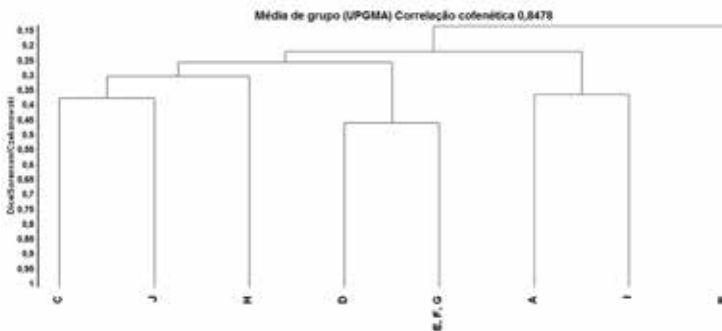
Foi realizada uma análise de similaridade entre as diferentes listas produzidas por cada informante. No dendrograma apresentado na figura 8, podemos identificar três grupos: o primeiro formado pelos informantes “C”, “J”, “H”, o segundo por “D”, “E”, “F”, “G” e o terceiro por “A”, “I” e o informante “B” isolado. A similaridade máxima encontrada foi de 45,8% (entre os informantes "D" e "E, F, G").

Os resultados se encontram dentro do esperado, mostrando maior similaridade entre o Sr. “A” e a Sra. “I”, que são mãe e filho, e um maior distanciamento do Sr. “B” com os demais, uma vez que o conhecimento dele foi construído em outras regiões e no contato com outras pessoas que não são do assentamento.

Da mesma forma, os mais jovens (“C”, “J” e “H”) apresentaram uma similaridade maior, devido a um contato maior com o meio urbano, ou seja, com fontes de conhecimento externas à comunidade. Medeiros e Albuquerque (2013) destacam que a proximidade com o meio urbano não necessariamente irá reduzir a quantidade de plantas utilizadas, mas poderá aumentá-las num

primeiro momento, já que esse ambiente possibilita o contato com mais espécies exóticas.

O agrupamento entre o sr. “D” e os informantes “E”, “F” e “G” coincide com aqueles que relataram experiências de aprendizado individual nas entrevistas, mas também pode ser devido a um contato maior entre esses informantes, conforme observado no cotidiano.

Figura 8. Dendrograma de similaridade entre as diferentes listas de plantas medicinais citadas pelos informantes (A, B, C, D, E, F, G, H e I) no assentamento da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ

Fonte: Os autores.

Considerações finais

Os camponeses do Assentamento Fazenda Engenho Novo possuem um conjunto de saberes acerca de plantas medicinais elevado, mas muitos se queixam que hoje a troca de informações está menor. Além disso, o êxodo rural dos jovens e a desvalorização do papel dos saberes dos mais velhos podem estar levando a uma situação de erosão dessas práticas e saberes. São necessários mais

estudos nessa direção para determinar em que medida esse problema está ocorrendo e suas possíveis soluções.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro e a prefeitura de São Gonçalo têm usado a denominação "produtor rural" para os assentados da Fazenda Engenho Novo. Essa prática acaba reduzindo-os a uma condição de relação puramente econômica com a terra, negando a dimensão cultural e simbólica. É necessário que eles sejam reconhecidos como camponeses em plena acepção do termo, ou todos estes aspectos de sua cultura serão cada vez mais marginalizados em detrimento de outras influências que chegam até eles. A história dos camponeses deve ser contada.

Referências

ALBUQUERQUE, U. P. e HANAZAKI, N. "As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas". *Revista Brasileira de Farmacologia*, v. 16, supl. 0, pp. 678-89, 2006.

______ e MEDEIROS, P. M. "Introdução à Etnobiologia de Bases Ecológicas e Evolutivas". In ______. (org.). *Etnobiologia de Bases Ecológicas e Evolutivas.* 1. ed. Recife: NUPEEA, 2013.

______ et al. "A Seleção dos participantes da pesquisa". In ______ et al. (orgs.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica.* Recife: NUPEEA, 2010.

ALENTEJANO, P. R. R. "Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro". *Revista Fluminense de Geografia*, v. 1, n. 1, pp. 109-24, 2002.

ALMEIDA, C. F. C. B. R. e ALBUQUERQUE, U. P. "Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco (nordeste do Brasil): um estudo de caso". *Interciência*, v. 27, n. 6, pp. 276-85, 2002.

AMOROZO, M. C. M. "Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antonio do Leverger, MT, Brasil". *Acta Botanica Brasilica*, v. 16, n. 2, pp. 189-203, 2002.

AZEVEDO, V. M e FONSECA-KRUEL, V. S. "Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no Município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de caso nas zonas Norte e Sul". *Acta Botanica Brasilica*, v. 21, n. 2, pp. 263-75, 2007.

BAILEY, K. *Methods of social research.* New York: The Free Press, 1994.

BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches.* 4. ed. Oxford: Altamira Press, 2006.

BOYD, E e RICHERSON, P. J. *Not genes alone: how culture transformed human evolution.* Chicago: University of Chicago Press, 2005.

BRASIL. *Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BREWER D. D. "Supplementary interviewing techniques to maximize output in free listing tasks". *Field Methodologies*, v. 14, pp. 108-18, 2002.

CAMARANO, A. A e ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.* Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.

CEOLIN, T. et al. "Plantas medicinais: transmissão do conhecimento nas famílias de agricultores de base ecológica no Sul do RS". *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 45, n. 1, pp. 47-54, 2011.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANCO, E. A. P e BARROS, R. F. M. "Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí". *Revista Brasileira de Plantas Medicinais,* v. 8, n. 3, pp. 78-88, 2006.

GODOY, K. E. "Circuito turístico da fazenda Engenho Novo: possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e profissionalização de atividades geradoras de renda". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.

KISSMANN, K. G. e GROTH, D. *Plantas infestantes e nocivas*, t. III. São Paulo: Basf, 2000.

LORENZI, H. e MATOS, F. J. A. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

MARQUES, M. B. et al. "Avaliação da Rede Brasileira de Centros de Controle de Intoxicação e Envenenamento – CCIEs". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 11, n. 4, pp. 560-78, 1995.

MARQUES, M. I. M. A. "Atualidade do conceito de camponês". *Revista NERA*, v. 12, pp. 57-67, 2008.

MATOS, F. J. A. *Plantas tóxicas: estudo de fitotoxicologia química de plantas brasileiras.* Nova Odessa: Insituto Plantarum de Estudos da Flora, 2011.

MEDEIROS, P. M e ALBUQUERQUE, U. P. "Padrões de uso de plantas medicinais por populações locais: o que pode estar por trás de nossas decisões?" In ALBUQUERQUE, U. P. (org.). *Etnobiologia: bases ecológicas e evolutivas.* NUPPEA: Recife, 2013.

______ et al. "As abordagens ecológico-evolutivas em etnobiologia: história e conceitos". In ALBUQUERQUE, U. P. (org.). *Etnobiologia: bases ecológicas e evolutivas.* Recife: NUPPEA, 2013.

MESOUDI, A e WHITEN, A. "The multiple roles of cultural transmission: experiments in understanding human cultural evolution". *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, v. 363, pp. 3489–501, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10.* São Paulo: EdUSP, 2000.

PILLA, M. A. C. et al. "Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil". *Acta Botanica Brasilica*, v. 20, n. 4, pp. 789-802, 2006.

PINTO, E. P. P et al. "Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de Mata Atlântica – Itacaré, BA, Brasil". *Acta Botanica Brasilica*, v. 20, n. 4, pp. 751-62, 2006.

QUINLAN, M. "Considerations for collecting freelists in the field: examples from Ethnobotany". *Field Methods*, n. 17, pp. 1-16, 2005.

SANTOS, M. G. et al. "A importância das coleções biológicas escolares para o conhecimento da riqueza biológica regional". *Anais do I Encontro Nacional de Ensino de Biologia e III Encontro Regional de Ensino de Biologia RJ/ES.* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia, 2005.

______ et al. "A biodiversidade da APA do Engenho Pequeno e Morro do Castro". In ______ (org.). *Estudos Ambientais em regiões metropolitanas: São Gonçalo.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

______ e CARVALHO, A. C. B. "Plantas medicinais: saberes tradicionais e o sistema de saúde". In ______ e QUINTEIRO, M. (orgs.). *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

SHEPHERD, G. J. *FITOPAC 2.1.* São Paulo: Universidade Estadual de Campinas/Departamento de Biologia Vegetal, 2009.

SOLDATI, G. T. *Produção, transmissão e estrutura do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em três grupos sociais distintos: uma abordagem evolutiva* (dissertação). UFRPE, 2013.

______. "Transmissão de Conhecimento: origem social das informações e da evolução cultural". In ALBUQUERQUE, U. P. (org.). *Etnobiologia: bases ecológicas e evolutivas.* Recife: NUPPEA, 2013.

TULVING, E. "Memory and consciousness". *Canadian Psychology/Psychologie Canadienne*, v. 26, n. 1, pp. 1-12, 1985.

Apêndice 1. Plantas medicinais citadas pelos agricultores do assentamento Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ. NC (Não coletada); LHML (Luiz Henrique Marinho Lages); JRC (Juliana Riane Chagas)

Nome científico (Família/Espécie)	Nome popular	Informante	Coletor	Parte vegetal utilizada	Forma de uso	Indicação	Objetivo	Obtenção	Faz uso
Amaranthaceae									
Alternanthera brasiliana (L.) O.Kuntze	Terramicina	J	JRC 01, 82	Folha	Chá	Antibiótico	Cura	Cultiva	Conhecidos
Dysphania ambrosioides (L.) Mosyakin & Clemants	Erva-de-Santa-Maria, Santa Maria	A, B, C, D, E, F, G, I	JRC 18, 19; LHML 14	Folha/galho	Ferve o galho (chá)	Verme	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Socar no leite e beber (maceração)	Piolho	Cura	Não especificado	Mãe
				Folha	Socar e botar na ferida (emplastro)	Emenda osso	Cura	Não especificado	Sim
				Folha	Socar e botar na ferida (emplastro)	Cicatrizante	Cura	Não especificado	Sim

				Folha	Bate junto com o saião (maceração)	Pulmão	Aliviar sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Chá	Verminose	Cura	Coleta	Sim
Amaryllidaceae									
Allium cepa L.	Cebola	H	NC	Bulbo	Chá/salada	Abaixar a pressão	Aliviar o sintoma	Compra/ cultiva	Sim
Allium sativum L.	Alho	C, H	NC	Dente de alho (bulbilho)	Chá (junto com laranja-da-terra, limão, assa-peixe e guaco)	Antiviral (resfriado) e gripe	Aliviar o sintoma/ cura	Compra	Sim
Anacardiaceae									
Anacardium occidentale L.	Caju, Cajueiro, caju-roxo	E, F, G	JRC 17, 121; LHML 100	Casca	Chá	Feridas, cicatrizante e estômago	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Schinus terebinthifolia Raddi	Aroeira	C, D, E, F, G, J	JRC 05, 49, 75; LHML 12, 94, 99	Folha	Chá	Perna inchada	Cura	Cultiva	Sim
				Folha	Chá	Elefantíase	Cura	Cultiva	Sim
				Casca	Banho	Varizes	Cura	Cultiva	Sim
				Casca	Chá	Queimação no estômago e diabetes	Aliviar sintoma	Coleta	Sim

				Casca/folha	Emplastro/banho/compressa	Cicatrizante e anti-biótico	Aliviar sintoma	Coleta/não especificado	Sim/mãe
Mangifera indica L.	Mangueira	C, J	JRC 109	Folha	Chá	Gripe, diarréia e antiinflamatório	Aliviar o sintoma	Não especificado/coleta	Sim/mãe
Annonaceae									
Annona muricata L.	Graviola	D, H	JRC 15	Folha	Chá	Diabetes, baixar glicose	Aliviar o sintoma	Coleta/cultiva	Sim
Asteraceae					Chá				
Ageratum conyzoides L.	Erva-de-São João	C, J	JRC 20, 29, 88	Folha	Chá	Aborto	Abortivo	Não especificada	Mãe
				Folha	Chá	Depressão	Aliviar o sintoma	Coleta	Não
Bidens pilosa L.	Picão, picão-preto, picão-do-campo	C, D, E, F, G, J	JRC 06, 31,71, 115; LHML 11, 114	Folha	Chá	Hepatite e infecção urinária	Aliviar o sintoma	Cultiva/coleta	Sim
Moquiniastrum polymorphum (Less.) G.Sancho	Camará	C, E, F, G	JRC 27	Casca	Chá	Dor de barriga	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe

Mikania glomerata Spreng.	Guaco	C, D, H, J	JRC 34	Folha	Beber o sumo (maceração)/ chá (junto com laranja-da-terra, limão, alho e assa-peixe)/ xarope	Gripe, expectorante e tosse	Cura/ aliviar o sintoma	Não especificado/coleta/cultiva	Mãe/sim
Solidago chilensis Meyen	Arnica, arnica tradicional, arnica-da-horta, arnica de jardim, arnica-doméstica	A, D, E, F, G, H, J	JRC 11, 19, 47, 80; LHML 76	Folha	Chá/emplasto/loção	Anti-inflamatório e dor muscular	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim/não
				Folha	Chá	Pancada	Cura	Coleta	Sim
				Folha	Chá	Hemorragia	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Beber o sumo (maceração)	Sangramento	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Gymnanthemum amygdalinum (Delile) Sch.Bip. exWalp.	Boldo-do-Chile, boldo-mexicano	A, I, J	JRC 14, 97; LHML 13, 77	Folha	Beber o sumo (maceração)/chá	Indigestão, enxaqueca, fígado e rins	Aliviar o sintoma	Coleta/cultiva	Sim

Vernonanthura polyanthes (Sprengel) Vega & Dematteis	Assa-peixe	C, J	JRC 22	Folha	Chá (junto com laranja-da-terra, limão, alho e guaco)	Vias respiratórias	Aliviar o sintoma	Coleta/não especificado	Sim/mãe
Bignoniaceae									
Sparattosperma leucanthum (Vell.) K.Schum.	Cinco-folhas	C, D	JRC 107; LHML 110	Folha	Banho	"Limpeza do corpo"	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe
Handroanthus sp.	Ipê-roxo	D	JRC 66	Folha	Chá	Estimulante, afrodisíaco	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Bixaceae									
Bixa orellana L.	Urucum	D, E, F, G	JRC 89; LHML 86	Raiz	Chá	Colesterol	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Chá	Afrodisíaco	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Boraginaceae									
Varronia curassavica Jacq.	Baleeira, Baliera	C, H, J	JRC 21, 70; LHML 06, 79	Folha	Chá/emplastro	Anti-inflamatório, analgésico, pele e tricose	Aliviar o sintoma	Não especificado/cultiva	Mãe/sim
Caricaceae									

Carica papaya L.	Mamão- -macho	H	JRC 48	Flor	Xarope	Tosse	Aliviar o sintoma	Cultiva	Conhecidos
Celastraceae									
Maytenus sp.	Espinheira- -santa	H, J	JRC 77	Folha	Chá	Úlcera e estômago	Cura/aliviar o sintoma	Compra/ cultiva	Sim
Commelinaceae									
Tradescantia sp. 1	Pratuirabi- nha	J	JRC 73	Folha	---	Diurético	Alívio	Coleta	Não especi- ficado
Tradescantia sp. 2	Trapoeraba- -roxa	J	JRC 87	Folha	Chá	Rins	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
Costaceae									
Costus spicatus (Jacq.) Sw.	Cana-do- -brejo	B, E, F, G, I, J	JRC 03, 09, 14, 26, 54; LHML 08	Folha	Chá/folha socada (ma- ceração)	Pressão alta, diurético, rins e urina	Aliviar o sintoma	Cultiva/não especificado/ coleta	Sim
Crassulaceae					Emplastro				
Kalanchoe crenata (Andrews) Haw.	Saião	A, C, D, E, F, G, H, I, J	JRC 13, 102; LHML 73	Folha	Chá/ soca e põe na ferida (emplastro)	Contusão, destronca- mento,	Cura	Coleta	Sim,
				Folha	Emplastro	Contusão, pancada e anti-inflama- tório	Aliviar o sin- toma/cura	Cultivada	Sim

				Folha	Mistura com azeite/soca e põe na ferida (emplastro)	Cicatrizante	Cura/aliviar sintoma	Não especificado/coleta	Mãe/sim
				Folha	Garrafada	Mancha no pulmão	Cura	Não especificado	Mãe
Cucurbitaceae									
Cucumis anguria L.	Maxixe	H	NC	Folha	Chá	Hepatite	Cura	Coleta	Sim
Momordica charantia L.	Melão-de-São Caetano	C, I	JRC 22, 40, 50	Folha	Chá	Queda de cabelo	Aliviar o sintoma	Não informado	Mãe
				Folha	Chá	Malária e febre	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Sechium edule (Jacq.) Sw.	Chuchu	H	NC	Folha/fruto (casca)	Compressa, óleo e banho	Abaixar a pressão	Aliviar o sintoma	Compra e cultiva	Sim
Euphorbiaceae									
Ricinus communis L.	Mamona	D, I	LHML 92	Folha	Compressa/banho	Inchaço	Cura/aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Semente	Óleo	Inchaço	Cura	Coleta	Sim
Jatropha gossypiifolia L.	Pião-roxo	A	JRC 10; LHML 07	Caule	Pingar a seiva no dente (tópico oral)	Matar o nervo do dente	Cura	Coleta	Sim

Euphorbia prostrata Aiton	Quebra-pedra	A	JRC 101	Folha	Chá	Pedra nos rins	Cura	Coleta	Conhecidos
Fabaceae									
Cajanus cajan (L.) Huth	Guando	C	JRC 35, 67, 105	Folha	Chá	Inchaço no dente	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe
Desmodium adscendens (Sw.) DC.	Amor-do-campo, carrapichinho	A, C	JRC 07, 20, 39, 99; LHML 18	Raiz	Chá	Barriga de mulher	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe
				Folha	Chá	Pedra nos rins, diurético	Cura	Coleta	Conhecidos
Mimosa pudica L.	Dormideira	C, J	JRC 12, 32	Folha	Chá	Laxante	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha/Raiz	Chá	Dente	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe

Tamarindus indica L.	Tamarino	J	JRC 16	Folha	Chá	Estimulante do sistema imune, anemia e estresse	Aliviar o sintoma	Coleta	Não
Bauhinia sp.	Pata-de-vaca	C, H	JRC 106	Folha	Chá	Diabetes e baixar glicose	Aliviar o sintoma	Coleta/não especificado	Sim/mãe
Lamiaceae									
Leonurus sibiricus L.	Macaé	A	JRC 32	Folha	Xarope	Desinteria	Aliviar o sintoma	Não especificado	Não especificado
Ocimum campechianum Mill.	Alfavaca	E, F, G, H, J	JRC 24, 42	Folha	Xarope	Memória	Aliviar o sintoma	Cultiva	Não
Ocimum gratissimum L.	Alfavacão	D, E, F, G	JRC 28	Folha	Xarope	Expectorante	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Plectranthus amboinicus (Lour.) Spreng.	Hortelã, hortelã-pimenta	J,I	JRC 53, 83	Folha	Chá/xarope	Gripe	Cura/aliviar o sintoma	Cultiva/coleta	Sim

Plectranthus barbatus Andr.	Boldo, boldo-sirênio	A, E, F, G, H, I	JRC 96; LHML 75	Folha	Chá/beber o sumo (maceração)	Fígado, estômago, diarreia, barriga inchada, dor de barriga, indigestão e enxaqueca	Aliviar o sintoma	Coleta/cultiva	Sim
Lauraceae									
Cinnamomum spp.	Canela	H	NC	Casca		Baixar glicose	Aliviar o sintoma	Compra	Sim
Persea americana Mill.	Abacate	A, I	JRC 100	Folha	Chá	Pedra nos rins, dor de urina	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim/conhecidos
Loranthaceae									
Struthanthus sp.	Erva-de-passarinho	B	JRC 42	Folha	Socar e beber o sumo (maceração)	Pneumonia	Cura	Não especificado	Sim
Lygodiaceae									
Lygodium venustum Sw.	Abre-caminho	C, D, E, F, G	JRC 38, 111, 122	Folha	Banho	"Limpeza do corpo", "corpo carregado"	Aliviar o sintoma	Coleta/Não especificado	Sim/não especificado
Lytrhaceae									
Cuphea carthagenensis (Jacq.) J.F.Macbr.	Sete-sangrias	A, J	JRC 37; LHML 17	Folha	Chá	Circulação, pressão e infecção intestinal	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim

Punica granatum L.	Romã	B, H, I	NC	Fruto	Chá	Hemorroida, garganta inflamada	Cura/aliviar o sintoma	Coleta/não especificado	Sim
			NC	Folha	Botar sobre a ferida (emplastro)	Antibiótico	Cura	Não especificado	
Malvaceae									
Hibiscus sabdariffa L.	Caruruazeiro	E, F, G	JRC 119	Folha	Chá	Anemia	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Gossypium hirsutum L.	Algodão	C, D, I	JRC 103	Flor e folha	Chá	Barriga de mulher	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe
				Flor e folha	Chá/xarope	Expectorante	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Banho	Inchaço	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Moraceae									
Morus nigra L.	Amora	C, D, H, J	JRC 40, 114; LHML 82	Folha	Chá	Abaixar a pressão, reposição hormonal (TPM), menopausa	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim/não
				Folha	Chá	Barriga de mulher	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe

				Folha	Chá	Colesterol, diabetes	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim/não
Myrtaceae									
Eucalyptus spp.	Eucalipto	H	NC	Folha	Xarope/vapores do chá (inalação)	Gripe e sinusite	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
Eugenia uniflora L.	Pitanga	A, E, F, G, H	JRC 31, 38; LHML 81	Folha	Chá	Diarreia e febre	Aliviar o sintoma	Cultiva	Conhecidos
Psidium guajava L.	Goiaba	B, H	JRC 55	Broto/folha	Chá/beber o sumo (maceração)	Diarreia	Cura/aliviar o sintoma	Não especificado/ Cultiva	Sim/Conhecidos
Syzygium cumini (L.) Skeels	Jamelão	E, F, G, H, J	JRC 61, 118	Casca/folha	Chá	Diabetes, baixar a glicose, emagrece, colesterol e pressão	Aliviar o sintoma	Coleta/cultiva	Sim/não
Passifloraceae									
Passiflora edulis Sims	Maracujá	H, J	JRC 84	Folha	Chá	Calmante	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
Phyllanthaceae									
Phyllanthus tenellus Roxb	Quebra-pedra	B, H, J	JRC 52, 79	Folha	Chá	Rins, urina e fígado	Cura/aliviar sintoma	Coleta/ cultiva/não especificado	Sim/não
Phytolaccaceae									
Petiveria alliacea L.	Guiné, guiné-pipiu	C, D	JRC 29, 110,	Folha	Banho	"Limpeza do corpo"	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe

Piperaceae									
Piper amalago L.	Negra-mina, aperta-ruan	D, E, F, G	JRC 25, 41	Folha	Chá	Mazela, sífilis no sangue	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Banho	"Recom-posição do hímen"	Aliviar o sintoma	Coleta	Não
Plantaginaceae									
Plantago major L.	Transsagem, trançagem	A, B, D, E, F, G, H	JRC 08; LHML 09	Folha	Socar e botar na ferida (emplastro)	Cicatrizante	Cura/aliviar o sintoma	Coleta/não especificado	Sim
				Folha	Gargarejo	Garganta	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Chá	Antibiótico	Cura	Coleta	Sim
Poaceae									
Imperata brasiliensis Trin.	Sapê	E, F, G	JRC 02	Raiz	Chá	Rins	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Cymbopogon citratus (DC.) Stapf	Capim-limão, capim--cidreira	A, C, H, I, J	JRC 21, 90, 91, 98, 120; LHML 10	Folha	Chá	Calmante, gripe, úlcera, pressão	Aliviar o sintoma	Coleta/cultiva	Sim
Zea mays L.	Milho	B	NC	Cabelo do milho (estilete e estigma floral)	Chá	Sarampo	Cura	Não especificado	Sim

Rosaceae									
Rosa sp.	Rosa-branca	I	NC	Folha	Chá	Inflamação (barriga de mulher)	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Rubiaceae									
Coffea arabica L.	Café	C	JRC 113	Folha	Chá	Sinusite	Aliviar o sintoma	Não especi-ficado	Mãe
Rutaceae									
Citrus aurantium L.	Laranja-da--terra	C, H, J	JRC 60, 108	Folha	Chá (junto com limão, alho, assa-peixe e guaco)	Gripe	Cura	Não especi-ficado	Mãe
				Folha	Chá	Calmante, pressão, febre	Aliviar o sintoma	Cultiva/ coleta	Sim
Critus x limon (L.) Osbeck	Limão	C, H	JRC 30	Fruto	Chá (junto com laranja-da--terra, alho, assa-peixe e guaco)	Gripe	Cura	Não especi-ficado	Mãe
Ruta graveolens L.	Arruda	E, F, G	JRC 117	Folha	Banho	"Corpo carregado"	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Sapindaceae									
Paullinia cupana Kunth	Guaraná	H	NC	Fruto	Pó	Energético	Aliviar o sintoma	Compra	Sim

Solanaceae									
Solanum aethiopicum L.	Jiló	D	NC	Folha	Chá	Diabetes	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
Turneraceae									
Turnera sp.	Xanana	H	JRC 41; LHML 85	Folha	Chá	Revigorante	Cura	Coleta	Sim
Verbenaceae									
Stachytarpheta sp.	Gervão-roxo	E, F, G, J	LHML 70	Folha	Chá	Anemia, diarreia e ácido úrico	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
Lippia alba (Mill.) N.E.Br. ex P. Wilson	Erva-cidreira	E, F, G, H, I, J	JRC 02; LHML 19	Folha e ramo	Chá	Calmate e pressão	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
Vitaceae									
Cissus verticillata (L.) Nicolson & C.E. Jarvis	Insulina	J	JRC 85	Folha	---	Baixar açúcar do sangue	Aliviar o sintoma	Cultiva	Não especificado
Xanthorrhoeaceae									
Aloe vera (L.) Burm. f.	Babosa	A, C, E, F, G, J	JRC 04, 26, 95, 104;	Folha	Esfrega a mucilagem sobre a ferida (emplastro)	Cicatrizante e queimadura	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim

				Parte interna da folha	Bebe com água (maceração)	Cicatrizante	Cura	Não especificado	Mãe
				Parte interna da folha	Garrafada com mel	Leucemia	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe
				“Casca” da folha	Esfrega (emplastro)	Cabelo	Cosmético	Não especificado	Mãe
				Parte interna da folha	Bate no liquidificador (maceração)	Ossos	Cura	Coleta	Sim
Zingiberaceae					Vapores do chá (inalação)				
Alpinia zerumbet (Pers.) B. L. Burtt& R.M.Sm.	Colônia	E, F, G, H	LHML 20, 96	Folha	Chá	Baixar a pressão, insônia e dor no corpo	Aliviar o sintoma	Coleta/compra/cultiva	Sim
Zingiber officinale Roscoe	Gengibre	H	NC	Raiz	Vapores do chá (inalação)	Resfriado, alergia (abre as vias respiratórias)	Aliviar o sintoma	Compra	Sim
Indeterminado									
	Alecrim	C, H	NC	Folha	Chá	Falta de ar, enxaqueca	Aliviar o sintoma	Não especificado/cultiva	Mãe/sim
	Alecrim-da-horta	E, F, G	NC	Folha	Banho	Espanta traça	Detetizante	Coleta	Sim

	Alecrim-do--campo	C	NC	Folha	Banho/defumador	"Limpeza do corpo"	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe
	Arnica-do--campo	H	NC	Folha	Chá/emplastro/loção	Anti-inflamatório	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
	Arnica-do--mato	A	NC	Folha	Beber o sumo	Sangramento	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
				Folha	Chá	Hemorragia	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
	Arnica--doméstica	H	NC	Folha	Emplastro/chá/loção	Anti-inflamatório	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
	Bálsamo	J	NC	Folha	Enrolar a folha no dedo (emplastro)	Cicatrizante	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
	Banana-de--macaco	C	NC	Folha	Emplastro	Furúnculo	Cura	Não especificado	Mãe
	Bunda-de--mulato	E, F, G	NC	Folha	Cozinha (chá)	Sangue	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
	Camomila	H	NC	Folha	Chá	Diarreia, febre	Aliviar o sintoma	Compra	Conhecidos
	Carqueja	H	NC	Folha	Chá	Baixar glicose	Aliviar o sintoma	Compra	Sim
	Castanha--da-índia	H	NC	Fruto	Garrafada	Hemorroida e varizes	Cura	Compra	Sim
	Chapéu-de--couro	H, I	NC	Folha	Garrafada	Rins	Aliviar o sintoma/cura	Coleta	Sim
	Cravo-de--defunto	B	NC	Folha	Chá	"Corpo ruim"	Cura	Não especificado	Sim

	Erva-de-bicho	H	NC	Folha	Chá/Banho	Hemorroida	Cura	Coleta	Sim
	Erva-doce	H	NC	Flor e folha	Chá	Gases	Aliviar o sintoma	Cultiva	Conhecidos
	Erva-grossa	J	NC	Folha	Chá	Pneumonia	Cura	Cultiva	Não
	Erva-prata	D	NC	Folha	Banho	“Limpeza”	Aliviar o sintoma	Coleta	sim
	Jaborandi	C	NC	Folha	Banho	Queda de cabelo	Aliviar o sintoma	Não especificado	Mãe
	Jatobá	D	NC	Folha	Óleo	Afrodisíaco	Aliviar o sintoma	Coleta	Sim
	Jurubeba	H	NC	Folha	Chá	Fígado e estômago	Aliviar o sintoma	Compra	Sim
	Malva	H	NC	Folha	Emplastro	Anti-inflamatório	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim
	Mão-de-Deus	J	NC	Folha	Chá/comer triturado (pó)	Vício (bebida e fumo)	Cura	Cultiva	Não
	Marcela	B	NC	Folha	Chá/colocar embaixo do travesseiro (aroma)	Insônia	Aliviar sintomas	Não especificado	Sim
	Maxixe	J	NC	Folha	Chá	Hepatite	Aliviar o sintoma	Cultiva	Não
	Mil-ramas	J	NC	Folha	Chá	Febre e anti-inflamatório	Aliviar o sintoma	Cultiva	Sim

	Nogueira	C	NC	Folha	Banho	Coceira	Aliviar sintomas	Não especificado	Mãe
				Folha	Chá	Sangue ruim	Aliviar sintomas	Não especificado	Mãe
	Paparicagem	I	NC	Folha	Chá	Pedra nos rins	Cura	Coleta	Sim
	Picão-da-praia	H	NC	Folha	Chá	Hepatite	Cura	Coleta	Sim
	Pimenta	H	NC	Folha	Aquece a folha (chá)	Vasodilatadora (coração), furúnculo	Cura	Cultiva	Sim
	Poeja	I	NC	Folha	Xarope	Gripe em criança	Cura	Coleta	Sim
	Sabugueira	H	NC	Folha	Chá e Banho	Depurativo para o sangue	Cura	Coleta	Sim
	Tairiri	B	NC	Folha	Chá	Insônia	Aliviar sintomas	Não especificado	Sim
	Urtiga	B	NC	Folha	Chá	Próstata	Aliviar sintomas	Não especificado	Não especificado
	Uva-do-mato	B	NC	Casca	Chá	Pedra nos rins	Cura	Não especificado	Sim

Capítulo V
Patrimônio, cultura e ambiente: o turismo e a preservação patrimonial na Fazenda Engenho Novo

Karla Estelita Godoy
Cristiane Valladares de Azevedo

Patrimônio, cultura e ambiente integrados

Quando, em determinada localidade, o processo de implementação da atividade turística se consolida por meio de uma visão integrada, que se preocupa com aspectos não exclusivamente econômicos, mas também socioculturais e ambientais, e que incorpora ampla participação da comunidade, o turismo se revela como atividade responsável e incentivadora da própria dinâmica em que se circunscrevem as memórias e a identidade local. Pode vir a exercer, mesmo, papel de grande relevância no que se refere à salvaguarda dos bens patrimoniais, já que o patrimônio histórico-cultural, tangível e intangível, passa a ser um dos elementos a compor o plano interpretativo de um projeto de turistificação do espaço. Numa via de mão dupla, esse artifício, tantas vezes concebido com viés exploratório, poderia vir a funcionar como uma das possíveis estratégias de preservação do patrimônio e de fertilização cultural.

A turistificação é geralmente compreendida como o processo de implantação da atividade turística em espaços com tal potencial a ser aproveitado, a fim de adaptá-los para o recebimen-

to de turistas. Dito desse modo, estaria em evidência apenas uma direção desse procedimento, uma vez que pressupõe ação isolada por parte dos que detenham o poder de instaurar o turismo em determinada localidade. Ficam de fora, assim, tanto os projetos que efetivamente envolvem a comunidade como o fato de que, em alguns casos, é a própria comunidade local que deseja integrar a atividade turística em sua dinâmica cultural. Embora se possa pôr em xeque essa escolha, segundo uma perspectiva purista que a considere como deturpação dos propósitos de um grupo cultural – tendo em conta a atividade artificializada –, não se podem julgar os caminhos que constituem e são constituídos pela cultura. Há de se levar em consideração, igualmente, que os turistas também são agentes sociais nesse processo de turistificação, pois, sem eles, o arranjo turístico não funcionará.

Portanto, há controvérsias que atravessam a semântica turística para além das dicotomias recorrentes que a situam em polaridades positivas ou negativas, que ora demonizam o turismo como algo extremamente danoso, ora o canonizam em nome de retóricas do enaltecimento econômico e falácias sobre inclusão e benefícios sociais, como a já saturada justificativa da "geração de emprego e renda" para a população local. Logo, não se deve tratar essa problemática de modo reducionista, mas encará-la em sua complexidade, levando em conta as diversas tessituras culturais e conjunturais. É a isso que se propõem as reflexões presentes neste ensaio, que relacionam patrimônio, cultura e ambiente, considerando a atividade turística como aliada da preservação do patrimônio cultural tangível e intangível. Para tanto, o texto aborda assuntos como identidade cultural e memória social e apresenta pressupostos para a possível construção participativa de um circuito turístico na Fazenda Engenho Novo, localizada no bairro de Monjolos, município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro.

As seções seguintes tratarão da preservação do patrimônio cultural e ambiental, de memória social e turismo e da atividade

turística como aliada da preservação do patrimônio, da cultura e do ambiente. Nas considerações finais, a ideia de implantação do circuito turístico da Fazenda Engenho Novo é reforçada, tomando por base princípios norteadores como os da sustentabilidade e da construção de vivências que integrem comunidade nativa e turistas.

Nossos estudos sobre a Fazenda Engenho Novo se iniciaram há treze anos, aproximadamente. Como resultado, foram produzidos artigos acadêmicos, publicados e apresentados em congressos realizados no Brasil e no exterior, a fim de defender a relevância do tema e assegurar sua propagação. Dois projetos técnicos já foram apresentados a instituições públicas e a representantes da comunidade local: o Centro de Memórias da Fazenda Engenho Novo e o circuito turístico de que trata o presente texto. Assim, procuramos abordar no V Simpósio Ambiental do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, dedicado aos estudos socioambientais na Fazenda Engenho Novo e que originou essa publicação, um recorte das nossas pesquisas e temas que contribuem com o processo de recuperação estrutural e ambiental desejado.

A preservação do patrimônio cultural e ambiental

O artigo 1.º do Decreto-lei n.º 25, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, em 30 de novembro de 1937, define o patrimônio histórico e artístico nacional como um conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Se forem levados em consideração todos os aspectos e contextos ligados à Fazenda Engenho Novo, o texto do Decreto-lei reforça seus requisitos como patrimônio relevante a ser preservado. Um dos recantos preferidos do Imperador D. Pedro II, a Fazenda é composta por conjunto arquitetônico dos períodos colonial e imperial no Brasil e abrigava, em suas terras, inúmeras espécies de árvores

raras e palmeiras imperiais, doadas por D. João VI – quem também plantou a primeira muda de Palmeira Imperial, no Rio de Janeiro.

A Fazenda Engenho Novo nos transporta para meados do século XVIII, estendendo-se ao século XIX – período em que foi grande produtora de cana-de-açúcar e tinha um engenho de cachaça e açúcar. Seu primeiro proprietário ilustre, Belarmino Ricardo Siqueira, Barão de São Gonçalo, era amigo de D. Pedro II, que se hospedava na Fazenda por ocasião de suas visitas à Freguesia de São Gonçalo.

No século XX, a Fazenda sediou a primeira corrida automobilística do Rio de Janeiro, promovida pelo Automóvel Clube;[7] também serviu de cenário para as gravações do filme *Álbum de Família* e da minissérie *Memorial de Maria Moura*, produzida pela Rede Globo de Televisão.

Figura 1. Casa Grande, meados dos anos 1990

Fonte: Acervo Fundação Barão de São Gonçalo.

[7] A primeira corrida automobilística foi realizada no dia 19 de setembro de 1909. Disponível em: http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/imagens.html. Acesso em: 17 ago. 2007.

Em 1998, a Fazenda Engenho Novo foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), por meio do Processo n.º E-18/000 662/98. Entretanto, não parece ter havido, na época, preocupação com a viabilidade econômica do local, considerando, por exemplo, o aproveitamento da área para atividades culturais, que tornasse autossustentável o bem tombado, de modo a facilitar sua preservação e conservação. Com o abandono e o descaso das autoridades responsáveis pela propriedade e por seu tombamento, a Fazenda entrou em total decadência. Ainda na década de 1990, funcionou como sede da Defesa Civil de São Gonçalo, mas sua deterioração se intensificou logo depois que a Defesa Civil desocupou o edifício. A partir de então, a Fazenda teve suas portas e janelas arrancadas, móveis e utensílios furtados, e, como se não bastasse, ocorreu um incêndio considerado criminoso. Somados aos danos próprios à ação do tempo, todos esses eventos vêm contribuindo para a degradação acelerada da Fazenda. Desde 2004, existem apenas ruínas dessa parte significativa do patrimônio histórico gonçalense, apesar da manutenção do tombamento.

> O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do bem; a responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário, que é proibido de demoli-lo, de descaracterizá-lo ou, quando se trata de um objeto de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente (Rodrigues, 2003, p. 20).

Por direito, a Fazenda é propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o bem foi desapropriado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), por meio do Decreto n.º 19.456, de 20 de dezembro de 1993. O objetivo alegado da desapropriação foi o assentamento

de produtores rurais nas terras da Fazenda e o aproveitamento das áreas da Casa Grande e da Senzala como estruturas de apoio ao local, funcionando, por exemplo, como escola agrícola ou como salas de vídeo – o que nunca aconteceu.

Ao longo do tempo, formou-se uma comunidade em torno da Fazenda, composta por sítios originados do desmembramento de suas terras.[8] Alguns desses sitiantes da região chegaram, várias vezes, a se reunir em mutirões para realizar a limpeza da propriedade, mas, como não eram em número suficiente e não tinham nenhum outro incentivo, a prática de vandalismo e o furto de peças históricas de valor comercial relevante acabaram por se sobrepor àquelas iniciativas.

A falta de consciência e a negligência das autoridades competentes são fatores que contribuem de modo significativo para a prática de ações agressivas ao patrimônio cultural, natural e à própria cultura de uma região, ou mesmo de uma nação. A destruição do patrimônio natural e cultural vai muito além da destruição física, concreta. Ela desarticula a sociedade e desorganiza o sentido de bem comum existente no grupo. Não à toa, o significado de preservação do patrimônio se estende às condições efetivas de preservação tanto da memória social quanto da identidade de um povo.

Memória social e turismo

Como reconhecer ruínas que, à primeira vista, podem parecer escombros e legitimá-las como patrimônio histórico-cultural de uma cidade ou região? Atualmente, um dos fatores que contribuem para que a Fazenda Engenho Novo ainda seja considerada patrimônio é justamente a identidade que alguns membros da comunidade local têm com suas ruínas e com todo o imaginário do lugar.

---

[8] O acesso à Fazenda Engenho Novo se dá pela Rodovia Amaral Peixoto (RJ-104), seguindo pela Estrada José de Souza Porto, Largo da Ideia e Estrada Rio Frio – esta última já dentro da propriedade.

Pode-se compreender identidade – exigência constitucional para a caracterização do patrimônio cultural – com apoio das palavras de Stuart Hall (2005, p. 38):

> A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada'.

Desse modo, o bairro de Monjolos conseguiu, apesar das várias transformações ocorridas em épocas distintas, manter em processo sua identidade rural, sua memória e seu imaginário. Os moradores mais antigos narram com prazer as histórias dos áureos tempos da região, revelando o desejo da comunidade de valorização e preservação de sua memória.

É surpreendente a capacidade que os sitiantes mais antigos têm de proporcionar, por intermédio de seus relatos, uma viagem no tempo, assim evidenciando, de forma clara, o quanto há de pertencimento entre eles e essas histórias. Apesar de a Fazenda – principal referência material – se encontrar em ruínas, a memória e a história do lugar têm resistido e se mantido vivas. Contudo, a cada dia que passa, também vão tornando-se fortes candidatas a um futuro arruinamento. O que acontecerá, por exemplo, se as – cada vez mais – ameaçadas ruínas, que insistem em existir, virarem pó e os poucos sitiantes, que ainda mantêm suas memórias ativas, também não mais estiverem lá? Se "[...] toda perda sofrida pela cultura material deixa marcas impagáveis na memória desse povo" (Martins, 2006, p. 20), é incontestável que a região de Monjolos ainda sofrerá mais consequências, como as que já foram testemunhadas neste curto espaço de tempo.

Figura 2. Fazenda Engenho Novo em dois momentos: em 2009 (à esquerda) e em 1998 (à direita)

Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo.

Mas as ruínas da Fazenda, que vinham sofrendo ações do tempo – como pequenos desmoronamentos – de forma cada vez mais intensa, poderiam desaparecer, se algo não fosse feito imediatamente. Alguns estudiosos[9] da preservação patrimonial e da Fazenda Engenho Novo já alertavam para os perigos a que o bem cultural estava sujeito e propunham ações eficazes, como a técnica de consolidação[10] de ruínas.

[9] Consultar, nas referências bibliográficas deste texto, trabalhos e artigos de autores como Azevedo, Godoy e Martins.

[10] A consolidação pode ser considerada um processo inicial de salvaguarda patrimonial, que visa interromper o desgaste material sofrido e a conservação do que sobrou de sua estrutura arquitetônica original, garantindo, assim, que os resquícios do patrimônio material possam ser preservados para as gerações presentes e futuras. No Brasil, existem alguns casos de sucesso – exemplos emblemáticos são as Reduções Jesuíticas de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, e o Parque das Ruínas, no bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro – em que se adotou a consolidação de ruínas históricas como uma saída para a preservação da memória. Alguns desses locais se transformaram em atrativos turísticos de grande relevância.

Contudo, em pesquisa de campo das autoras deste trabalho, pôde-se constatar que não se optou pela consolidação, e sim por obra na Casa Grande, que descaracterizou a construção histórica, principalmente do ponto de vista estético. Não se soube, objetivamente, se a deliberação técnica foi dada pelo INEPAC ou pelo ITERJ, pois não se teve acesso ao Termo de Referência ou a algum documento que contivesse a especificação técnica para a execução do escoramento ou restauração.[11]

Figura 3. Imagens da arquitetura ainda intacta da Fazenda

[11] Para obter maiores detalhes sobre o processo que conduziu à obra realizada na Casa Grande da Fazenda, confira o artigo das autoras do presente texto, publicado no 2.° Colóquio Internacional RIGPAC, realizado em Florença, no ano de 2012, intitulado "Hacienda *Engenho Novo*: el destino de un bien patrimonial delante las intervenciones y cambios producidos en su territorio, a partir de políticas de preservación y de incentivo al turismo". O artigo está listado nas referências bibliográficas.

Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo e Karla Estelita Godoy.

Figura 4. Imagens feitas após as obras, em 2012

Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo e Karla Estelita Godoy.

Como se pode ver nas imagens em comparação (figura 4), embora a obra não estivesse completa, a execução parece não ter sido baseada nas referências históricas ou em imagens antigas. O restauro denota certa artificialidade do aspecto arquitetônico, ou seja, não recriou a ambiência de uma fazenda produtora do período colonial. As janelas da parede dos fundos, apesar de não terem estado materialmente presentes há bastante tempo, poderiam ter sido recuperadas visualmente, com o apoio de registros fotográficos, mas o que encontramos no lugar foram paredes sem nenhum tipo de abertura. Esse elemento arquitetônico, além de sua importância para compreendermos quais os recursos utilizados para ventilação e iluminação, quando não havia eletricidade, é parte integrante do estilo da época. Também foi perdida a conexão entre a sede colonial e o prédio anexo, de arquitetura neoclássica, construído no século XIX. Levando em consideração que as obras parecem ter optado pelo caminho da restauração, e não da consolidação, não aparentava que o muro de entrada com gradil, que ficava diante da casa, seria reconstruído nesse projeto, além

de ainda faltarem o alpendre de entrada e as telhas características desse tipo de construção. Cumpre ressaltar que, no caso da inviabilidade de restauro dos itens, é válido o trabalho de escoramento das ruínas e de inserção de estruturas modernas, contanto que fique evidente que isso foi fruto de uma escolha, e não de uma tentativa fracassada de restauro. Se a restauração foi o caminho escolhido, o ambiente da Senzala, que abrigava homens e mulheres que lá trabalharam, não deveria ser espaço desprezado, pois a consciência dos atos do passado contra a população negra e a importância dessa etnia na formação econômica, cultural e social do país são pontos cruciais no âmbito dos estudos históricos e sociais, realizados no ambiente acadêmico e no universo escolar brasileiro.

Muitos produtores rurais (que também se autodenominam sitiantes), ao verem a edificação coberta após as obras de 2012, ficaram contentes, pois suas reuniões, que aconteciam à sombra de árvores, passaram a ocorrer nesse "novo espaço". Entretanto, nem todos se deram conta de que estão habitando um patrimônio tombado e descaracterizado, o que causa distorções na memória social da região, além de se constituir como crime contra patrimônio.

Em conversa com uma produtora rural, as autoras deste trabalho perguntaram a ela se já tinha ouvido falar de outros bens patrimoniais, citando exemplos diversos, até alguns remotos, como as Pirâmides do Egito e templos da Grécia Antiga. Quando ela respondeu que sim, perguntamos o que acharia se instalassem um canteiro de obras no terreno em que estão esses monumentos e cimentassem suas paredes, que, hipoteticamente, corriam risco de cair. Ela, já entendendo nossa analogia, disse com olhar um tanto reflexivo que "isso não seria bom". Depois de breve pausa, completou: "agora que vocês falaram, vou pensar sobre isso". Essa fala não expressa a visão de todos os sitiantes. Alguns já haviam se questionado quando acompanharam as obras, e balançavam a cabeça como se estivessem reprovando o que viam e impotentes diante da ação que se desenrolava. Outros consideravam a obra

um benefício, pois, pelo menos, garantiria a eles uma espécie de galpão para que realizassem suas reuniões.

A Fazenda Engenho Novo é, sem dúvida, espaço repleto de histórias e memórias, devido às suas múltiplas referências. Mas se a recuperação da Fazenda não for realizada de modo atento à caracterização histórica e se não houver destinação apropriada ao uso do seu patrimônio cultural e artístico, a tendência é que, em pouco tempo, toda a memória (patrimônio intangível) fique reduzida a textos sobre o tema e que seu complexo arquitetônico (patrimônio tangível) caia no esquecimento. Não se trata de defesa da cristalização da memória, mas, ao contrário, da sua dinâmica, que pode ser irreversivelmente distorcida.

Para muitos dos sitiantes, a Fazenda Engenho Novo é parte de suas vidas. Só que, aos poucos, e cada vez de forma mais rápida, o patrimônio da Fazenda vem se transformando em mais ruínas ou sendo descaracterizado, sem que eles, por mais que tentem, consigam deter essa destruição.

> Ceifar um ícone do patrimônio material acarreta danos que podem ser causados à estrutura do eu-cidadão. Ninguém paga por esses crimes, na medida em que não se pensa na dimensão de sofrimento que se pode causar, muitas vezes passivamente, ao cidadão, quando ele se depara com o nada (Martins, 2006, p. 25).

Os crimes contra a memória e a identidade podem até ficar impunes, mas serão sempre lembrados e experimentados pela sociedade e por suas vítimas. O cidadão que vivencia o processo de destruição de suas referências materiais, culturais, ambientais acaba por perder um pouco de si mesmo e de seu sentido de coletividade. Cria-se um vazio imaterial, que equivale ao do próprio patrimônio material, ou é às vezes pior.

A atividade turística como aliada da preservação do patrimônio, da cultura e do ambiente

Certas propriedades da Fazenda já se empenham em desenvolver, além da agricultura familiar, algum "turismo improvisado". Numa tentativa de manter vivo o local – e, portanto, a dinâmica da cultura – e de proporcionar alguma renda extra às suas famílias, alguns sitiantes abriram espontaneamente suas porteiras para atividades de lazer, como passeios a cavalo, charrete e "pesque e pague" (posteriormente desativado). Algumas programações incluem visitação às ruínas da sede da Fazenda, mas a integração entre as propriedades ainda é muito difícil, pois não existem incentivos nem investimentos para a melhoria da infraestrutura local (vias de acesso, transporte, sinalização, entre outros equipamentos), e nem há planejamento adequado para a inserção profissional da atividade turística que favoreça e se integre com a iniciativa dos próprios sitiantes.

Tendo em vista o perfil do local e de seus moradores, considera-se que o desenvolvimento de um projeto sustentável de turismo na região poderia se transformar num importante aliado a contribuir, de forma significativa, com a melhoria do bairro e com a valorização da cultura local. Na medida em que a renda dessas famílias é, na maioria dos casos, voltada para a agropecuária familiar, a criação e a implementação de um circuito turístico poderia viabilizar uma dinâmica econômica entre os sítios, em meio a outras possibilidades reais de geração de renda e de emprego, que proporcionassem, de fato, inclusão e participação direta da comunidade, distante do mero discurso falacioso do benefício econômico.

Alguns produtores rurais manifestam grande interesse em que o turismo se desenvolva de forma proficiente na região. Sitiantes que vivem em torno da Fazenda têm expectativas em relação ao desenvolvimento de atividades de lazer e de turismo, pois

acreditam que tais iniciativas também possam contribuir de forma contundente para a preservação das próprias ruínas – ainda que isso, muitas vezes, possa parecer um contrassenso, dado o estereótipo que condena o turismo como atividade primordialmente danosa ao patrimônio. Contudo, eles acreditam que, uma vez tratada como atrativo turístico e cultural, a sede da Fazenda ganharia nova dimensão e status – nas palavras deles, o governo cuidaria mais, porque aquilo se tornaria importante para outras pessoas além deles. Nesse claro exemplo do quanto se sentem desprestigiados pelos governos, reside a sabedoria: patrimônio partilhado e em usufruto gera pertencimento, valorização e, consequentemente, consciência e ações de preservação mais eficazes.

Com base na Lei n.º 6.513, art. 1º, inciso I, pode-se dizer que a Fazenda Engenho Novo e seu entorno, por sua importância histórica, podem ser também consideradas área de interesse turístico. Então, uma vez que a Fazenda se apresente como espaço passível de turistificação, tanto do ponto de vista de sua relevância histórica quanto do contexto sociocultural de seus moradores, seriam bem-vindas ações que conjugassem consciência e vontade política, participação da comunidade, interesses de empreendedores e de investidores, pessoal capacitado para a construção e desenvolvimento de um projeto turístico integrado. Esse é um dos primeiros passos para a implementação da atividade turística que se entende sustentável – e que, nesse caso, também funcionaria como importante estratégia de preservação do patrimônio local.

Entretanto, grave dilema vem-se impondo como obstáculo: enquanto o turismo responsável se qualifica como uma das principais alternativas à deterioração do patrimônio material e imaterial da área, o total abandono da Fazenda, ao longo dos anos, por parte de seu proprietário, o Governo do Estado, representado pelo ITERJ e pelo INEPAC, impediu até mesmo a tentativa de se desenvolver um projeto de turismo sustentável na região, como opção à degradação da área. Muito frequentemente podem ser ob-

servadas apropriações indevidas e irresponsáveis dos bens culturais por parte do turismo. Porém, no caso da Fazenda Engenho Novo, o processo de degradação e de desamparo que atinge os bens culturais, naturais e todo o seu entorno é responsável pelo prejuízo e pela impossibilidade de implantação até mesmo da própria atividade turística.

Sabe-se que a preservação do ambiente é um dos fatores de elevada importância para o desenvolvimento e manutenção da atividade turística de um destino. Segundo Ruschmann (1997, p. 19), "a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a 'matéria-prima' da atividade". De acordo com a autora, por meio ambiente entende-se a biosfera, com seus ecossistemas, constituídos de comunidades integradas por indivíduos. A definição de meio ambiente também inclui todos os tipos de construções feitas pela mão do homem: cidades, monumentos históricos, sítios arqueológicos e, ainda, os padrões de comportamento das populações – o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das comunidades (Ruschmann, 1997, p. 10).

Portanto, uma vez presentes em determinado destino, esses elementos funcionarão como indicadores do fluxo turístico na região. No caso do município de São Gonçalo, especificamente no bairro de Monjolos, pode-se identificar que o incremento da atividade turística é absolutamente prejudicado pela falta de medidas adequadas ao desenvolvimento e à preservação das características do local.

Evidentemente, "a infraestrutura de uma cidade e sua estrutura turística são essenciais para o desenvolvimento desse setor, porém a história de um povo é a base para atrair visitantes" (Beltrão, 2001, p. 86). Isso significa dizer que o desenvolvimento turístico da região de Monjolos não deveria somente estar focado em ações que viabilizassem melhorias na infraestrutura, mas também em um conjunto de fatores ligados diretamente à im-

plantação de políticas públicas de valorização da cultura local e de reconhecimento de sua importância histórica para a construção da identidade do município. Não bastaria criar e manter infraestrutura adequada à implantação de atividades turísticas, mas seria necessário planejamento que envolvesse a comunidade, por meio da retomada de sua história e da construção de suas memórias e identidades locais. Mas nem uma ação nem outra, até o momento, foram realizadas, e, com isso, perde-se a chance de o turismo cumprir seu papel social. Alerta-se que, "quando adaptado ao ambiente local e à sociedade, por meio de planejamento e gestão cuidadosos, o turismo pode atuar num papel preponderante na conservação do ambiente" (Beltrão, 2000, p. 92), motivo pelo qual esse seria um dos caminhos para a preservação da Fazenda Engenho Novo e de todo o seu patrimônio.

Figura 5. Fazenda Engenho Novo, em 2017

Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo.

Como já mencionado, a existência de um circuito turístico na Fazenda poderia tanto contribuir, de um lado, para manter dinâmica a memória da comunidade local quanto, de outro, para consolidar e salvaguardar as ruínas da Fazenda Engenho Novo, já que elas estariam imbricadas em uma rede rural/cultural. De fato, toda a história do lugar começa na Fazenda (agora em ruínas) e na localidade à sua volta, e é a comunidade que a mantém viva, por meio não apenas de suas memórias, mas também de sua identificação com o patrimônio histórico-cultural, cada vez mais próximo da destruição praticamente irreversível. Assim, sem demagogias, uma atividade turística responsável na região, longe de ser algo danoso ao local e à sua população – como se impõe várias vezes –, poderia ser adotada como produtiva ferramenta a gerar benefícios para a preservação desse patrimônio cultural material e imaterial, bem como a alavancar novas e factíveis possibilidades de geração de renda para a economia local.

Circuito Engenho Novo: diálogo entre a agricultura familiar e o turismo como forma de complementação da renda local

O debate sobre o crescimento das atividades não agrícolas no campo tem levantado inúmeras questões em relação às novas funções e significados atribuídos ao espaço rural e à própria atividade agrícola (Rodrigues, 2012). Cada vez mais, o campo vem diversificando suas atividades. Produtores desenvolvem, ao mesmo tempo, culturas variadas e até industrializam parte de sua produção, produzindo queijos, cachaças e doces. Existem, ainda, aqueles que, em meio a tudo isso, optaram por abrir suas propriedades para o recebimento de turistas ou visitantes em geral, transformando, assim, seu trabalho em produto, ao incorporarem atividades de lazer e turismo à sua dinâmica diária. O campo ganhou ressignificação e é recorrentemente percebido como lugar de

lazer, de paz, de tranquilidade, adequado ao descanso e à aquisição de produtos saudáveis.

As novas perspectivas do espaço rural inspiram a proposta de multifuncionalidade. Assim, os sitiantes passam a contar com uma possível parceria entre a agricultura familiar – principal atividade econômica da região – e o turismo como fator de complementação da renda familiar. Segundo o Ministério do Turismo (MTur), o Turismo Rural – considerado pelo MTur como segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil – tem seu crescimento explicado pelas seguintes razões:

> a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida
> [...] e com as formas de produção das populações do interior (MTur, 2003, p. 6).

Apesar de a primeira razão ser apontada por um órgão estatal como o MTur, de acordo com as diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural (2004), entendemos que não se deva generalizar em relação aos produtores rurais, de modo a não considerar sua inclusão ou participação em atividades voltadas para a prática turística como necessidade de primeira ordem. Alguns atores sociais que decidem abrir suas propriedades para o acolhimento de turistas ou visitantes o fazem, muitas vezes, à procura de alternativa para a complementação da renda ou para valorizar a história que, em alguns casos, envolve a propriedade rural. Assim, o segmento de Turismo Rural insere-se no contexto dos Planos Nacionais de Turismo, na medida em que busca contribuir para diversificar a oferta turística, aumentar os postos de trabalho e a renda no meio rural, valorizar a pluriatividade e as diversidades regionais, consolidar produtos de qualidade e interiorizar as

atividades turísticas. Desmitifica-se, então, a imagem, construída durante anos, de que o Brasil é apenas destino turístico de sol e praias. A diversificação da oferta de um produto turístico em áreas rurais pode surpreender o turista ou visitante que se depara com atrativos naturais e culturais mesclados em um mesmo espaço. Quanto ao aumento de postos de trabalho e ao incremento da renda, entendemos que a atividade turística desenvolvida no meio rural possibilitaria ganho extra às famílias, além de proporcionar alternativas para aqueles que desejam permanecer no campo, apesar de não estarem diretamente envolvidos com as funções campesinas. As atividades de turismo e lazer funcionam, também, como opção para os mais jovens, que, embora algumas vezes não exerçam o mesmo labor de seus pais, também não desejam deixar a vida no campo. Portanto, assim se valorizam a pluralidade e as diversidades regionais, que se encontram diretamente relacionadas com a oportunidade de mostrar o modo de ser e de viver em áreas rurais, suas especificidades, formas de cultivo e moradia.

País formado por diferentes nacionalidades, de extenso território e com ampla diversidade climática, o Brasil congrega inúmeras possibilidades de alargar e variar a atuação turística. Não apenas pelo que se produz, mas também pelas singularidades encontradas em algumas áreas rurais brasileiras, como fazendas históricas, antigos moinhos ainda em funcionamento e a paisagem do campo, esta formada por rios, cachoeiras, lagos, em meio ao cultivo de frutas, legumes, hortaliças e à produção de seus derivados. Pluralidade presente entre o lazer e o cuidado com a terra, representada pelas criações de animais de grande a pequeno porte, pelos pomares, hortas, pelas produções de doces e queijos que vêm se transformando em produtos a serem adquiridos e consumidos também pelo turista ou visitante. Para solidificar qualidade, o MTur inseriu, desde o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), oportunidades de consolidação de produtos turísticos no meio rural, estabelecendo metas e criando estratégias de estruturação e

capacitação dos atores sociais envolvidos no processo de abertura de suas propriedades ao turismo. É cada vez maior a quantidade de pessoas que deseja conhecer as propriedades em que são produzidos e cultivados os alimentos adquiridos nas feiras orgânicas. Logo, é desejável haver mão de obra qualificada e capacitada para a construção de conhecimento integrado e que atue em consonância com a comunidade.

A título de exemplo, na cidade de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, os produtores rurais do Brejal e os integrantes do Grupo de Produtores Orgânicos estão inseridos no chamado Circuito Ecorrural do Brejal. Pelo menos uma vez ao ano, abrem suas propriedades para receberem os consumidores de seus produtos, vendidos em feiras de orgânicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói (RJ). Os consumidores vivem "um dia na roça", após adquirirem pacote com transporte, café da manhã, almoço, lanche da tarde e visitação – realizada no intervalo entre as refeições, passando por algumas propriedades que produzem aquilo que é adquirido por eles nas feiras, inclusive com direito a colher o produto que levarão para casa ao final da visita. A interiorização das atividades turísticas, além de conscientizar as pessoas sobre essa realidade, também pode contribuir, em certa medida, para que o número de turistas e visitantes, em circulação nos grandes centros urbanos, seja redistribuído para outras regiões do país, descentralizando o fluxo e proporcionando melhor distribuição dos ganhos gerados pela atividade turística.

Considerações finais

O presente texto integra série de ensaios e projetos realizados sobre a Fazenda Engenho Novo nos últimos anos. Um de seus objetivos é suscitar a reflexão sobre a importância da preservação e da valorização do patrimônio, da cultura, do ambiente, da memória social e da identidade cultural, associados à atividade

turística responsável, sustentável e planejada, como fortalecedora desse processo.

Entretanto, como destacamos, tudo nos leva a crer que se vem configurando um impasse em relação à implantação de atividades turísticas na região, na medida em que se verifica a falta de incentivo do poder público, especialmente no que tange aos cuidados que requerem a região de Monjolos e, mais especificamente, a Fazenda Engenho Novo e seu entorno. Se, em curto prazo, nenhuma ação mais enérgica for deflagrada, será inevitável o processo de transformação do patrimônio, já em ruínas e bastante descaracterizado, em um amontoado de cacos e fragmentos, que tendem a se dispersar e, quiçá, desaparecer. Antes que isso ocorra, é importante que alertas e propostas teimem em vislumbrar caminhos, a fim de se tornarem peças imprescindíveis nessa complexa engrenagem da preservação patrimonial.

Em reunião com o presidente da Associação e do Sindicato dos Produtores Rurais e com a presidência do ITERJ, as autoras deste trabalho apresentaram uma proposta de pesquisa[12] para a implantação do Turismo Histórico Rural para a Fazenda Engenho Novo. Como coordenadora do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade, do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, uma das autoras elaborou, juntamente com equipe multidisciplinar de profissionais,[13] projeto de cunho técnico, sustentável no sistema de circuito, construído em conjunto com alguns sitiantes, que manifestaram seus desejos, possibilidades e ideias. A proposta foi bem recebida por parte dos atores sociais envolvidos, mas o convênio para o desenvolvimento do projeto não se efetivou. São necessários vários procedimentos, desde a preservação e a restauração dos bens culturais de forma

[12] O projeto está instalado no Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade (T-Cult–UFF), cadastrado na plataforma do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

[13] A equipe é composta por professores e pesquisadores da UFF e de outras universidades, com formação nas áreas de Turismo, Museologia, Sociologia, Antropologia e Economia.

adequada e ações para a preservação da memória, a integração, conscientização e participação da comunidade local, até o envolvimento responsável do poder público e dos demais envolvidos, para que se possa garantir o pleno desenvolvimento da localidade, minimizando danos que lhe possam ser causados.

A sistematização de um circuito turístico como atividade cultural de valorização do patrimônio e de sua comunidade, interligando as produções de cada sítio da Fazenda, fortaleceria a identidade territorial e parte da autonomia socioeconômica dos sitiantes. Desse modo, as políticas públicas de preservação e as atividades de incentivo ao turismo, uma vez trabalhadas em conjunto e integradas ao modo de vida dos produtores rurais, apresentam-se como caminho para selar a Fazenda Engenho Novo como bem patrimonial a ser preservado, tanto para a comunidade local quanto para a sociedade e as futuras gerações.

Referências

AZEVEDO, C. V. de. *Um Engenho de Memórias: turismo, memória e patrimônio movendo a Fazenda Engenho Novo* (monografia). FAP, 2007.

______. *Agricultura, memória, paisagem e turismo: as perspectivas de construção de Novas Ruralidades no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo* (dissertação). UFRRJ, 2015.

______ e GODOY, K. E. "Identidade rural e turismo: relatos orais construindo ruralidades e produzindo a atividade turística na Fazenda Engenho Novo". *Anais da XI Edição do Congresso Cidade Revelada*. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2009.

______ e MARTINS, M. C. "A consolidação das ruínas da Fazenda Engenho Novo São Gonçalo/RJ e a preservação e reutilização de um patrimônio cultural". *Anais do I Congreso Internacional de Turismo*. Bolivia: Centro de Estudos Transdisciplinarios Bolivia, 2007.

BELTRÃO, O. *Turismo: a indústria do século XXI*. São Paulo: Novo Século, 2001.

BRAGA, M. N. C. *O município de São Gonçalo e sua história*. Niterói, Rio de Janeiro: Nitpress, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. 2004.

______. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004*.

CAMARGO, H. L. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

GODOY, K. E. “Circuito turístico na Fazenda Engenho Novo: possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e a profissionalização de atividades geradoras de renda”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312773834_ARQUIVO_ArtigoANPUH-CircuitoTuristiconaFEN-KarlaGodoy.pdf.

______ e AZEVEDO, C. V. “Turismo, memória e patrimônio no circuito turístico digital da Fazenda Engenho Novo”. *Anais do 6.º Foro Latinoamericano “Memoria e Identidad”*. Montevideo: Signo Centro Interdisciplinario, 2009.

______ e ______. “Hacienda Engenho Novo: el destino de un bien patrimonial delante las intervenciones y cambios producidos en su territorio, a partir de políticas de preservación y de incentivo al turismo”. *Anais do 2.º Coloquio Red Internacional de pensamiento crítico sobre globalización y patrimonio construido*. Florença: Aracne Editrice, 2012.

GONDAR, J. e DODEBEI, V. (orgs.). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio De Janeiro. *Dossiê de tombamento da Fazenda Engenho Novo*, 1998.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Página inicial*. Disponível em: http://www.iphan.gov.br. Acesso em: 15 out. 2014.

MARTINS, C. (org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

______ (org.). *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, M. *Métodos de consolidação de ruínas* (dissertação). UFF, 2003.

PANOSSO NETO, A. “Experiência e turismo: uma união possível”. In ______ e GAETA, C. (orgs.). *Turismo de experiência*. São Paulo: Editora Senac, 2010, pp. 43-55.

PEREIRA, S. G. “Arte no Brasil no século XIX”. In OLIVEIRA, M. A. R. de et al. (orgs.). *História da Arte no Brasil: textos de síntese*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 1998, pp. 43-75.

RODRIGUES, M. “Preservar e consumir: o Patrimônio Histórico e o Turismo”. In FUNARI, P. P. e PINSKY, J. (orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 15-24.

RODRIGUES, C. G. O. "O turismo e a reconstrução do espaço rural". In CARNEIRO, M. J. *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Maud X: FAPERJ, 2012, pp. 227-46.

RUSCHAMANN, D. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. 11 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

Capítulo VI
Patrimônio ambiental: processo de (re)significação através de experiências de educação ambiental na Fazenda Engenho Novo

Anderson dos Santos Portugal
Joyce Jesus Santana
Luiz Henrique Marinho Lages
Vanessa Pereira Mota
Ana Paula Batista dos Santos
Marcelo Guerra Santos

O conceito de patrimônio ambiental, que será utilizado neste capítulo, conjuga os patrimônios naturais, históricos e culturais, a fim de se evitar a dualidade homem e natureza (Gerhardt e Nodari, 2016). O município de São Gonçalo ainda guarda grandes belezas naturais, culturais e históricas, ou seja, patrimônios ambientais que são desconhecidos da população fluminense. Descrições sobre a cultura e a história de São Gonçalo podem ser encontradas na obra da professora Maria Nelma de Carvalho Braga (Braga, 2010).

Os primeiros esforços para registrar e divulgar a biodiversidade do município são encontrados em Santos (2012; 2014; 2016). Nessas publicações, os autores alertam que São Gonçalo ainda possui fragmentos florestais de Mata Atlântica e que estes são ilhas de biodiversidade em meio a áreas urbanizadas. Devido à intensa atividade humana em seu entorno, especialmente por

conta da ocupação imobiliária, há uma forte tensão na conservação desses fragmentos florestais.

Dentre os principais fragmentos florestais no território gonçalense, Almeida et al. (2016) destacam três áreas como prioritárias para a conservação da Mata Atlântica no município: 1) a Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro (APAEP); 2) Serras de Itaitindiba/Calaboca/Rio do Ouro/Ipiíba; e 3) Ilha de Itaoca/Boa Vista/Morro de Itaúna/APA Guapimirim. Todas essas áreas são patrimônios ambientais com biodiversidade praticamente desconhecida que carecem de diversos estudos e manejo, principalmente os de conservação, divulgação e educação ambiental. Recentemente foram decretadas três novas Áreas de Proteção Ambiental (APA) em São Gonçalo: 1) APA de Itaoca, com perímetro de 48,2 km, em sobreposição à APA de Guapimirim e à Zona de Amortecimento da Estação Ecológica da Guanabara; 2) APA do Alto do Gaia, com perímetro total de 28,1 km, limítrofe com a APA Municipal das Serras de Maricá (SERMAR) e próxima ao limite do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), incorporando parte da Zona de Amortecimento do PESET; 3) APA Estâncias de Pendotiba, com perímetro de 9,3 km, próxima ao limite da APA do Engenho Pequeno e Morro do Castro (São Gonçalo, 2018 a, b, c).

Entre os patrimônios ambientais do município de São Gonçalo, um em especial se destaca: o assentamento da Fazenda Engenho Novo (figura 1). Localizado nos bairros de Monjolos e Quinta Dom Ricardo, próximo à Serra de Itaitindiba/Ipiíba, a região possui relevância pelos seus fragmentos florestais, e pela relação rural que existe com agricultores familiares e a existência de ruínas de um antigo casarão e engenho que remontam à época do Brasil colonial.

A área da Fazenda Engenho Novo (FEN) possui 740,5 hectares e no século XVII se destacou no cultivo de cana-de-açúcar. No final do século XVIII e início do século XIX, foi grande produtora de café e chegou a ser exportadora de frutas cítricas (principalmente laranja) e outras frutas para a Europa no século XX (Molina e Silva, 1998).

Logo após esses períodos de opulência das monoculturas, a Fazenda Engenho Novo passou por uma fase de esquecimento, degradação dos monumentos arquitetônicos, do solo e das matas do seu entorno. Houve retirada indiscriminada do solo e da vegetação original, e o antigo casarão da fazenda foi saqueado e abandonado (Passos et al., 2010) (figura 2). Na década de 1990, a Fazenda Engenho Novo foi desapropriada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e, por meio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), assentou 143 famílias (Passos et al., 2010).

Figura 1. Plantação de milho do Assentamento da Fazenda Engenho Novo e ao fundo um fragmento florestal

Fonte: Anderson dos S. Portugal, jan. 2013.

Fatores importantes que ameaçam a conservação das áreas verdes e rurais (patrimônios ambientais) de São Gonçalo são o desconhecimento e a não legitimação desses espaços pela população do

município. Santos et al. (2013) destacam que a maioria dos alunos (mais de 33%) desconhecia a existência de áreas rurais no município, o que é um número muito expressivo, visto que, há menos de 50 anos, uma das principais fontes de renda do município vinha do campo (Molina e Silva, 1998). Os autores alertam para a urgência na valorização e conhecimento dessas áreas e apontam-nas como ponte integradora multidisciplinar no ensino de ciências.

Figura 2. Ruínas do antigo casarão da Fazenda Engenho Novo, cujo dono mais ilustre foi o Barão de São Gonçalo. Ao fundo, a chaminé do antigo engenho de cana-de-açúcar

Fonte: Anderson dos S. Portugal, jan. 2013.

A invisibilidade rural não é exclusividade do município gonçalense. Kolling et al. (2002) descrevem que para áreas rurais é preciso romper com os modismos sociais, políticos e concepções alienantes que dão sentido pejorativo e desvalorizam as pessoas, sendo necessá-

rio recuperar a auto-estima dos sujeitos e legitimar este espaço rural (Ferrara, 1993). Um instrumento para fazer essa ponte epistemológica é a educação ambiental e suas ferramentas de estudo.

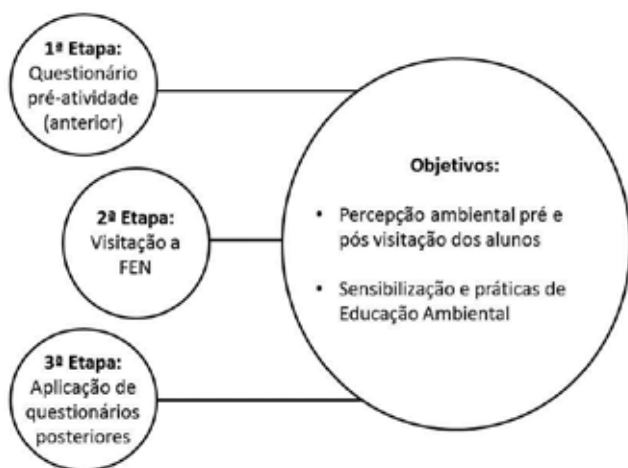
Nesse sentido, aliado aos estudos de educação ambiental realizados na Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro (Santos e Pinto, 2014), o grupo de Estudos Ambientais do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro desenvolveu a atividade "Nas ruínas do Barão se (re)constrói uma nova percepção: agrovisitação no município gonçalense". Ela teve como objetivo levar alunos da rede de ensino de São Gonçalo a conhecer os sítios dos assentados, bem como o patrimônio histórico (as ruínas da Fazenda Engenho Novo) e os remanescentes florestais existentes (figura 3), fazendo com que a visitação contribua para uma elaboração cognitiva de ressignificação do município. Este texto visa relatar os principais resultados, experiências e vivências dos diferentes atores envolvidos no processo de educação ambiental.

Figura 3. Alunos do Colégio Estadual Coronel Serrado na visitação em frente à reforma das ruínas do antigo casarão da Fazenda Engenho Novo

Fonte: Anderson dos S. Portugal, abr. 2013.

Vamos visitar a Fazenda? Roteiro de viagem

Nossa incursão à Fazenda Engenho Novo, aos sitiantes e seus atrativos passou por algumas etapas, como descritas na figura 4. Na primeira etapa, a equipe do projeto visitou a escola e dialogou com o professor da turma responsável e com os alunos sobre a visitação. Nesse momento, também foi aplicado um questionário, que possuía tanto questões abertas quanto fechadas, com o objetivo de sondar o conhecimento deles sobre os patrimônios ambientais, rurais e arquitetônicos do município, bem como sua percepção ambiental.

Figura 4. Fluxograma com todas as etapas envolvidas na realização das visitações ao assentamento da Fazenda Engenho Novo (FEN) e seus objetivos

Fonte: Os autores.

Na segunda etapa, que foi a visitação propriamente dita, os alunos conheceram dois sítios do assentamento e as ruínas do antigo Casarão do Barão de São Gonçalo na FEN. O primeiro sítio

a ser visitado foi o Girassol, onde os estudantes aprendem sobre a importância e as etapas de fabricação do queijo. Os alunos visitaram o curral das vacas para a coleta de leite e uma cozinha industrial, onde o queijo era produzido. Eles também participaram de dinâmicas que envolveram os sitiantes, as crianças e áreas rurais de lazer (figura 5).

Figura 5. Visitação dos alunos do Colégio Estadual Coronel Serrado no sítio Girassol. **5a**: Conversa entre um dos sitiantes e os alunos; **5b**: Visita dos alunos ao curral, onde eles puderam observar e realizar a ordenha das vacas

a b

Fonte: Anderson dos S. Portugal.

Em seguida, os alunos visitaram as ruínas do antigo Casarão da Fazenda Engenho Novo (figura 6). Os alunos puderam conhecer e ouvir palestras sobre a história do antigo casarão e de seus antigos donos. Além disso, os alunos caminharam em volta do casarão, conheceram parte de um fragmento florestal e realizaram dinâmicas de socialização.

Figura 6. Visitação dos alunos do CIEP 248 (Túlio Rodrigues Perlingeiro) às ruínas do antigo casarão da FEN. **6a**: Ruínas do antigo poço do casarão da FEN; **6b**: Dinâmica realizada com os alunos na figueira do antigo jardim da Fazenda Engenho Novo

a b

Fonte: Anderson dos S. Portugal.

O último local a ser visitado pelos alunos foi o sítio Carvalho de Justiça. Nesse sítio, os alunos foram guiados pela sitiante e fizeram uma trilha em um fragmento florestal. Durante a caminhada, a guia mostrou o conhecimento sobre o local, as plantas e os animais ali encontrados. Ainda houve a oportunidade dos alunos visualizarem um sistema agroflorestal, galinheiros, currais e degustarem produtos fabricados e manejados pela própria sitiante (figura 7).

A última etapa consistiu em – transcorrido um mês da visitação – retornar às escolas para aplicar um questionário, com o objetivo de avaliar a percepção sobre a visita ao assentamento Fazenda Engenho Novo. Neste capítulo, os resultados exibidos são referentes às respostas e vivências de duas turmas de duas escolas públicas do município de São Gonçalo. A primeira turma era formada por 33 alunos do 6º ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Coronel Serrado, localizado no bairro de Monjolos. A segunda turma possuía 21 alunos do 6º ano do en-

sino fundamental, do CIEP 248 (Túlio Rodrigues Perlingeiro), localizado no bairro do Salgueiro.

Figura 7. Visitação dos alunos do CIEP 248 (Túlio Rodrigues Perlingeiro) ao sítio Carvalho de Justiça. 7**a**: Visita guiada por um dos sitiantes a um sistema agroflorestal; 7**b**: Visita dos alunos ao galinheiro, onde eles puderam coletar ovos

a b

Fonte: Anderson dos S. Portugal.

"Quando voltaremos no sítio da tia?": a visitação e suas percepções

Na literatura, encontramos uma vasta compilação dos conceitos do que seria uma área verde. Essa discussão pode ser encontrada em Londe e Mendes (2014), que sugerem como conceito mais amplo de áreas verdes, o citado por Cavalheiro et al. (1991), no qual áreas verdes são um tipo especial de espaço livre, onde o elemento essencial de sua composição é a vegetação e visa satisfazer três objetivos principais: 1) estético; 2) ecológico-ambiental; e 3) lazer e serviço à população, proporcionando uso e condições para recreação. Os autores ainda salientam que tão importante quanto se ter áreas verdes em determinado local é a população ter ciência de sua existência e de seu potencial de uso e atributos.

Nesse sentido, torna-se preocupante o resultado inicial encontrado. No questionário pré-atividade, quando os alunos foram perguntados se haviam visitado alguma área verde em São Gonçalo, cerca de 60% disseram não. Esse resultado pode ocorrer devido ao não pertencimento desses locais e às construções tipológicas dos sentimentos frente a essas áreas que não foram estimuladas dentro da população. As pessoas que não investem, em algum momento, uma parte de sua vida emocional à vivência em áreas verdes excluem esses espaços de sua vida e de seus descendentes.

Após as visitações, onde os alunos puderam vislumbrar partes de uma mata secundária em avançado estágio de regeneração, nota-se que este percentual tem uma grande mudança, de 60%, agora somente 32% dos alunos dizem desconhecer, e 4% não souberam responder se já tinham ou não visitado alguma área verde (figura 8).

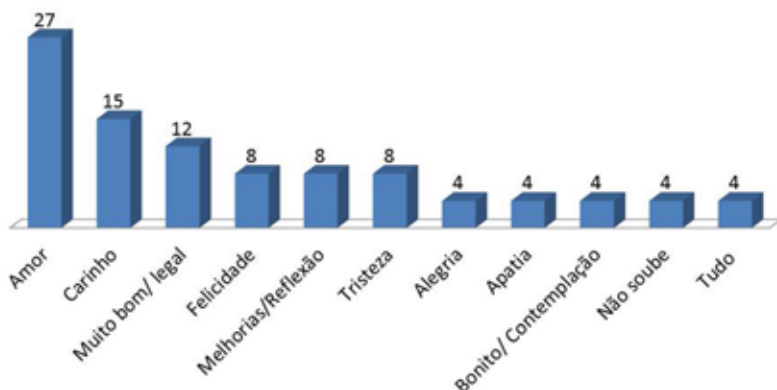
Figura 8. Gráfico com os percentuais das respostas dos alunos à pergunta "você já visitou alguma área verde no município?", no questionário posterior a visita à Fazenda Engenho Novo (FEN)

Fonte: Os autores.

Vemos, assim, uma inversão de valores percentuais frente ao questionário inicial, passando as experiências ambientais a serem relacionadas junto às relações topofílicas, em que a familiaridade e a afeição são percebidas (Barbosa, 2008). Essa estruturação topofilíca é salutar à medida que, em sua composição, imbuída do conhecimento do local, a população pode reter fatos culturais e históricos, o que é importante para a conservação das áreas verdes do município.

Quando os alunos foram questionados inicialmente sobre qual o sentimento deles em relação ao município, foi encontrado que 50% destes demonstraram sentimentos de "tristeza". Sentimentos que demonstrem uma relação positiva com o município, como "bom/indiferença" (22%), "amor" (10%) e "felicidade" (8,5%), tiveram percentuais muito baixos. A compreensão da relação do espaço com a experiência vivida pode trazer luz a esse resultado encontrado. Os ambientes físicos são carregados de significados e ligados às representações sociais que deles se fazem. Nesse caso, a maioria dos alunos traz o que é caracterizado por Tuan (1980) como um aspecto topofóbico em relação ao município, ou seja, um sentimento de aversão a um determinado local.

No questionário posterior, quando os alunos foram perguntados sobre "qual o seu sentimento pelo município?", os resultados foram diferentes. Os maiores percentuais foram sentimento de "amor" (27%), "carinho" (15%) e "muito bom/legal" (11%) (figura 9).

Figura 9. Gráfico com os percentuais das respostas dos alunos à pergunta "qual seu sentimento pelo município?", no questionário posterior a visita à Fazenda Engenho Novo (FEN)

Fonte: Os autores.

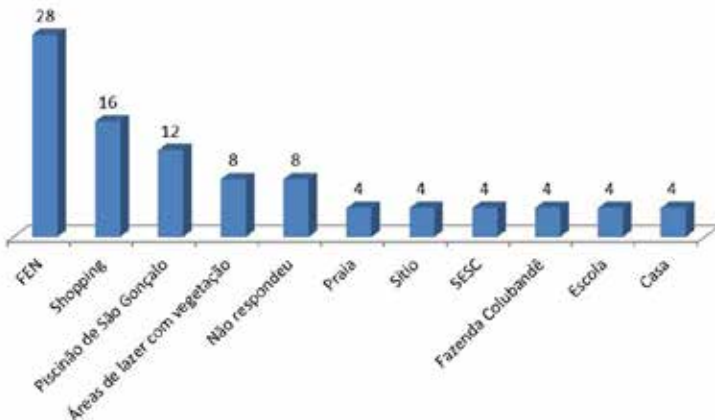
Muitas variáveis podem ter influenciado a mudança direta deste resultado: 1) o conhecimento de uma nova forma de lazer, ou um novo meio de experimentar o conteúdo de ciências e história, de forma prazerosa; 2) a socialização entre os alunos em si, os sitiantes e as pessoas envolvidas no projeto, entre outros. Porém, alguns autores por meio de meta análise destacam a capacidade que as áreas verdes possuem de alteração do humor e da natureza psíquica das pessoas (Costa, 2010; Barton e Pretty, 2010; Perehouskei e De Angelis, 2012).

As áreas verdes, enquanto zonas de lazer e recreação, têm a competência de neutralizar, por meio do relaxamento, fatores urbanos que são muito estressantes, como ruído, calor e poluição do ar. Para tal competência ser exercida, basta o simples contato dos frequentadores dessas áreas com os elementos naturais (Costa, 2010). Esse contato com áreas naturais é tão benéfico ao ser humano que apenas cinco minutos de exercício em áreas naturais é suficiente para trazer melhorias à saúde mental (humor e autoestima) desses indivíduos, sugerindo benefícios imediatos (Barton e Pretty, 2010).

Os alunos que inicialmente não tinham nenhum contato com a estrutura física ambiental que visitaram, com um único processo de vivência, passam a ter um olhar diferenciado sobre esse ambiente. A tradução das experiências deles com a FEN constrói um referencial concreto, que, na totalidade simbólica da Fazenda, instala um tipo de identidade com o lugar, conferindo-lhe um novo significado.

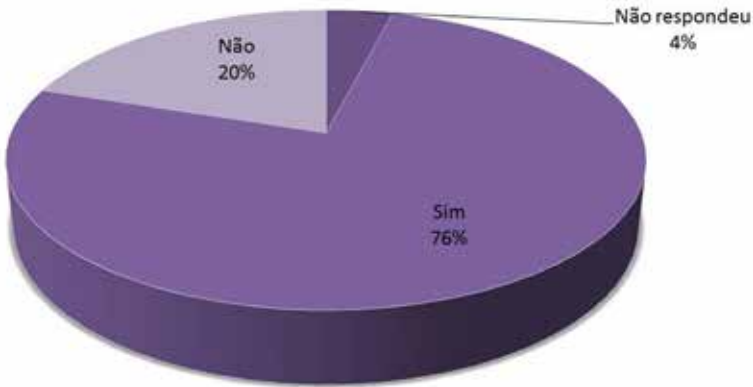
Ao serem questionados sobre qual paisagem mais os agrada dentro do município gonçalense, no questionário prévio, 55% dos alunos alegaram que os shoppings são o melhor local, seguido de outros altos percentuais de área urbana, como o Piscinão de São Gonçalo (15%) e Praças (12%). Após a visitação, esse percentual continua alto, porém a maioria dos alunos indica a Fazenda Engenho Novo como um ótimo local para se visitar. Outro local que não havia sido mencionado no primeiro questionário foi a Fazenda Colubandê (outra fazenda histórica do município) como mais um local de lazer (figura 10).

Figura 10. Gráfico com os percentuais das respostas dos alunos à pergunta "qual é o melhor lugar de São Gonçalo para se visitar?", no questionário posterior a visita à Fazenda Engenho Novo (FEN)

Fonte: Os autores.

O desconhecimento de áreas como a FEN e outras tão importantes e ricas, que são macro equipamentos de lazer dentro do município, reflete o abandono político. O crescimento desordenado de São Gonçalo e a carência de locais de lazer para esses alunos é resultado da homogeneização do espaço urbano, pois este, ao não se constituir de uma complexa teia heterogênea, se torna uma massa pobre de opções (Ferrara, 1993).

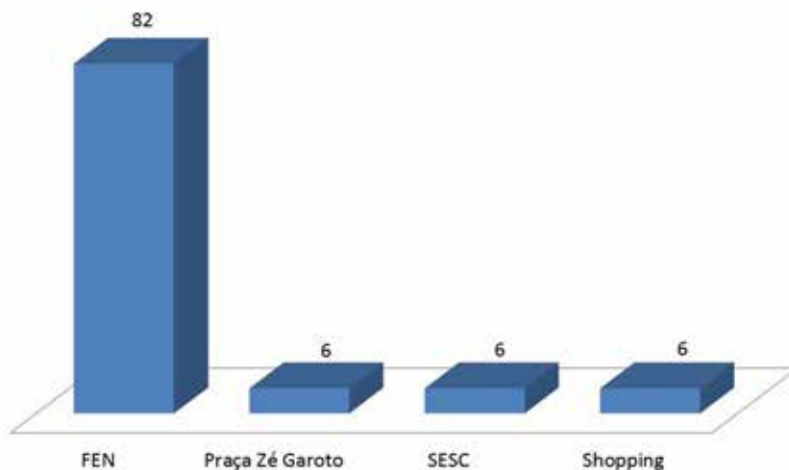
Tuan (1983) afirma que na relação de tempo e lugar é evidente a necessidade de considerar o ciclo da vida humana. O que significa o passado para nós? As pessoas tendem a olhar para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do "eu" (Barbosa, 2008). Nessa acepção, os patrimônios históricos refletem na sua iconografia um importante acervo de manutenção cultural. Sendo assim, o resultado encontrado para a pergunta "você conhece algum patrimônio histórico em São Gonçalo?" foi alarmante. A princípio, 70% dos alunos alegaram desconhecer qualquer patrimônio histórico, e os que alegam conhecer citaram locais como "*shopping centers*".

Olhar para o passado e não se identificar com ele aflige os alunos e seus familiares, pois estes, pela falta do exercício de se verem como agentes da história local, não transmitem esse tipo de pertencimento, acentuando aversões e questões topofóbicas. A visitação feita pelos alunos está longe de ser uma solução efetiva para esta grave falta de investimento sócio-cultural-histórico, porém, ela aponta um caminho viável para resgatar o passado e compreender a história, conferindo um tipo de significação mais plural para o presente, como podemos observar na figura 11.

Figura 11. Gráfico com os percentuais das respostas dos alunos à pergunta "você conhece algum patrimônio histórico em São Gonçalo?", no questionário posterior a visita à FEN

Fonte: Os autores.

O resultado posterior à visitação destaca como os alunos conseguiram visualizar a FEN como patrimônio histórico, e os projetou a olhar outros patrimônios materiais dentro da heterogeneidade do município (figura 12).

Destaca-se ainda que este resultado exposto na figura 12 ainda é inexpressivo, frente às possibilidades patrimoniais existentes dentro do município, necessitando de uma política séria de valorização e (re)conhecimento para a população. Contudo, a breve identificação da natureza e do patrimônio histórico pelos alunos permitiu a construção de narrativas alternativas em relação ao patrimônio, que agora para eles se torna uma herança de um passado e que, portanto, deve ser preservado.

Figura 12. Gráfico com os percentuais das respostas dos alunos à pergunta "quais monumentos históricos existem em São Gonçalo?", no questionário posterior a visita à FEN

Fonte: Os autores.

A visitação didática a um macro equipamento de lazer, como a FEN, levou os alunos a terem uma nova vivência em um espaço por eles não anteriormente explorado e, ao mesmo tempo, resgatou e destacou sua importância. Inicialmente, os sentimentos intrínsecos nas falas dos alunos se enquadrariam no ponto de vista topofóbico (Tuan, 1983), carregados com um olhar de insalubridade e nocivo à cidade. Após a visita, esses sentimentos iniciam um importante processo de transformação, acarretando mudanças na percepção dos alunos.

Vivências de caso e casos de vivência

Durante a execução dessa atividade, muito se pensou em como atuar em territórios e com atores tão diferentes, com con-

flitos, necessidades e ansiedades tão díspares: de um lado, nós, do meio acadêmico, com o conhecimento bruto acerca do meio ambiente e do município e a vontade de fazer ciência; de outro, alunos do ensino fundamental II do município de São Gonçalo, com suas inquietações, desafios, carências e vontade de viver algo novo a nível didático; e, finalmente, os sitiantes que viam no projeto uma forma de valorização e reconhecimento de seu trabalho e projeção a nível municipal. O resultado da interlocução desses atores foi maior do que o esperado.

Nas reuniões iniciais de nosso grupo de pesquisa, foi gritante a necessidade de uma abordagem prática metodológica que pudesse legitimar esses sujeitos para uma ação integradora de Educação Ambiental. Foi preciso investir em um arcabouço epistemológico para que pudéssemos desenvolver essa prática, que foi alicerçada na ciência pós-normal (Funtowicz e Ravetz, 1997) e nas etnociências. A primeira empreitada foi o reconhecimento de um de nossos parceiros de atividade – os sitiantes do assentamento da Fazenda Engenho Novo.

Inúmeras incursões foram feitas em diversas casas de vários sitiantes, pessoas humildes, que nos viam como “os professores”. Com o passar do tempo e das conversas, tornamo-nos colegas de trabalho. Nesse processo, histórias, lendas e dificuldades foram compartilhadas e registradas. Vivemos e aprendemos sobre os costumes locais, e essa abertura franca permitiu o pontapé inicial para um trabalho de sucesso. Parte desse conhecimento, sobre plantas e sua oralidade, se encontra no trabalho de Lages (2015) e no capítulo sobre plantas medicinais do presente livro.

Em cada casa, sempre éramos recepcionados com algo produzido localmente pelos sitiantes (figura 13). As comidas, os aromas, os sabores e o fruto do trabalho que vêm de uma terra que vive a amnésia gonçalense (e desconhecido para nós) se descortinavam a cada visita. Muitos sitiantes se mostraram receptivos à visita dos alunos em seus sítios e alguns até relatavam o interesse

em fazer turismo rural em suas propriedades (o turismo na FEN é abordado no capítulo 5 deste livro). Para eles, não era somente uma simples visita, a ida dos "professores" em suas propriedades era a possibilidade de valorização por um segmento que vive encastelado em seus saberes.

Figura 13. Produtos e comida produzidos pelos sitiantes. **13a**: Alguns dos produtos produzidos no sítio Carvalho de Justiça (ovos e abóboras). **13b**: Almoço preparado no sítio do Sr. Hermínio com alimentos da região (costela de porco e aipim à moda do Sr. Hermínio e salada).

a b

Fonte: Anderson dos Santos Portugal.

Com a explanação de quais os objetivos de nosso projeto e com a seleção dos sítios para a visitação, o primeiro choque aconteceu quando falamos para os sitiantes que eles participariam ativamente das atividades e eles conversariam e mostrariam o sítio para as crianças. Ouvimos algumas vezes as seguintes falas:

> Eu não tenho nada a acrescentar às crianças.
> Vocês são os professores, vocês que têm o conhecimento, vocês que têm que ensinar, não nós.
> Mas eu só sei cuidar da roça.
> (Falas de alguns sitiantes, registradas em caderneta de campo).

Parte de nosso trabalho foi realizado nessas visitas. A valorização de um conhecimento rural e próprio. O resultado foi imediato e percebido rapidamente; após cada visita dos alunos aos sítios eram feitas reuniões para conversar sobre a visitação. Nesses encontros, um relato chama atenção:

> Hoje eu fiquei muito feliz. Um dos alunos nunca tinha visto feijão no pé e eu pude falar com ele como se planta e mostrar a vagem. Ele ficou tão impressionado que perguntou se podia levar umas sementes para plantar em casa. Dei um monte para ele, tomara que os pais dele não briguem. Bem que vocês disseram que a gente tinha muita coisa para falar (Fala de um sitiante, registrada em caderneta de campo).

O empenho dos sitiantes com o projeto era tão grande que muitos tiravam dinheiro do bolso para fazer um lanche da roça para os alunos, além de doarem ovos, frutas e queijos produzidos em seus sítios para as crianças comerem. Eles ficavam surpresos pelo desconhecimento dos alunos aos produtos da roça e se espantavam com o potencial deles ao ensinar coisas para os alunos, como o de cultivar frutas e o manejo de animais (figura 14). Ao mesmo tempo, os alunos, em pouco tempo, se apegavam aos sitiantes, de modo a ser frequente a seguinte fala: “Quando vamos voltar no sítio dos tios?” (Fala de um aluno, registrada em caderneta de campo).

A empatia e o diálogo das crianças com os sitiantes eram tamanhos que nos surpreendeu em diversos momentos. Ouvimos relatos de um dos sitiantes que os alunos se entregavam de tal forma à atividade que desabafavam casos de maus tratos, fome, abusos sexuais, e os sitiantes se escandalizavam com as histórias que chegavam até eles. Em uma reunião, foi destacado que a troca de experiência e a vivência didática dos alunos possibilitaram que eles brincassem livremente, mesmo que por pouco tempo, foi o que houve de mais belo dentro do projeto. Por parte dos alunos,

um dos muitos registros mostra a importância sociocultural que a visitação teve na vida deles (figura 15).

Figura 14. Participação de alguns sitiantes durante a visitação. **14a**: Participação do Sr. Onofre nas atividades de dinâmica em uma visitação. **14b**: Condução de uma visita guiada por Dona Luciá

a b

Fonte: Anderson dos Santos Portugal.

Em relação aos alunos, era sempre uma grata surpresa para eles. Ao chegarem à escola, o desconhecimento deles e a possibilidade de ir a uma fazenda os enchiam de expectativa. Muitos relatavam que a escola não fazia nenhum tipo de incursão didática, e para muitos foi a primeira experiência. Os alunos viam a fazenda como uma possibilidade de lazer (que é escassa e não valorizada no município) e, quando voltávamos nas turmas, eles relatavam não somente a questão do lazer, mas a socialização com os sitian-

tes e como eles gostaram de ver que São Gonçalo tem história e tem a “a casa do Barão”.

Em uma das visitas posteriores à escola, um dos professores responsáveis relatou como a turma ficou famosa por ter ido à Fazenda e aproveitou este entusiasmo, imprimindo as fotos e as expondo na escola. Uma foto em particular chamou a atenção do professor (figura 16): um dos alunos segura um ovo – os alunos que foram à FEN relatavam que comeram aquele ovo e diziam como as coisas que eram feitas na fazenda eram gostosas. Quase todos, segundo a professora, queriam que a merenda tivesse os alimentos produzidos na fazenda.

Figura 15. Algumas alunas questionaram como elas iriam continuar falando com a “Tia”, se poderiam deixar um recado para ela e o telefone delas para que a “Tia” pudesse manter contato e continuar conversando. O recado foi escrito no quadro onde os sitiantes fazem o registro diário da lavoura, e foi uma grata surpresa para todos

Fonte: Anderson dos Santos Portugal.

Figura 16. Fotografia impressa pela professora e exposta na escola. Nela, é exibido um momento após a coleta de ovos no galinheiro

Fonte: Anderson dos Santos Portugal.

As atividades relatadas neste texto demonstram um grande potencial para o desenvolvimento de práticas de ensino, divulgação científica e turismo rural no município de São Gonçalo, em especial no assentamento da Fazenda Engenho Novo. É notória a insuficiência de políticas públicas para a região focadas em ações positivas de valorização e preservação dos seus patrimônios ambientais.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração dos sitiantes, Sr. Onofre e D. Luciá, que, com muita simpatia e amor, se dispuseram a receber os alunos em suas casas. Agradecemos também a colaboração da

direção da Escola Municipal Coronel Serrado e CIEP 248 (Túlio Rodrigues Perlingeiro), que apoiou o trabalho e providenciou o ônibus para a excursão e as devidas autorizações para que esta vivência fosse executada. À Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ), pois além de ser um lar de reminiscências, deu todo apoio logístico para as reuniões.

Referências

ALMEIDA, M. M. et al. “Bromélias: diversidade e conservação nos remanescentes de Mata Atlântica do município de São Gonçalo”. In Santos, M. G. (org.). *Biodiversidade e sociedade no leste metropolitano do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016, pp. 151-77.

BARBOSA, L. M. A. *Topofilia na Vila do IAPI em Porto Alegre* (dissertação). UFRGS, 2008.

BARTON, J. e PRETTY, J. “What is the best dose of nature and green exercise for improving mental health? A multi-Study analysis”. *Environmental Science & Technology*, n. 44, 2010, pp. 3947-55.

BRAGA, M. N. C. *O município de São Gonçalo e sua história*. Niterói, Rio de Janeiro: Nitpress, 2006.

COSTA, C. S. 2010. “Áreas Verdes: um elemento chave para a sustentabilidade urbana”. *Arquitextos*, 2010, v. 11, n. 126. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.126/3672. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAVALHEIRO, F. “Urbanização e alterações ambientais”. In TAUK, S. M. (org.). *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP-FAPESP, 1991, pp. 88-99.

FERRARA, L. D. A. *Olhar periférico: linguagem, percepção ambiental.* São Paulo: EdUSP, 1993.

FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. “Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. IV, n. 2, pp. 219-30, 1997.

GERHARDT, M. E NODARI, E.S. “Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade”. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 5, n. 3, pp. 54-71, 2016.

KOLLING, E. J. et al. *Educação do campo: identidade e políticas públicas.* Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

LAGES, L. H. M. *Plantas medicinais: os saberes locais entre os camponeses da comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ* (dissertação). UERJ, 2015.

LONDE, P. R. e MENDES, P. C. "A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana". *Hygeia*, v. 10, n. 18, 2014, pp. 264-72.

MOLINA E. e SILVA S. M. *São Gonçalo no século XVIII*. Ed. Muiraquitã, 1998.

PASSOS, A. S. et al. "Diagnóstico socioeconômico e ambiental da comunidade residente em área da antiga fazenda Engenho Novo – São Gonçalo – RJ". *Qualit@s Revista Eletrônica*, v. 9, n. 4, 2010. Disponível em: http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/1032/517. Acesso em: 10 jul. 2018.

PEREHOUSKEI, N. A. e DE ANGELIS, B. L. D. "Áreas verdes e saúde: paradigmas e experiências". *Diálogos & Saberes*, v. 8, n. 1, 2012, pp. 55-77.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (RJ). *Decreto n. 112 de 06 de junho de 2018 (a).* Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) das Estâncias de Pendotiba, no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo/RJ, 2018.

______. *Decreto n. 113 de 06 de junho de 2018 (b).* Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) de Itaoca, município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo/RJ, 2018.

______. *Decreto n. 114 de 06 de junho de 2018 (c).* Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Alto do Gaia, no Município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo/RJ, 2018.

SANTOS, M. G. *Biodiversidade e sociedade no leste metropolitano do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

______ e PINTO, L. J. S. "Faculdade de Formação de Professores da UERJ: uma década de estudos na Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro". In ______ (org.). *Área de proteção ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro: conservação e educação ambiental.* São Gonçalo: FFP/UERJ, 2014, pp. 15-21.

______ et al. "Alunos do Ensino Fundamental II e a percepção ambiental do município de São Gonçalo". *Revista Práxis*, v. 5, 2013, pp. 55-60.

TUAN, YU-FU. *Topolia: um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

______. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

Sobre os autores

Ana Paula Batista dos Santos

Licenciatura em Ciências Biológicas pela UENF (2017). Atuou como estagiária na educação básica da Rede Estadual pela Escola Doutor Rodolpho Siqueira em Colubandê, São Gonçalo, assim como no Herbário do Museu Nacional em projetos com samambaias e licófitas. Tutora da disciplina de Biologia e Química na empresa Centro Educacional Freire Cardoso - ME. Monitora na disciplina de Botânica no Ensino a Distância (CECIERJ/CEDERJ). Atualmente desenvolve o projeto sobre montagem do modelo didático sobre o ciclo de vida das samambaias.

Ana Valéria Freire Allemão Bertolino

Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Procientista. É docente do curso de graduação e pós-graduação em Geografia, com experiência na área de Geociências, com ênfase em Geomorfologia (anabertolino@uol.com.br).

Anderson dos Santos Portugal

Licenciatura em Ciências Biológicas pela UERJ/FFP (2009), mestrado em Biologia Vegetal UERJ/IBRAG (2011) e doutorado em Ciências Biológicas (Botânica), Museu Nacional – UFRJ (2019). Atua como tutor presencial CECIERJ/CEDERJ desde 2012, professor de preparatórios para concursos e em escolas públicas do ensino básico. Atua em projetos de pesquisa de Ecofisiologia de samambaias tropicais, percepção e educação ambiental em espaços não formais de ensino. Atuou como professor substituto UERJ/FFP nas disciplinas de Botânica e Bioquímica (andersonportugal5@gmail.com).

Benito Gonzaga da Igreja Junior

Graduação em Eng. Agronômica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (1987). Mestrado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP (2015) – Produção Social do Espaço. É servidor da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO, onde exerce função de Extensionista Rural. Principais áreas de conhecimento e experiência em: bacias hidrográficas, desenvolvimento rural, conservação do solo e água, fitotecnia, agroecologia e agricultura familiar (benito.igreja@gmail.com).

Cristiane Valadares De Azevedo

Professora assistente do Curso de Política e Produção Cultural, do Departamento de Ciências Sociais, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, atuou como professora substituta do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow Fonseca - UnED Petrópolis - e do Curso de Bacharelado em Turismo da UFRRJ - Campus Nova Iguaçu. Tutora a distância do Curso de Licenciatura em Turismo da UFRRJ - Consórcio CEDERJ.. Possui bacharelado em Turismo (FAP), Especialização em Arte

e Cultura (UCAM) e é mestre em Ciências Sociais Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) (valladarescris@hotmail.com).

José Ronaldo de Macedo

Formado em Eng. Agronômica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1985), com mestrado em Agronomia (Ciências do Solo) na mesma Universidade (1991) e doutorado em Ciências pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA - da Universidade de São Paulo (2002). É pesquisador da Embrapa Solos desde 1990, com experiência na área de Agronomia, com ênfase em física do solo, atuando como coordenador e colaborador em projetos nas áreas de: manejo e conservação de solo e água, desenvolvimento de sistemas de produção agropecuária, dinâmica de água no solo e recuperação de áreas degradadas (jose.ronaldo@embrapa.br).

Joyce Jesus Santana

Licenciatura em Ciências Biológicas pela UERJ/FFP (2009) e especialização em Educação básica – modalidade Ensino de Biologia (Ciências) – UERJ/FFP (2011). Professora na Rede Estadual do Rio de Janeiro e particular, atuando nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Juliana Riane Chagas

Licenciatura em Ciências Biológicas pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ (2019). Foi estagiária bolsista do projeto "Saberes locais: o uso de recursos vegetais pelos assentados da fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ" desenvolvido pela FFP/UERJ (jrianechagas@gmail.com).

Karla Estelita Godoy

Professora Associada do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense. Vice-coordenadora e docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Turismo (PPG-TUR/UFF) e professora do curso de bacharelado em Turismo da UFF. Possui bacharelado em Museologia (UNIRIO), mestrado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPMS/UNIRIO), doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Coordena o Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade – UFF (certificado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - CNPq) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Turismo e Museus (karlagodoy@id.uff.br).

Lorhan de Souza Portela

Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP. Pós-graduando *latu senso* em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP com ênfase em Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território. Bolsista do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROATEC/UERJ) do Laboratório de Geociências do Departamento de Geografia da UERJ/FFP (lorhansp@hotmail.com).

Luiz Henrique Marinho Lages

Licenciatura em Ciências Biológicas pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ (2006) e mestrado (2015) em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (UERJ). É professor na Rede Estadual do Rio de Janeiro (lhlages@yahoo.com.br).

Marcelo Guerra Santos

Graduação em Ciências Biológicas pela Unirio (1995), mestrado (1999) e doutorado (2007) em Ciências Biológicas (Botânica) pela UFRJ. É professor associado, com dedicação exclusiva, do DCIEN-FFP-UERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, pesquisador do PROCIENCIA-UERJ e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Desenvolve projetos sobre Biodiversidade, com ênfase em Botânica (marceloguerrasantos@gmail.com).

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio (2009). Professor do Departamento de Ciências Humanas, da FFP/UERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Mestrado Profissional em Ensino de História. Membro dos Grupos de Pesquisa: História de São Gonçalo: Memória e Identidade, Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores e Oficinas da história. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo (2019-2021) (ruianiceto@hotmail.com).

Vanessa Pereira Mota

Licenciatura em Ciências Biológicas pela UENF (2017). Atuou como estagiária na Escola Estadual Balthazar Bernardino, em Icaraí, Niterói, assim como no Herbário do Museu Nacional-UFRJ em projetos com samambaias e licófitas. Tutora da disciplina Biologia na empresa Tutores Niterói Icaraí Reforço Escolar. Monitora na disciplina de Botânica no Ensino a distância CECIERJ/CEDERJ. Atuou no projeto de Educação ambiental com ênfase nas questões de percepção ambiental; e do conhecimento da biodiversidade e dos patrimônios do município de São Gonçalo. Atualmente desenvolve o projeto sobre plantas medicinais utilizadas pelos pacientes da unidade do programa médico de família

Dr. João de Vasconcellos, do Sistema Único de Saúde (SUS), em Santa Rosa, Niterói, RJ, Brasil.

Pareceristas e revisores científicos

Dr.ª Helena Catão Henriques Ferreira

Professora adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (lelecatao@gmail.com).

Dr. Luís Reznik

Professor associado do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (luisreznik@gmail.com).

Dr.ª Mariana Martins da Costa Quinteiro

Pós-doutoranda da CAPES, na área de Etnoconservação, Transformação da paisagem e Sistemas socioecológicos, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (marianaquinteiro@gmail.com.br).

Dr. Otavio Miguez da Rocha-Leão

Professor associado do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orochaleao@hotmail.com).

Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano

Professor associado do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (paulinhochinelo@gmail.com).

Dr.ª Regina Rodrigues Lisbôa Mendes
Professora adjunta do Departamento de Ciências da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (rrlmendes.uerj@gmail.com).

ISBN: 978-65-00-03030-3